



Governo do Estado de Mato Grosso

**Plano de Ação para Prevenção e Controle
do Desmatamento e Queimadas do
Estado de Mato Grosso - PPCDQ/MT**

2ª fase (2014 – 2016)

**Secretaria de Estado
do Meio Ambiente**



Cuiabá-MT
Dezembro de 2013

GOVERNADOR DO ESTADO

Silval da Cunha Barbosa

VICE-GOVERNADOR

Francisco Tarquínio Daltro

Casa Civil do Estado de Mato Grosso

Casa Militar do Estado de Mato Grosso

Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral

Secretaria de Estado de Fazenda

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar

Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo

Secretaria de Estado de Educação

Secretaria de Estado de Administração

Procuradoria Geral do Estado

Secretaria de Estado do Meio Ambiente

Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Secretário de Estado do Meio Ambiente

José Esteves de Lacerda Filho

Secretário Adjunto de Mudanças Climáticas

Wilson Gambogi Pinheiro Taques

Secretário Adjunto de Qualidade Ambiental

Ibson Fernandes Sanches

Secretário Adjunto de Base Florestal

José Rezende da Silva

Secretário Adjunto de Administração Sistêmica

Benedito Nery Guarim Strobel

Superintendência de Monitoramento de Indicadores Ambientais

Elaine Corsini

Superintendência de Recursos Hídricos

Nédio Carlos Pinheiro

Superintendência de Infra Estrutura, Mineração, Indústria e Serviços

Rita de Cássia Gonçalves Fiori

Superintendência de Biodiversidade

Claudio Takayuki Shida

Superintendência de Educação Ambiental

Eliane de Fátima Favaretto

Superintendência de Gestão Florestal

Cleber Soares Jardim

Superintendência de Fiscalização

Coronel PM Osmar Lino Farias

Superintendência de Procedimentos Administrativos e Autos de Infração

Tatiana da Silva Fraga

Consultoria para apoio à revisão do PPCDQ/MT

Mariana Nogueira Pavan

Coordenação dos Trabalhos de Revisão do PPCDQ/MT

Elaine Corsini

Conteúdo

1. APRESENTAÇÃO.....	5
a) Processo de revisão.....	6
b) Avaliação do primeiro plano	6
2. CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO	7
a) Aspectos gerais.....	7
b) Biomas e Vegetação	7
c) Uso e Ocupação do Solo.....	9
d) Áreas protegidas	9
e) Atividades Econômicas.....	12
i) Manejo das florestas	12
ii) Produção agropecuária	15
iii) Projeções de crescimento do setor agropecuário	18
3. DINÂMICA DO DESMATAMENTO	20
a) Contexto geral do desmatamento no bioma Amazônia de Mato Grosso	20
b) Contexto geral do desmatamento no bioma Cerrado do Mato Grosso	25
c) Lista de Municípios Prioritários.....	27
4. AÇÕES DO ESTADO NO COMBATE AO DESMATAMENTO	30
a) Cadastro Ambiental Rural: histórico e situação atual.....	30
b) Lei nº 9878: Sistema Estadual de REDD+	31
c) Projetos apoiados pelo Fundo Amazônia.....	32
5. O PPCDQ/MT EM SUA SEGUNDA FASE (2014 – 2016)	34
a) Organização das Atividades	34
b) Objetivos	36
c) Diretrizes Gerais e Estratégicas.....	36
d) Vigência	36
e) Metas de Redução do Desmatamento.....	37
6. MODELO DE GOVERNANÇA	40
a) Fluxograma Institucional do PPCDQ/MT.....	40
b) Comitê de Secretários de Estado	41
c) Comissão Executiva	42
d) Transparência.....	42
e) Atividades previstas	42
f) Alinhamento estratégico entre o PPCDQ/MT e o MT +20 (Plano de Longo Prazo)	45
7. ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO	48
a) Matriz Lógica e Indicadores.....	48
EIXO I – ORDENAMENTO FUNDIÁRIO E TERRITORIAL.....	49
EIXO II – MONITORAMENTO E CONTROLE.....	55
EIXO III – FOMENTO A ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS.....	73
8. NOTAS DE RODAPÉ E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91

1. APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Estado de Mato Grosso – PPCDQ/MT em sua segunda fase, com vigência de 2014 a 2016, e descreve o resultado de um processo de cinco meses de revisão da primeira fase do Plano, lançado em 2009. Iniciado em julho de 2013, o processo de revisão foi dividido em três etapas, que tiveram como premissa a participação ampla e ativa de diversos setores da sociedade mato-grossense e a construção participativa de seu conteúdo.

Com implementação iniciada em 2010, a primeira fase do PPCDQ/MT ocorreu em um período onde foram alcançados resultados consideráveis em termos de redução das taxas de desmatamento no estado. Ainda que este desempenho seja, também, resultado de uma série de outros fatores, o PPCDQ/MT foi um dos principais instrumentos do Estado no combate ao desmatamento. Apesar dos bons resultados, avaliações de sua implementação demonstraram que diversas atividades previstas não foram executadas, ou foram executadas de maneira parcial.

Assim, esta segunda fase teve como objetivo principal incorporar as lições aprendidas durante a primeira fase e rever a estratégia estadual no combate e controle ao desmatamento e às queimadas. As lições aprendidas foram tomadas como diretrizes e estão apresentadas ao longo do documento, e entre elas podemos destacar a intenção que norteou todo o processo, de ter um plano estratégico, executável e alinhado com a capacidade e estrutura do Estado, de forma a sustentar os bons resultados alcançados nos anos anteriores.

O estado de Mato Grosso apresenta um contexto bastante específico, por ter um histórico de altas taxas de desmatamento e ocupação motivada economicamente pela expansão das atividades agropecuárias. Conforme dito, o Estado vem tendo sucesso em reverter este cenário, reduzindo as taxas de desmatamento sem que isso prejudique a produtividade ou a economia das atividades agropecuárias no estado. Cada vez mais é clara a necessidade de alinhar o desenvolvimento destas atividades à valorização e promoção das cadeias produtivas florestais, enfatizando duas das principais potencialidades na área ambiental que existem em Mato Grosso. Ao assegurar a adequada provisão dos serviços ambientais prestados pelas florestas remanescentes, valorizados através de mecanismos financeiros inovadores (como REDD+) e a geração de renda de maneira sustentável, o Estado garante a conservação de suas florestas e incentiva o crescimento do setor agropecuário de maneira ambientalmente responsável.

Desta forma, com esta segunda fase do PPCDQ/MT o Governo do Estado objetiva a continuação efetiva das ações de comando e controle, visto que o desmatamento ainda acontece majoritariamente de maneira ilegal, e também executar ações que promovam a sustentabilidade nas cadeias produtivas agrícolas e fomentem e valorizem as cadeias produtivas florestais, alinhadas à produção agropecuária, tão fundamental economicamente para o estado, estabelecendo assim um novo panorama de valorização e conservação florestal.

a) Processo de revisão

O processo de revisão do PPCDQ/MT aconteceu entre julho e novembro de 2013 e uma das premissas foi basear-se nas lições aprendidas e desafios encontrados durante a construção do primeiro plano. Por ter sido desenvolvido em um período mais curto, as ações foram mais focadas e as reuniões de discussão realizadas tinham, já, caráter deliberativo a partir do grupo presente. Ao todo, 24 instituições participaram do processo de revisão.

O processo aconteceu em três fases, compostas por:

➤ **Fase 1**

- Reunião com a Comissão Executiva para apresentação e discussão do plano de trabalho
- Primeiro workshop de nivelamento, para apresentação das ações federais e estaduais em andamento e coleta de demandas iniciais
- Primeira reunião do Grupo de Trabalho (GT) para aprofundamento das atividades, por cada eixo

➤ **Fase 2**

- Segundo workshop, para revisão da primeira versão, definição da estrutura e estratégia de implementação do plano e discussão sobre metas estaduais (Amazônia e Cerrado)
- Segunda reunião do GT para discussão e validação da versão para consulta pública online
- Período de consulta pública online

➤ **Fase 3**

- Processamento dos comentários vindos da consulta pública
- Terceira reunião do GT para avaliação dos comentários e encaminhamentos da versão final
- Workshop de lançamento do PPCDQ/MT fase 2

b) Avaliação do primeiro plano

A partir da avaliação conduzida pelo Governo do Estado, é possível verificar que, apesar dos bons resultados em termos de redução do desmatamento, nem todas as atividades incluídas no primeiro Plano foram totalmente executadas. Das 136 ações previstas inicialmente, nos quatro eixos, 20% foram executadas, 29% parcialmente executadas e 51% não executadas.

As justificativas para a execução parcial ou a não execução destas atividades são, principalmente:

- Financeiras– diversas ações do primeiro plano foram incluídas por participantes do processo de construção, por julgarem importante sua contribuição para os objetivos do Plano. No entanto, diversas destas ações não tinham recursos previstos e grande parte das instituições envolvidas na execução não inseriu as ações propostas no PPCDQ/MT em seus orçamentos anuais, uma vez que havia uma expectativa de obtenção de recursos financeiros do Fundo Amazônia para a implementação do plano, o que não se concretizou.

- Institucionais e de articulação – Um dos pontos destacados em avaliações realizadas foi a pouca integração entre o plano estadual e o PPCDAM, no nível federal, para possibilitar a troca de experiências, a padronização e integração das ações em áreas de fronteira entre os estados, complementaridade entre as metas de redução do desmatamento e de políticas de instrumentos econômicos para a promoção da conservação da biodiversidade e instrumento de planejamento e ordenamento territorial. Também a falta de articulação e coordenação entre agências governamentais foi fator de influência.
- Capacidade e estrutura – Houve pouca compatibilidade entre o número de ações propostas e a capacidade efetiva de implementação das instituições. Ainda, as atividades de divulgação do Plano não foram constantes e não possibilitaram o acesso às ações propostas e aos resultados pela população diretamente envolvida.

Desta forma, o objetivo nesta segunda fase foi abordar algumas destas fragilidades e implementar medidas que aumentem a parcela de atividades executadas nos próximos períodos, cujas diretrizes destacadas incluem:

- ✓ Reduzir o número de ações, procurando adequá-las à capacidade institucional existente
- ✓ Incluir no Plano somente ações com previsão orçamentária ou com potencial para financiamento identificado e com responsáveis pela execução
- ✓ Aumentar a articulação entre os órgãos estaduais e federais
- ✓ Garantir a integração entre atividades desenvolvidas por diferentes instituições relacionadas a um mesmo resultado esperado

2. CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO

a) Aspectos gerais

O estado de Mato Grosso é um dos nove estados brasileiros que compõem a Amazônia Legal. Localiza-se na região Centro-Oeste do Brasil, com área total de 90.336.600 hectares. Sua população é de 3,18 milhões de habitantes¹, distribuídos em 141 municípios, apresentando uma densidade populacional de 3,36 hab/km². De acordo com o censo do IBGE de 2010, 81,9% da população vive em área urbana, contra 18,1% da zona rural³.

O Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, em 2010, somou R\$ 59,6 milhões⁴, o que corresponde a 1,6% do país⁵. Mato Grosso está em sexto entre os maiores PIBs agropecuários, com 6,9% do PIB agropecuário brasileiro⁶. Suas principais atividades econômicas são serviços, indústria e agropecuária, sendo que esta última corresponde a 28% do PIB estadual⁷.

b) Biomas e Vegetação

Em seu território encontram-se três diferentes biomas: Amazônia, Cerrado e Pantanal, com suas respectivas áreas apresentadas na Tabela 01⁸.

Tabela 01 - Distribuição dos três biomas que compõem o estado de Mato Grosso⁹

Bioma	Área Total Bioma (Hectares)	% do Estado	Desmate Até 2011 (Hectares)	% Área Aberta
Amazônia	48.099.194,688	53%	17.198.057,06	35,76%
Cerrado	35.984.775,497	40%	17.020.936,19	47,30%
Pantanal	6.110.286,550	7%	1.481.876,79	24,25%
TOTAL	90.194.256,735	100%	35.700.870,04	39,58%

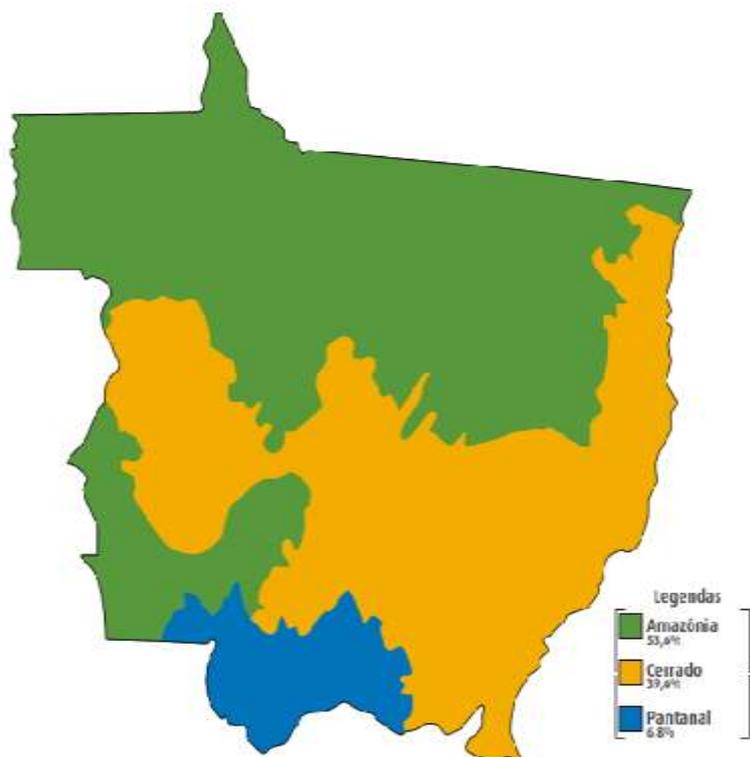


Figura 01 - Distribuição dos biomas no estado do Mato Grosso

Fonte: Governo do Mato Grosso, 2013¹⁰

Nos três biomas é possível encontrar diferentes tipos de vegetação, contendo tanto fisionomias florestais quanto campestres, com grande variação em seus estoques de carbono. A tabela 02 abaixo apresenta as variações destes estoques por tipo de vegetação, em cada bioma¹¹:

Tabela 02 – Variação dos estoques de carbono (tC/ha) em fisionomias florestais e campestres nos biomas que compõem o estado de Mato Grosso

Estoques de C (tC/ha)	Amazônia	Cerrado	Pantanal
Fisionomias Florestais	183 a 30	159 a 47,1	140,1 a 47,1
Fisionomias Campestres	25,3 a 6,6	24,1 a 16,3	24,1 a 4

Fonte: ICV, 2012¹²

c) Uso e Ocupação do Solo

Nas áreas de floresta desmatadas identificadas pelo PRODES, que somam 22,7% da área estadual, o principal uso é para a pecuária (pasto limpo), ocupando 58%, seguido da agricultura anual (17%) e vegetação secundária (16%)¹³, segundo dados do TerraClass 2010.

O Estado vem tendo sucesso em reduzir suas taxas de desmatamento sem que isso impacte negativamente a produção de suas principais commodities. A Figura 02 abaixo demonstra a evolução decrescente das taxas de desmatamento, ao mesmo tempo em que mantém a tendência crescente da produção agropecuária.



Figura 02 – Desmatamento anual, produção de soja e rebanho bovino em Mato Grosso (Dados do PRODES e IBGE)

Fonte: Azevedo, 2013¹⁴

Esta situação tem importância particular em Mato Grosso, visto que o mesmo se destaca no cenário nacional e internacional como grande exportador de commodities, que incluem soja, algodão, milho, açúcar, carne bovina, entre outros, que constituem parcela importante da economia do estado. Assim, garantir a boa performance da produção agropecuária ao mesmo tempo em que se valoriza e fortalece o setor florestal, de forma a sustentar as baixas taxas de desmatamento, é um de seus principais desafios.

d) Áreas protegidas

Mato Grosso possui, atualmente, 101 unidades de conservação, sendo 23 de jurisdição Federal, 45 Estaduais e 33 Municipais, que cobrem, juntas, 5.278.695,07 hectares, ou 5,84% da área total do estado¹⁵. A figura 03 e a tabela 03 a seguir apresentam a distribuição destas unidades em termos de biomas e suas relações de área com o estado e cada um dos biomas em questão.

Dentre as 23 unidades de conservação federais, 16 são enquadradas na categoria de Uso Sustentável – US (15 Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN e 01 Área de Proteção Ambiental - APA) e 07 enquadradas na categoria de uso de Proteção Integral – PI (04 Parques Nacionais - PARNA e 03 Estações Ecológicas – ESEC). Das 45 unidades de conservação estaduais, 12 são de Uso Sustentável – US (06 Áreas de Proteção Ambiental - APA; 05 Estradas Parques - EsPar e 01 Reserva Extrativista – RESEX); 32 de Proteção Integral - PI (05 Estações Ecológicas - ESEC, 01 Monumento Natural - MoNa, 18 Parques Estaduais - PAREst, 02 Refúgios de Vida Silvestre - RVS 1 Reserva Biológica - REBio e 05 Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN); e - 01 unidade de conservação aguardando recategorização, para adequação ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação, sendo esta a Reserva Ecológica de Apicás. Das 33 unidades de conservação municipais, 17 são de Uso Sustentável – US (todas Áreas de Proteção Ambiental - APA); 16 de Proteção Integral – PI (13 Parques Naturais Municipais - PARNMu, 02 Monumentos Naturais - MoNa e 01 Estação Ecológica - ESEC).

O desmatamento acumulado em Unidades de Conservação, tanto no bioma Amazônia quanto no Cerrado, somam, aproximadamente, 1% da área total desmatada.

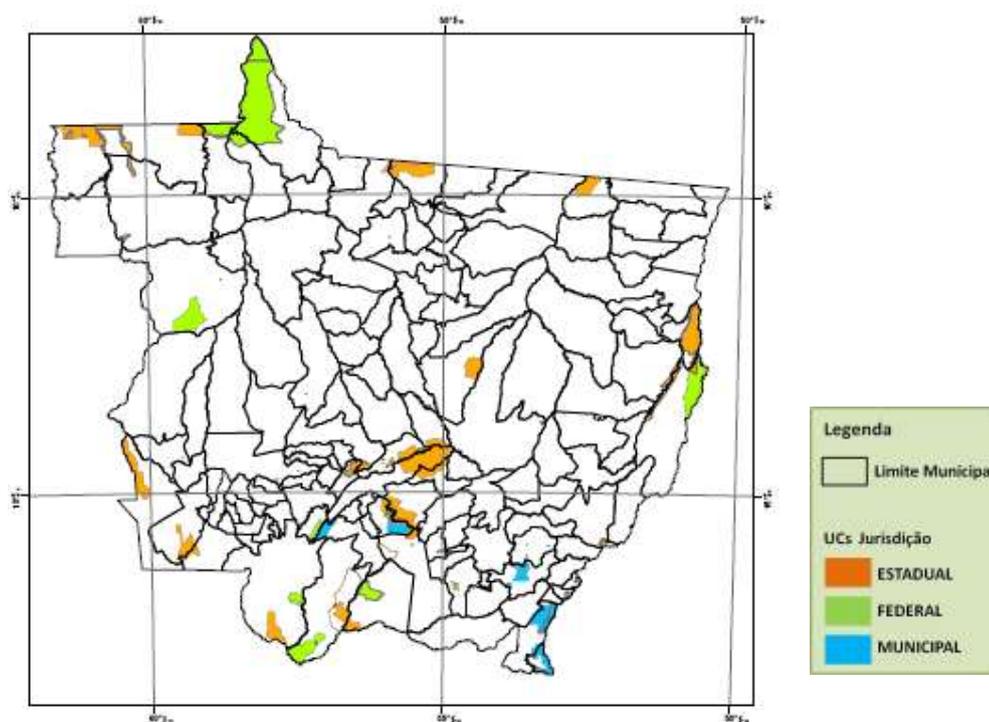


Figura 03 - Distribuição das unidades de conservação federais, estaduais e municipais de Mato Grosso.

Fonte: SEMA/SMIA/CG, 2012.

Tabela 03 - Distribuição das Unidades de Conservação nos biomas de Mato Grosso

Bioma	Área do Bioma (ha)	Área de Unidade de Conservação (ha)	Percentual de UCs em relação à área total do bioma (%)
Amazônia	48.340.927,65	2.546.353,44	5,27%
Cerrado	35.861.786,16	2.204.261,81	6,15%
Pantanal	6.110.418,80	528.079,82	8,64%
TOTAL	90.313.132,61	5.278.695,07	5,84%

Fonte: SEMA/SMIA, 2012.

Mato Grosso tem 71 Terras Indígenas, somando 14,8 milhões de hectares, o que representa, aproximadamente, 16,41% da área total estadual. Segundo dados preliminares do IBGE, 2010, a população indígena de Mato Grosso é de 42.538 habitantes, sendo 5.821 vivendo em zona urbana e 36.717 em zona rural, distribuídas em 43 etnias. Dentre os estados brasileiros, Mato Grosso é o segundo em número de etnias, perdendo apenas para o Amazonas.

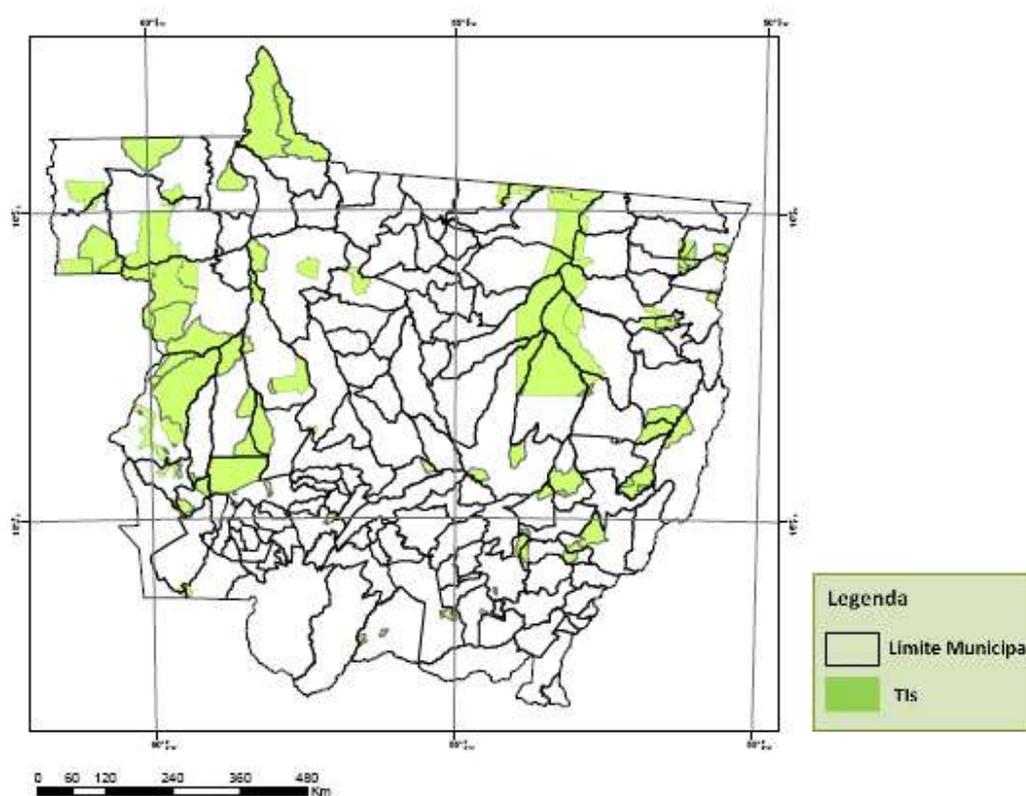


Figura 04- Distribuição das Terras Indígenas no Estado de Mato Grosso.

Fonte: SEMA/SMIA/CG/Base de Dados Terra Indígenas SEPLAN, 2012

O desmatamento acumulado em Terras Indígenas no Bioma Cerrado é de 3% e no bioma Amazônia é de 2%, superior aos percentuais encontrados nas Unidades de Conservação.

e) Atividades Econômicas

i) Manejo das florestas

Apesar de ser a principal referência no cenário agropecuário brasileiro, o setor florestal também tem importância significativa no estado, visto que quase 34% de seu território ainda é coberto por vegetação nativa florestal. Em 2011, o volume manejado de madeira por meio de planos de manejo autorizados foi de 7,8 milhões de m³ ¹⁶ e, até 2012, o total de áreas manejadas em Mato Grosso era de 2,8 milhões hectares¹⁷.

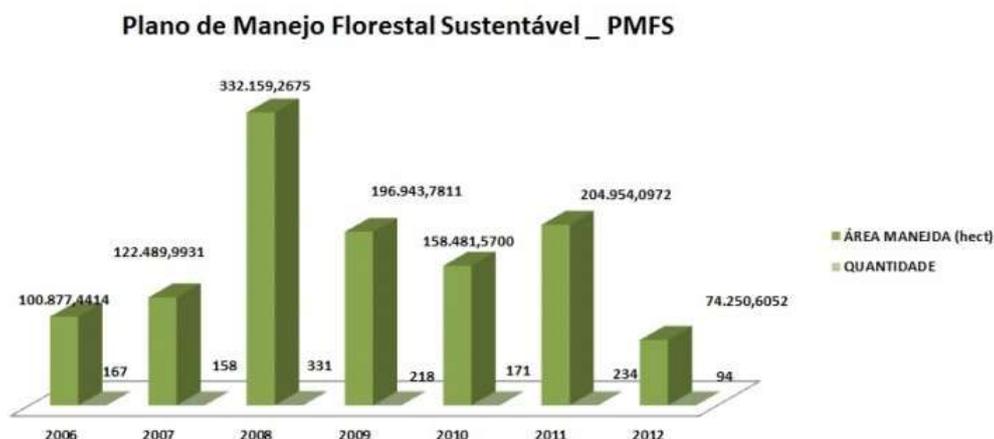


Figura 05 - Número de planos de manejo florestal aprovados e área manejada (hectares) entre 2006 e 2012 no estado do Mato Grosso.

Fonte: CIPEM, sem data¹⁸

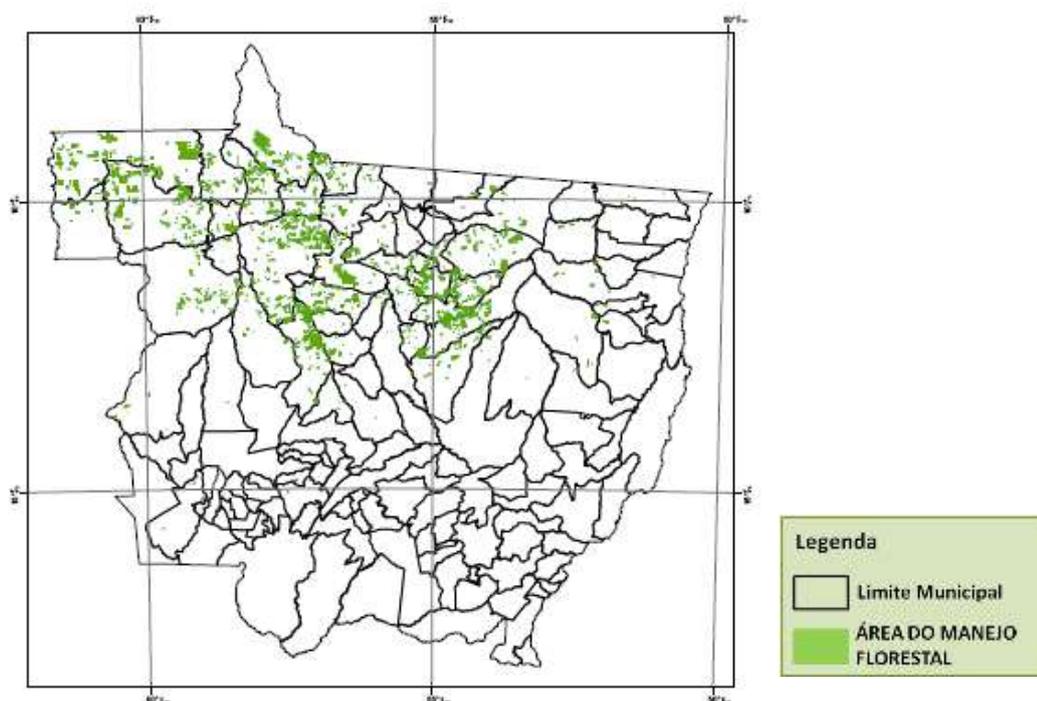


Figura 06 - Distribuição dos Planos de Manejo Florestal Sustentável em Mato Grosso.

Fonte: SEMA/SMIA/CG, 2012.

O principal destino dos produtos de origem florestal de Mato Grosso são os outros estados do país, com 68,34%, seguido de vendas internas, as quais representam 22,94% da produção, e 8,72% é exportado¹⁹. Ainda assim, é o quinto maior exportador de madeira do Brasil, em termos financeiros, tendo, em 2012, exportado o equivalente a U\$S 100 milhões FOB²⁰.

Em 2012, o total de madeira transportada foi de 6 milhões de m³, com as chamadas Guias Florestais emitidas para transporte, entre as classes GF1, GF2 e GF3²¹. Destas, a GF1, que é utilizada para o transporte de toras da origem para a indústria, foi a principal guia emitida, com 3 milhões de m³ transportados²². A tabela a seguir apresenta a evolução do consumo de madeira e da produção processada de madeira entre 1998 e 2011.

Tabela 04 - Evolução da produção madeireira na Amazônia Legal (milhares de metros cúbicos) entre 1998, 2004, 2009, 2010 e 2011.

Estado	Produção madeireira (1998)		Produção madeireira (2004)		Produção madeireira (2009)		Produção madeireira (2010)		Produção madeireira (2011)	
	Consumo de toras	Produção processada								
Acre	200	75	420	172	422	193	404	115	414	142
Amapá	140	48	130	45	94	41	117	66	132	90
Amazonas	710	281	490	189	367	144	412	281	430	212
Maranhão	710	283	430	192	254	90	240	231	219	197
Mato Grosso	10.070	3.919	8.010	3.483	4.004	1.795	4.414	2.074	4.938	1.426
Pará	11.280	4.255	11.150	4.628	6.599	2.550	3.697	2.007	4.245	2.319
Rondônia	4.790	1.792	3.700	1.619	2.220	925	2.170	904	2.234	1.329
Roraima	240	91	130	53	188	70	148	244	262	204
Tocantins	120	48	-	-	-	-	-	-	15	27
Amazônia Legal	28.260	10.792	24.460	10.381	14.148	5.808	11.629	5.922	12.889	5.946

Fonte: Santos & Daniel, 2013²³

A figura 07 apresenta os dez municípios que tiveram maior número de transportes com emissões de GF1 em volume (m³) em 2012. Estes municípios estão localizados entre o centro e o norte do estado, sendo que oito destes estão localizados no bioma Amazônia, com exceção de Feliz Natal e Nova Maringá, cujas áreas abrangem tanto o bioma Amazônia quanto parte do Cerrado.



Figura 07 - Localização dos municípios que tiveram maior número de GFs emitidas em 2012*

* Municípios em verde pertencem ao bioma Amazônia, e em rosa são municípios que abrangem os biomas Amazônia e Cerrado

Fonte: elaboração própria, a partir de SEMA/MT, 2013

Com relação aos Produtos Florestais Não-Madeireiros, há algumas iniciativas em vigor, ainda que em pequena escala e mais focadas em pequenos produtores, assentamentos rurais e povos indígenas. A Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN-MT) apresentou dados da extração de alguns produtos, como o pequi, palmito, castanha-do-Pará e copaíba, tendo como base dados do IBGE. A tabela 05 sintetiza estas informações.

Tabela 05 - Produção extrativa de pequi, palmito, castanha-do-pará e copaíba em 2010 e 2011 (em toneladas)

Pequi (t)		Palmito (t)		Castanha-Do-Pará (t)		Copaíba (t)	
2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
85	71	56	626	1.477	2.235	2	1

Fonte: SEPLAN, 2012²⁴

ii) Produção agropecuária

Mato Grosso é o principal produtor de soja, bovinos, algodão, milho 2ª safra e girassol do Brasil. A produção, entre 1993/1994 e 2012/2013, teve uma taxa média de crescimento de 11% ao ano em termos de produção e de 8% ao ano em termos de área²⁵. De seus 90.336.600 hectares de extensão, atualmente, 10,8 milhões são utilizados para cultivos agrícolas e 25,8 milhões em pastagem para produção de bovinos.

A produção agropecuária tem grande importância para a economia estadual e nacional, gerando um valor bruto da produção em 2013 de mais de R\$ 35 bilhões (Tabela 05). Entre as 100 cidades do Brasil com maiores PIBs da agropecuária, o Mato Grosso é o maior representante, com 24 cidades na lista. Além disso, entre as dez primeiras cidades, seis são mato-grossenses²⁶.

Tabela 06 - Valor bruto da produção (em R\$ mil) do Mato Grosso

Cultura	2012	2013	Participação 2013	Varição (%)
Agricultura				
Soja	15.212.339	18.854.771	53%	34%
Algodão	4.471.700	2.497.049	7%	-44%
Milho	4.802.364	3.747.904	10%	-22%
Cana-de-açúcar	1.003.158	1.110.991	3%	11%
Arroz	267.403	255.491	1%	-4%
Produtos Florestais	278.997	284.577	1%	2%
VBP Agricultura	26.035.961	26.750.783		3%
Pecuária				
Boi	6.589.700	6.422.748	18%	-3%
Aves	1.429.532	1.484.095	4%	4%
Leite	387.337	395.679	1%	2%
Suínos	721.574	789.926	2%	9%
VBP Pecuária	9.128.142	9.092.449		0%
VBP Total	35.164.103	35.843.232	100%	2%

Fonte: IMEA, 2013²⁷

O Mato Grosso é também o maior exportador agrícola do Centro-Oeste e um dos maiores do Brasil. As exportações estaduais representaram 52% das exportações da região em 2010, quando o valor da exportação total alcançou cifras de U\$ 8,45 bilhões. Neste mesmo ano, o Mato Grosso foi responsável por cerca de 37% do saldo da balança comercial brasileira. As exportações destinam-se a 160 países, sendo os principais a China, países baixos, Suíça, Espanha, Irã e Reino Unido²⁸.

Entre soja e milho, a safra 2012/2013 rendeu 40,2 milhões de toneladas de grãos no estado, representando 22% da produção nacional (em 1990, a produção foi de 4,1 milhões de toneladas, ou 7% da produção brasileira na época)²⁹. A seguir são apresentados dados gerais da produção destas principais commodities no estado.

1. Soja

Em 2013, a produção de soja atingiu 23,6 milhões de toneladas do grão, em 7,9 milhões de hectares plantados. Tais dados representam, respectivamente, 29% da produção e 28% da área de cultivo nacional.



Figura 08 - Evolução da área e produção de soja no Mato Grosso

Fonte: IMEA, 2013

As áreas de cultivo estão, principalmente, localizadas nas regiões médio-norte e sudeste do estado, mais concentradas, assim, no bioma Cerrado e em regiões de transição com o bioma Amazônia.

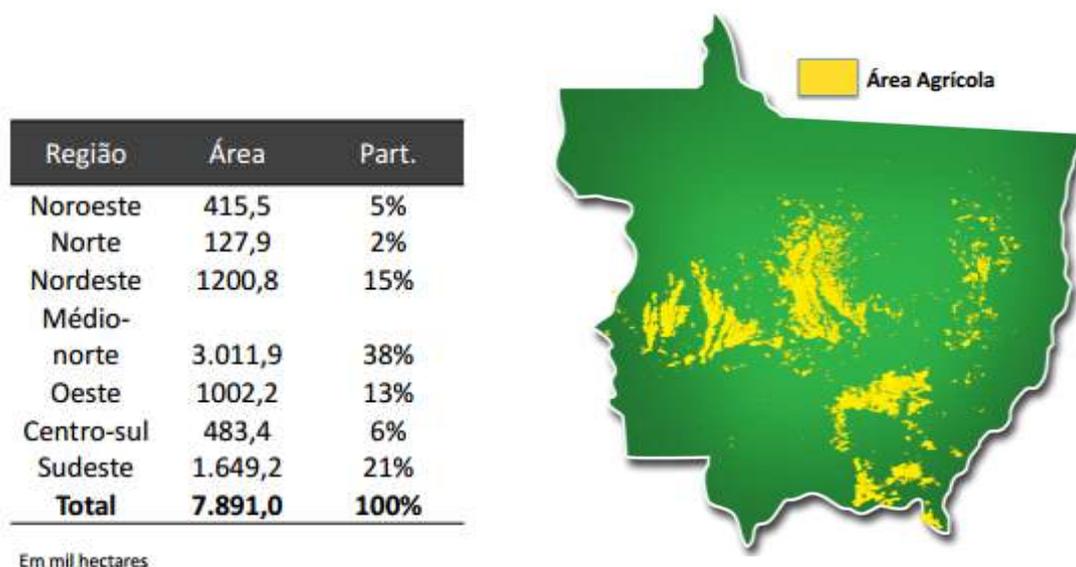


Figura 09 - Distribuição e participação das áreas de cultivo de soja, por região, no estado do Mato Grosso.

Fonte: IMEA (2013) apud CONAB/IMEA (sem data)

2. Milho

A produção de milho, em 2013, atingiu 17,4 milhões de toneladas, em uma área de 3 milhões de hectares, representando 22% da produção e 19% das áreas cultivadas do país. Em 2012, 58% da produção foi exportada, sendo que o Irã foi o principal comprador, responsável por 22% das exportações. Do restante, 2,7 milhões de toneladas (17%) foram destinados para o mercado interno do estado, para produção de suínos (543 mil t), aves (768 mil t) e, em maior proporção, gado (1,4 milhão t).



Figura 10 - Evolução da área e produção de milho no Mato Grosso.

Fonte: IMEA (2013) apud CONAB/IMEA (sem data)

Da mesma forma que a soja, as áreas de cultivo de milho estão distribuídas principalmente no médio-norte do estado, conforme mostra a tabela a seguir. Cabe ressaltar que o milho 2ª safra é amplamente cultivado em áreas de pousio da soja, representando 35% da área total de soja produzida.

Tabela 07. Distribuição das áreas de cultivo de milho no estado do Mato Grosso.

Região	Área de soja	Área de milho	Participação
Noroeste	415,5	75,2	18%
Norte	127,9	22,5	18%
Nordeste	1.200,8	172,6	14%
Médio-norte	3.011,9	1.440,6	48%
Oeste	1.002,2	350,1	35%
Centro-sul	483,4	170,8	35%
Sudeste	1.649,2	556,2	34%
Total	7.891,0	2.787,9	35%

Fonte: IMEA, 2013³⁰

3. Bovinocultura de corte

Em 2013 o rebanho mato-grossense atingiu 28.651 milhões de cabeças de gado, respondendo por 13,9% do rebanho nacional. Entre 2005 e 2008, houve estabilização de área, atingindo 25,8 milhões de hectares neste ano. Em 2011, a área de pastagem era de 24,9 milhões de hectares³¹. Paralelamente a isto, entre 2009 e 2013 houve aumento em 79% na produção de bovinos por confinamento, o que representa o potencial de aumento de sua produtividade sem a abertura de novas áreas. Por volta de 5,5 milhões de cabeças de gado foram abatidas em 2012 em Mato Grosso, em 50 frigoríficos. As exportações de carne responderam por 18,5% da produção de 2012.

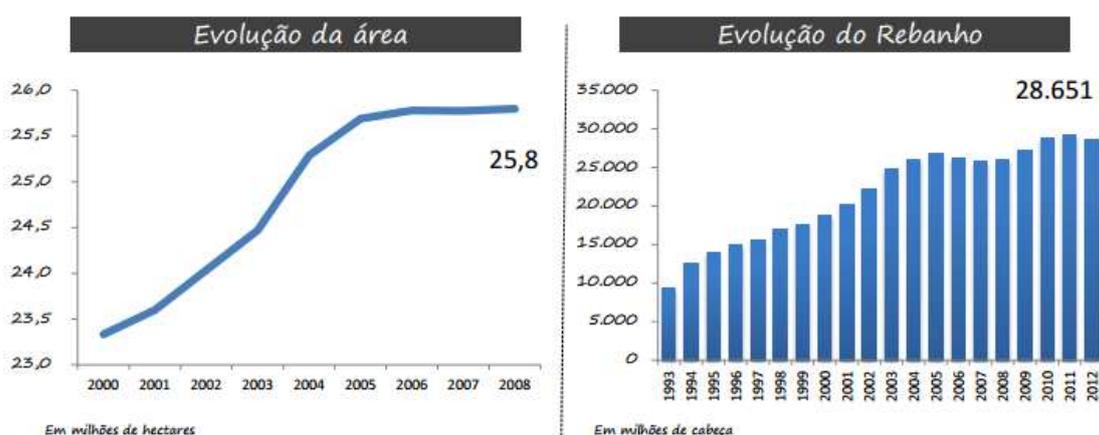


Figura 11. Evolução da área e do rebanho de bovinos de corte no Mato Grosso.

Fonte: IMEA, 2013

Recentemente, instituições ligadas ao setor vêm implementando uma série de medidas visando aumentar a produtividade da pecuária sem causar novos desmatamentos, conforme previsão no item abaixo.

iii) Projeções de crescimento do setor agropecuário

As informações sobre as projeções de expansão do setor agropecuário foram obtidas a partir de dados do IMEA (2012)³² para o ano de 2022, com base na produção do ano de 2012.

Em linhas gerais, a previsão é de que ocorra incremento na produtividade por área nas culturas do milho e na pecuária. A área destinada à pecuária diminuiria em 19% (-4,5 milhões de hectares) na próxima década, atingindo 19,5 milhões de hectares, enquanto que a produtividade de arrobas por hectare aumentaria em 75%. A soja, por sua vez, deve manter uma taxa de produtividade mais próxima à atual, tendo, entretanto, um crescimento de 51,8% em área e 61,9% em produção, aumentando sua área em 4 milhões de ha.

Considerando a dinâmica recente destas culturas, é de se esperar que parte da pastagem atual seja convertida em cultivos de soja, o que representa um significativo aumento na produtividade destes setores, alcançado sem novos desmatamentos.

PECUÁRIA			
Indicadores	2012/13	2021/22	%
Área (milhões de ha)	24	19,5	-19%
Rebanho (milhões de cabeças)	29	29,6	2%
Lotação (cabeças/ha)	1,21	1,52	26%
Produtividade (@/ha)	3,36	5,87	75%

SOJA			
Indicadores	2012/13	2021/22	%
Área (milhões de ha)	7,9	11,9	51,8%
Produtividade (ton/ha)	3,1	3,3	6,7%
Produção (milhões de ton)	24,1	39,1	61,9%

MILHO			
Indicadores	2012/13	2021/22	%
Área (milhões de ha)	2,9	4,9	68,8%
Produtividade (ton/ha)	4,8	5,8	21,8%
Produção (milhões de ton)	13,9	28,6	105,6%

Figura 12. Projeções para 2012/22 da pecuária, soja e milho no Mato Grosso.

Fonte: IMEA, 2012

3. DINÂMICA DO DESMATAMENTO

a) Contexto geral do desmatamento no bioma Amazônia de Mato Grosso

Embora a ocupação no Mato Grosso seja complexa e relacionada a diversos fatores, é possível dizer que sua ocupação se intensificou em meados do século 20, com o avanço da frente pioneira paulista. O principal avanço deu-se motivado pela pecuária de corte, seguido pela entrada de gaúchos e paranaenses que se dedicavam à cultura do trigo e soja.

Na década de 60, a região Centro-Oeste iniciou um processo de modificação da produção agrícola, por meio de incentivos governamentais para uma modernização agropecuária e integração da região aos outros mercados³³. A BR-163 Cuiabá-Santarém (1971-1976) foi um marco representativo da efetiva implantação dos projetos de colonização na região. Em 1976, a população total do estado era de 598.879 habitantes, expandindo para 2.498.150 no ano 2000³⁴.

A década de 1980 caracterizou-se pela expansão de projetos de colonização, baseados em assentamentos de famílias em pequenas propriedades e executados por empresas públicas e privadas, que resultaram em pouco sucesso devido a uma série de razões, tais como características qualitativas da terra; dificuldade de acesso ao crédito por parte dos pequenos agricultores; e condições de isolamento da maioria das áreas colonizadas (em particular no caso do norte de Mato Grosso). Este processo de “colonização acelerada” acabou por acarretar a multiplicação de diversos novos municípios nas áreas de fronteira, os quais sofrem até hoje com a ausência de infraestrutura e serviços. Na década de 90 o número de assentamentos rurais cresceu ainda mais: enquanto no período 1986/91 foram criados, em todo o estado, apenas 25 assentamentos, este número saltou para 262 na década de 90³⁵.

Mas, fora dos assentamentos, foi-se desenvolvendo uma agricultura altamente mecanizada e capitalizada, cujas formas mais difundidas foram a cultura da soja e terras de pastagem, concentradas em grandes latifúndios. A especulação de terras nas décadas de 70 e 80, quando o valor das terras subia mais rápido que a inflação, foi também um forte fator do desmatamento neste período.

Nos últimos anos, o avanço das plantações de soja na região passou a ser um forte vetor de desmatamento, uma vez que, entre outros aspectos, trouxe consigo um estímulo para o investimento em infraestrutura, especialmente para o escoamento da produção. Iniciou-se, também, um processo intenso de conversão de terras de pastagens para terras agrícolas.

Tais infraestruturas também contribuíram para o avanço da exploração madeireira na Amazônia brasileira, em especial do mogno. As estradas para a retirada de madeira e a posterior construção de rodovias tornaram as fronteiras mais acessíveis e, com isto, a lucratividade da madeira permitiu um maior investimento em plantações de soja e pastagens. De fato, a área de exploração madeireira coincide com o denominado Arco do Desmatamento, com a concentração dos polos e zonas madeireiras nas fronteiras agrícolas e do desmatamento.

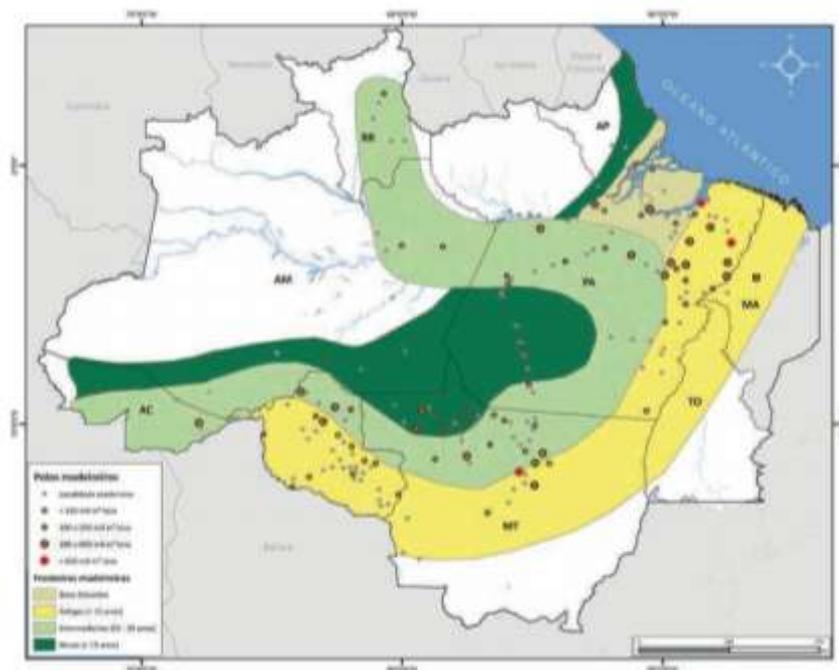


Figura 13 - Fronteiras e polos madeireiros da Amazônia Legal em 2009

Fonte: SFB & Imazon (2010) e Lentini et al. (2005) apud OEA

Um estudo do Imazon³⁶ (2012) indica também que, mesmo que reduzida, a exploração ilegal de madeira continua a ocorrer no Mato Grosso, atingindo cerca de 47% - o equivalente a 65.454 hectares - de toda a área de exploração entre agosto de 2010 e julho de 2011.

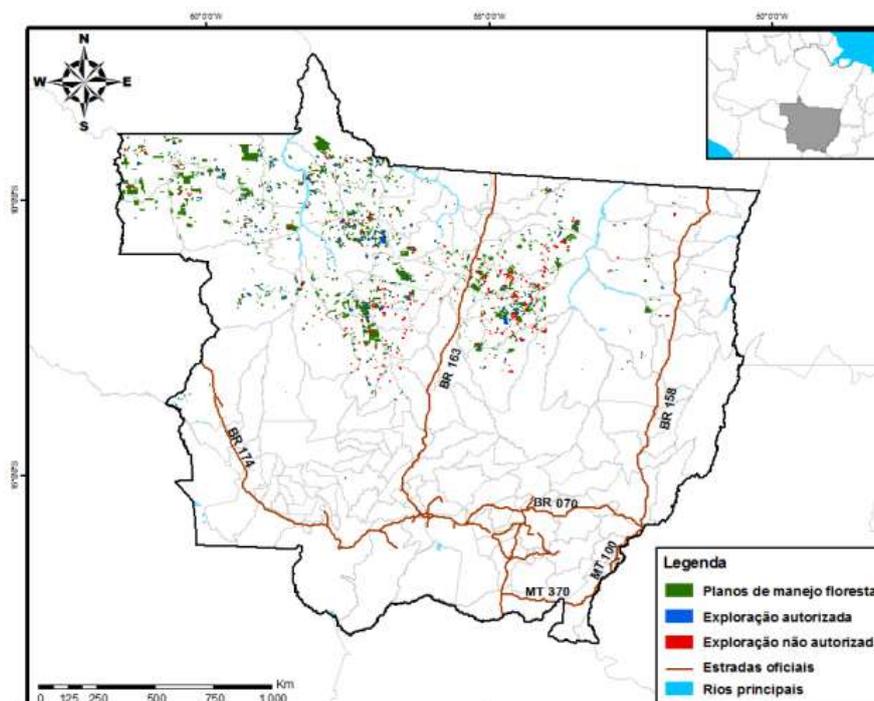


Figura 14 - Geografia da exploração de madeira no Mato Grosso entre ago/2010 e jul/2011.

Fonte: Monteiro, 2012

Na contribuição relativa pelas categorias fundiárias, temos que o desmatamento acumulado é maior em áreas privadas, não cadastradas e assentamentos, nesta ordem (nas áreas de floresta), como mostra a tabela 08.

Tabela 08 – Áreas de remanescentes florestais e desmatamento acumulado, por categoria fundiária, nas áreas de floresta (dados de 2012)

Floresta	Remanescentes (ha)	Desmatamento Acumulado (ha)
Assentamento	771.673,61	2.319.214,85
Área não cadastrada	7.845.162,71	8.096.418,19
Área incluída no SIMLAM	12.333.807,62	9.851.626,03
Terras Indígenas	8.533.079,46	349.668,16
Unidades de Conservação	1.928.733,50	107.064,75
Total	31.412.456,90	20.723.991,98

Fonte: PRODES e SEMA, 2013

Conforme pode ser observado na figura 15, as atuais regiões críticas de desmatamento coincidem com regiões com forte presença de assentamentos rurais, onde a falta de regularização fundiária é um desafio para a toda a Amazônia brasileira.

Segundo a SEMA-MT, Mato Grosso possui mais de 140 mil propriedades rurais, somando aproximadamente 66,3 milhões de hectares (73,7% da área do estado³⁷). Destes, 27 milhões de hectares já aderiram ao CAR, totalizando 21.000 títulos emitidos. Em relação à LAU, são 21 milhões de hectares licenciados, ou 8.500 títulos emitidos.

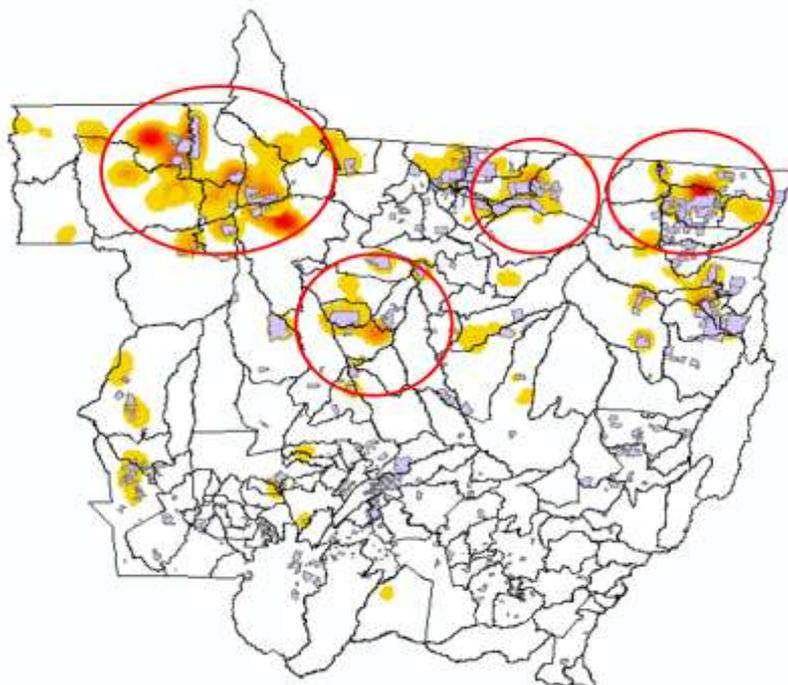


Figura 15 - Zonas críticas do desmatamento (em escala de vermelho e amarelo), com destaque para os assentamentos rurais (em cinza). Fonte: SEMA-MT, 2013³⁸

Todo este contexto apresentado até então resultou em altas taxas de desmatamento em Mato Grosso na última década. Junto com o Pará, foi um dos estados que mais contribuiu relativamente para o desmatamento da Amazônia brasileira entre 2004 e 2012, conforme pode ser observado na figura 16 a seguir.

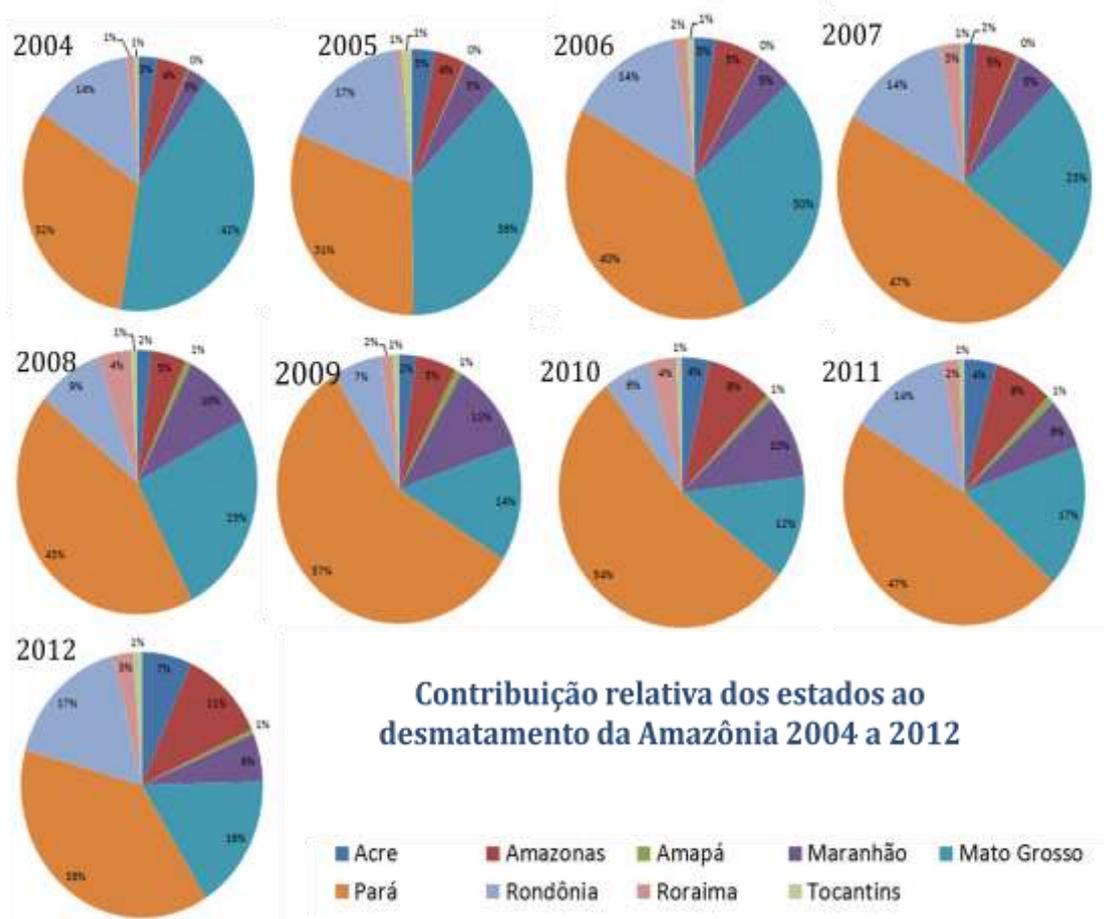


Figura 16 - Contribuição relativa dos estados com desmatamento da Amazônia entre 2004 e 2012.

Fonte: INPE, 2013³⁹

No entanto, esta mesma figura nos permite observar que, a partir de 2004, iniciou-se uma tendência de queda na participação do Estado no desmatamento da Amazônia Legal, passando de 42% em 2004 para 16% em 2012, representando a queda da taxa anual de corte raso de 11.814 km² em 2004 para 757 km² em 2012⁴⁰, conforme apresenta a figura 17.

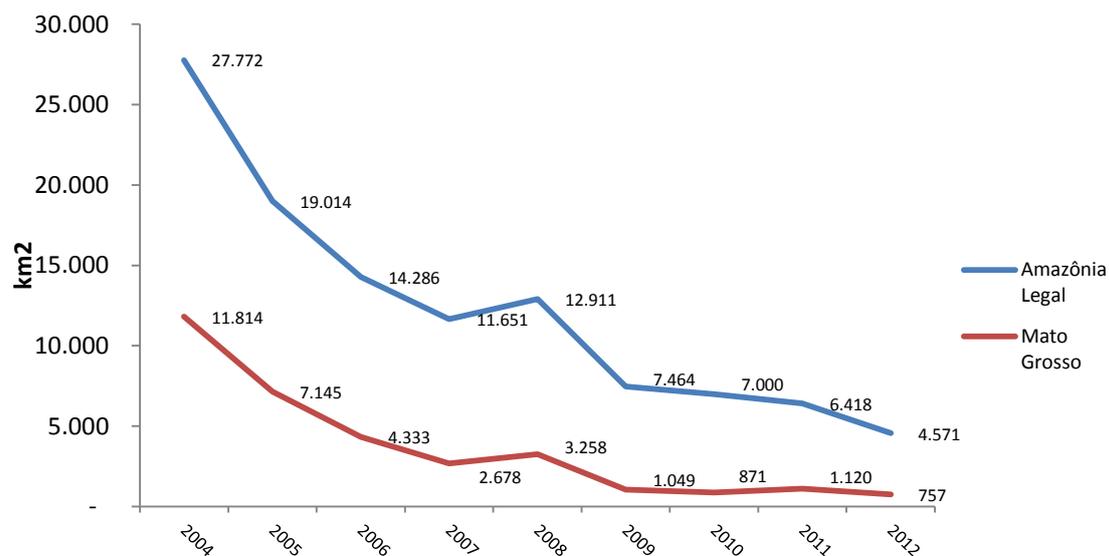


Figura 17 - Evolução do desmatamento de corte raso (km²) na Amazônia Legal

Fonte: PRODES/INPE, 2013.

Em termos de perfil do desmatamento, em anos passados, eram comuns a identificação de enormes áreas contíguas desmatadas e o acelerado avanço sobre a floresta. Mais recentemente, este perfil vem se alterando significativamente, como podemos observar na figura 18, que mostra a diminuição da área média dos polígonos desmatados. Dentre os fatores atribuíveis, a questão da identificação destas áreas por imagens de satélite é um dos principais. O sistema DETER, que detecta desmatamentos em tempo quase real, não identifica polígonos menores do que 25 ha, o que prejudica uma ação rápida e efetiva e dificulta a responsabilização.

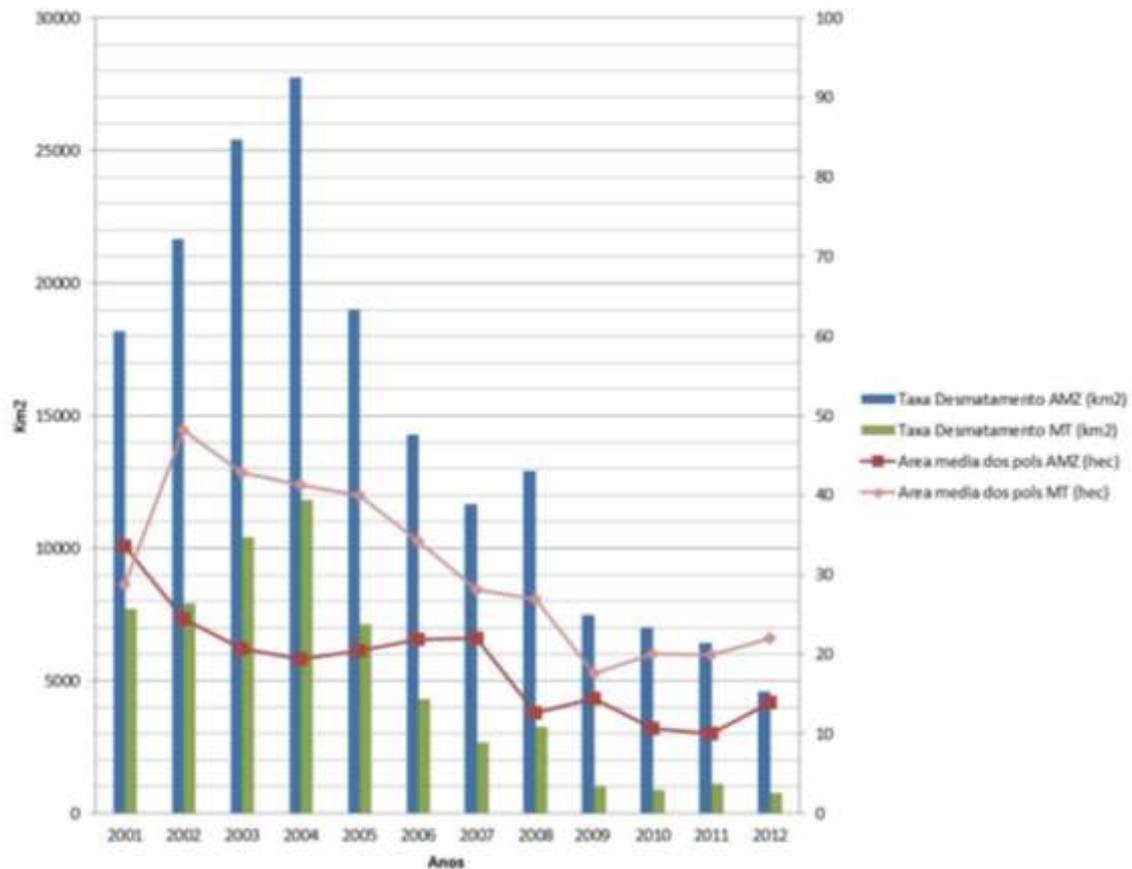


Figura 18 - Relação entre as taxas de desmatamento e as áreas médias dos polígonos desmatados na Amazônia brasileira e no Mato Grosso.

Fonte: INPE, 2013⁴¹

É importante salientar que o tamanho dos polígonos não tem relação direta com o tamanho da propriedade, ou seja, polígonos pequenos de desmatamento não significam desmatamento em pequenas propriedades. Muitas vezes, pode-se ver mosaicos de pequenos desmatamentos em grandes propriedades

b) Contexto geral do desmatamento no bioma Cerrado do Mato Grosso

A dinâmica do desmatamento no Cerrado é também bastante significativa, visto sua aptidão agrícola - relevo plano, facilmente mecanizável e, ainda que possua solos empobrecidos, são passíveis de correção por meio do uso de insumos e fertilizantes. Considerando toda a área original do Bioma Cerrado no Brasil, dos 2.040.000 km² de sua cobertura de vegetação, já haviam sido perdidos 47,84% até 2008. A área desmatada até 2002 foi de 890.636 km², e, entre 2002 e 2008, esse valor foi acrescido de 85.074 km², equivalente a uma média anual de 14.179 km²⁴².

Um estudo que analisou o histórico do desmatamento de Mato Grosso no Bioma Cerrado, constatou que na década de 1980 a média anual de desmatamento estava na casa de 4.179 km², passando para 4.600 km² na década seguinte e reduzindo para 1.010 km²/ano na década de 2000⁴³.

A SEMA-MT monitora anualmente o desmatamento no estado, produzindo dados sobre o desmatamento também nas áreas não monitoradas pelo PRODES. A figura a seguir apresenta um mapa de Mato Grosso, onde a área em “rosa” é considerada pelo PRODES como ‘não floresta’, não sendo, portanto, monitorada pelo INPE, que representa cerca de 41% da área total do estado. Sobre a área “rosa” é apresentada, em amarelo, a área de desmatamento acumulado até 2011.

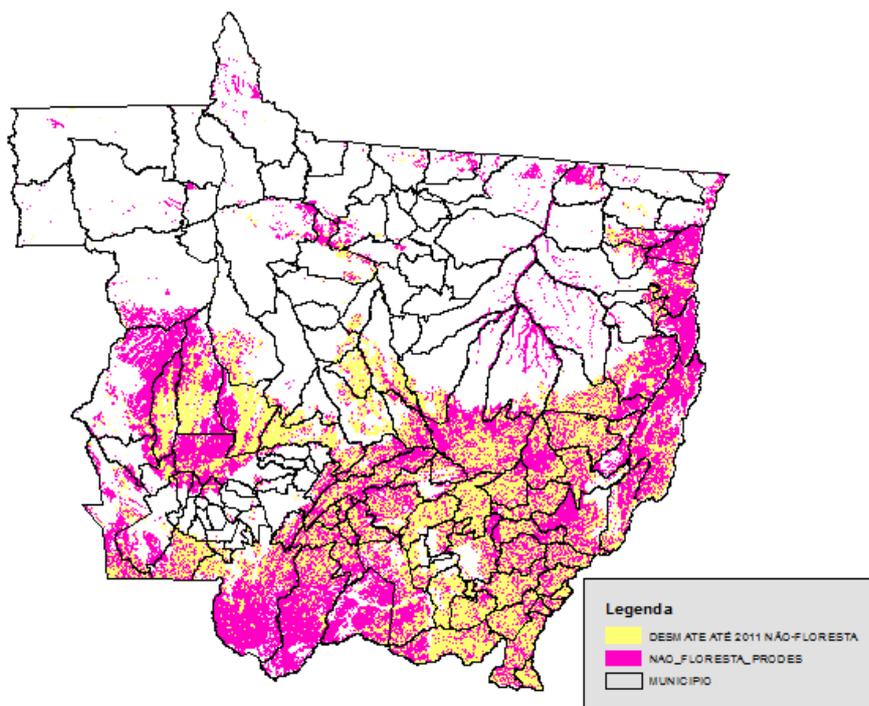


Figura 19 - Áreas identificadas como ‘não floresta’ (rosa) pelo PRODES no Mato Grosso e áreas desmatadas até 2011 (amarelo).

Fonte: CG/SMIA/SEMA-MT, 2013b

Seguindo a mesma tendência de redução do desmatamento do bioma Amazônia, tais áreas no Cerrado também apresentaram redução das taxas entre 2000 e 2011 (Figura 20).

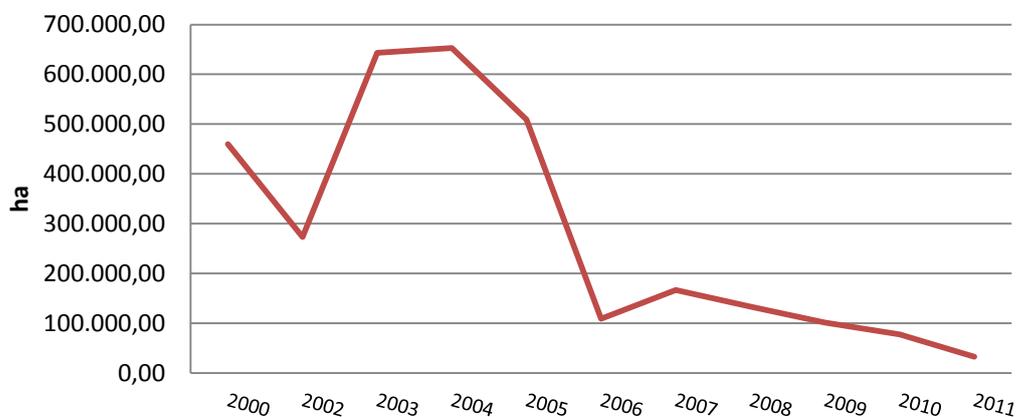


Figura 20 - Evolução do desmatamento em área de Cerrado no Mato Grosso.

Fonte: SEMA, 2013

A SEMA-MT tem feito um acompanhamento das áreas prioritárias no bioma Cerrado. A figura 21 ilustra as áreas críticas, nas quais há recorrência de altas taxas de desmatamento nos últimos três anos. Da mesma forma como no bioma Amazônia, algumas destas áreas coincidem com assentamentos rurais.

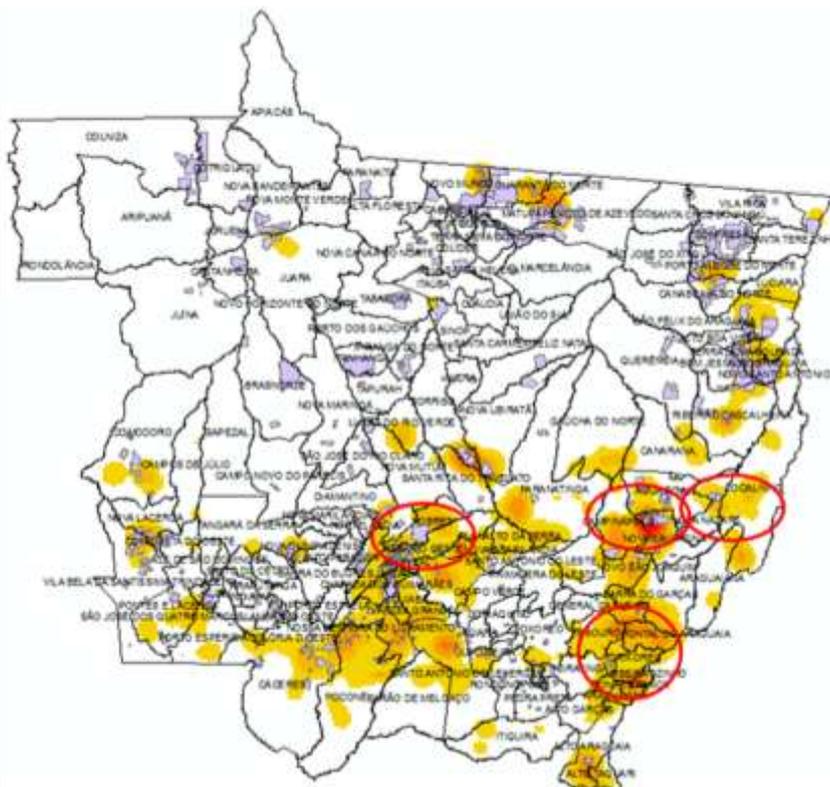


Figura 21 - Áreas críticas de desmatamento intenso recorrente nos últimos três anos em Mato Grosso, com destaque para algumas áreas de assentamentos rurais.

Fonte: SEMA-MT, 2013b

c) Lista de Municípios Prioritários

O Governo Federal estabeleceu, em 2007⁴⁴, critérios para a seleção de municípios a serem priorizados na implementação de medidas de integração e aperfeiçoamento das ações de monitoramento e controle, ordenamento fundiário e territorial e incentivo a atividades econômicas sustentáveis. Os critérios analisados para a entrada na Lista de Municípios Prioritários da Amazônia são os dados de desmatamento em área total de florestas nos últimos três anos e o aumento relativo entre os três e cinco últimos anos e a atualização da lista é feita anualmente⁴⁵. Uma vez selecionado, este município passa a ser acompanhado de maneira mais intensiva e ações são implementadas visando à redução nas taxas de desmatamento e o cadastramento das propriedades rurais. Caso ocorra a redução esperada e o município alcance o cadastro de 80% de sua área, ele deixa de ser considerado como “prioritário” e passa ser classificado como “município com desmatamento sob controle e monitorado”.

A tabela 09 apresenta os municípios incluídos na Lista de Municípios Prioritários entre 2008 e 2011 e também os municípios controlados. Conforme pode ser observado, Mato Grosso possui 24 municípios destacados, sendo destes: 19 incluídos em 2008, 1 incluído em 2009, 4 incluídos em 2011 e 5 municípios com desmatamento monitorado e sob controle.

Tabela 09 - Lista de municípios do Mato Grosso na Lista de Municípios Prioritários em 2013⁴⁶

Nome	Ano de entrada na Lista	Ano de saída da Lista
Alta Floresta	2008	2012
Alto Boa Vista	2011	
Aripuanã	2008	
Brasnorte	2008	2013
Cláudia	2011	
Colniza	2008	
Confresa	2008	
Cotriguaçu	2008	
Feliz Natal	2009	2013
Gaúcha Do Norte	2008	
Juara	2008	
Juína	2008	
Marcelândia	2008	2013
Nova Bandeirantes	2008	
Nova Maringá	2008	
Nova Ubiratã	2008	
Paranaíta	2008	
Peixoto De Azevedo	2008	
Porto Dos Gaúchos	2008	
Querência	2008	2011
Santa Carmen	2011	
São Félix Do Araguaia	2008	
Tapurah	2011	
Vila Rica	2008	

Fonte: MMA⁴⁷

Tabela 10- Municípios com maiores índices de desmatamento no estado do Mato Grosso de acordo com o monitoramento do PRODES.

RANKING PRODES DE 2010 A 2012						
Nº	Município (Estado)	Incremento 2011/2012 (%)	Município (Estado)	Incremento 2010/2011 (%)	Município (Estado)	Incremento 2009/2010 (%)
1	Colíza (MT)	50,5 (0,29%)	Nova Ubiratã (MT)	93,6 (0,74%)	Tapurah (MT)	96,4 (0,53%)
2	Confresa (MT)	49,7 (0,86%)	Colíza (MT)	87,4 (0,51%)	Colíza (MT)	78,2 (0,28%)
3	Cotriguaçu (MT)	44,8 (0,49%)	Tapurah (MT)	85,5 (0,74%)	Aripuanã (MT)	32,0 (0,13%)
4	Peixoto de Azevedo (MT)	40,8 (0,28%)	Peixoto de Azevedo (MT)	57,3 (0,40%)	Feliz Natal (MT)	27,7 (0,24%)
5	Querência (MT)	38,8 (0,22%)	Juara (MT)	57,2 (0,27%)	Vila Bela da Santíssima Trindade (MT)	26,3 (0,19%)
6	Nova Bandeirantes (MT)	34,0 (0,36%)	Nova Bandeirantes (MT)	49,1 (0,51%)	Cotriguaçu (MT)	26,1 (0,29%)
7	Tapurah (MT)	33,3 (0,29%)	Aripuanã (MT)	34,3 (0,14%)	Querência (MT)	22,7 (0,15%)
8	Aripuanã (MT)	21,5 (0,09%)	Matupá (MT)	29,5 (0,57%)	Peixoto de Azevedo (MT)	22,6 (0,16%)
9	Feliz Natal (MT)	20,5 (0,18%)	Feliz Natal (MT)	27,1 (0,24%)	Nova Ubiratã (MT)	22,5 (0,16%)
10	Rondoniândia (MT)	20,2 (0,16%)	Confresa (MT)	25,1 (0,43%)	Porto dos Gaúchos (MT)	21,7 (0,31%)
	3 anos					
	2 anos					

Fonte: SEMA-MT, 2013a

Os municípios do bioma Cerrado são também monitorados e, atualmente, existem quatro em Mato Grosso que estão incluídos na Lista de Municípios Críticos do desmatamento no Cerrado, sendo eles:

Tabela 11 – Municípios mato-grossenses do Bioma Cerrado na Lista de Prioridade na Portaria do MMA nº097/2012.

MUNICÍPIOS	DESMATE (2009 -2010) em ha
Água Boa	2.714,60
Cocalinho	5.186,29
Paranatinga	6.684,83
Rosário Oeste	4.803,13
TOTAL	19.388,85

Fonte: SEMA-MT, 2013

4. AÇÕES DO ESTADO NO COMBATE AO DESMATAMENTO

O Estado de Mato Grosso tem um histórico bastante importante de implementação de ações de combate ao desmatamento e é pioneiro no Brasil neste sentido. Em 1999 criou o chamado SLAPR ou Sistema de Licenciamento Ambiental de Propriedades Rurais, o que proporcionou ao órgão ambiental assumir a gestão florestal, mesmo antes da publicação da Lei de Florestas Públicas, que, em 2006, descentralizou do nível federal para o estadual tal competência. O ano de 2006 foi marcado por diversos avanços na gestão ambiental do Estado e marca o início mais significativo da queda das taxas de desmatamento.

Os últimos anos apresentaram iniciativas relevantes no contexto estadual, implementadas diretamente pelo Governo Estadual ou em parceria com outras instituições, bem como importantes iniciativas lideradas por outros setores, tais como o setor produtivo e a importante participação da sociedade civil, responsáveis, entre outras ações, pela implementação de diversos projetos financiados pelo Fundo Amazônia. Desta forma, temos no estado um cenário de esforços conjuntos. Abaixo, destacam-se algumas destas iniciativas:

a) Cadastro Ambiental Rural: histórico e situação atual

Conforme apontado anteriormente, um dos grandes desafios dos Estados da Amazônia é efetivar a regularização ambiental como instrumento de controle e combate ao desmatamento. Mato Grosso foi o pioneiro no Brasil a avançar neste sentido ao lançar o Programa “MT Legal”, em 2008. O Programa tinha como objetivo incentivar o cadastramento voluntário das propriedades agrícolas, dispensando-as de multas por passivos ambientais mediante a adesão ao Programa. Por meio do cadastro, os produtores assumiriam o compromisso de regularizar sua situação caso tivessem desmatado acima do permitido pela lei. O Programa dividiu o processo de regularização em duas etapas, sendo a primeira o (i) Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a segunda o (ii) Licenciamento Ambiental Único (LAU).

O CAR tem efeito declaratório e consiste no registro dos imóveis rurais junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA por meio eletrônico, para fins de controle e monitoramento. Em caso de propriedades com necessidades de adequação, a partir do cadastro são propostos um Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), a recuperação das Áreas de Preservação Permanentes Degradadas (APPD) e a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

Na fase de Licenciamento, o produtor deve localizar e regularizar suas áreas de Reserva Legal (RL) e realizar a implementação do PRAD. Com o termo de averbação de RL em mãos, o proprietário recebe, então, a Licença Ambiental Única.

O estado tem, aproximadamente, uma área passível de cadastramento de 66,3 milhões de hectares, o que representa 73,7% da área estadual total. Até 2013, deste total, 27 milhões de hectares são de imóveis rurais que aderiram ao CAR, ou 40,7% da área passível de regularização (21.000 títulos de CAR emitidos). Já para a LAU, são 21 milhões de hectares licenciados, que representam 31,6% da área passível de regularização (8.500 títulos de LAU emitidos). A figura 22 apresenta a distribuição das propriedades que já possuem análise das informações

geográficas aprovadas pela Coordenadoria de Geoprocessamento da SEMA para o CAR e/ou LAU.

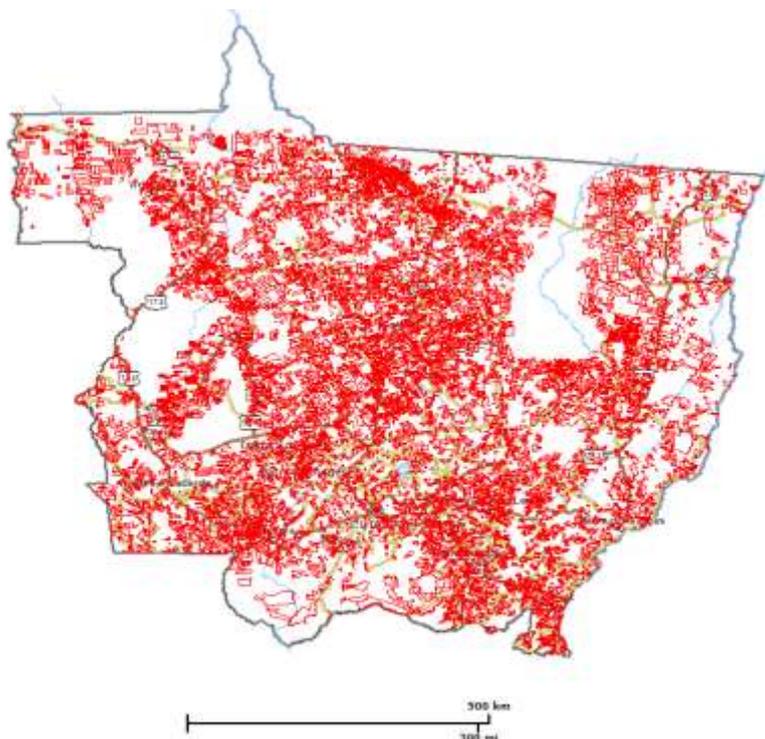


Figura 22 – Distribuição das propriedades com informações geográficas aprovadas pela COGEO para o CAR e/ou LAU.

Fonte: SEMA, 2013

O novo Código Florestal, aprovado em 2012 (Lei nº 12.651/2012) inclui também questões específicas para o desenvolvimento do CAR a nível nacional, alterando alguns dos procedimentos que vinham sendo implementados pelo Estado e definindo novas regras para a regularização (por exemplo, definição de reserva legal em assentamentos). Desta maneira, é necessário ainda que estas regulamentações sejam definidas pela lei nacional para que o Estado possa seguir com a implementação de forma alinhada.

b) Lei nº 9878: Sistema Estadual de REDD+⁴⁸

Em janeiro de 2013 foi aprovada a Lei nº 9878, que cria o Sistema Estadual de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, Conservação, Manejo Florestal Sustentável e Aumento dos Estoques de Carbono Florestal (REDD+) no Estado de Mato Grosso. Esta lei foi resultado de três intensos anos de trabalho, iniciados em 2009, com a criação do Fórum Mato-grossense de Mudanças Climáticas. O Fórum deliberou a criação de um Grupo de Trabalho REDD+, do qual participaram mais de 30 instituições, as quais foram construindo de maneira conjunta a proposta de lei que foi encaminhada para votação.

O objetivo do sistema é *“promover a redução progressiva, consistente e sustentada das emissões de gases de efeito estufa decorrentes de desmatamento e degradação florestal, bem*

como a conservação, o manejo florestal sustentável e a manutenção e aumento dos estoques de carbono florestal, com vistas ao alcance das metas do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Estado de Mato Grosso”.

Neste sentido, a aprovação do Sistema Estadual de REDD+ muito pode contribuir para o cumprimento destas metas, uma vez que prevê a criação de programas, projetos e ações de apoio ao REDD+, a criação de um fundo para financiamento destas ações, sistema de registro de programas e projetos de REDD+ e a repartição de benefícios provenientes da verificação das emissões evitadas oriundas da redução no desmatamento. Visa, ainda, fortalecer o fomento a atividades sustentáveis e à valorização de seu setor florestal que, aliado a ações de comando e controle, são os pilares para a sustentação de suas baixas taxas de desmatamento.

Diversos aspectos mais específicos desta lei serão regulamentados via decretos, os quais incluirão instrumentos técnicos, tais como inventários de carbono florestal, revisão da linha de base, normas e critérios para cadastro de registro de iniciativas de REDD+ e também a construção dos Programas Setoriais de REDD+, divididos em Programa Florestal e Programa Unidades de Conservação.

A aprovação da lei representa um importante avanço para garantir um ambiente jurídico seguro e normatizado, o que aumenta consideravelmente o potencial de captação de recursos tanto de fontes ligadas a mercados emergentes de gases de efeito estufa (como o do estado da Califórnia, por exemplo) quanto a outras fontes potenciais.

c) Projetos apoiados pelo Fundo Amazônia

O Fundo Amazônia foi anunciado pelo Governo Brasileiro durante a 13ª Conferência das Partes (COP) em 2007, na Indonésia. Foi regulamentado pelo decreto nº 6.527/2008 e tem como objetivo captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e promoção da conservação e uso sustentável das florestas no Bioma Amazônia.

Apesar de alguns entraves, tem representado uma fonte significativa de recursos para o controle e combate ao desmatamento. Tais projetos estão sendo implementados tanto por organizações não governamentais quanto por governos (federal, estadual e municipal), podendo ser diretamente ou em parceria. Abaixo estão listados os projetos já aprovados pelo Fundo que estão sendo implementados em Mato Grosso e seus principais objetivos. É importante salientar que alguns deles tem abrangência maior do que o estado, incluindo outros estados da Amazônia Legal.

Bombeiros Florestais de Mato Grosso⁴⁹: Estruturação da Base de Operações Aéreas e Terrestre de Sinop – MT para o monitoramento e combate ao desmatamento provocado por incêndios florestais e queimadas ilegais. O projeto foi contratado em janeiro de 2012 e tem 24 meses de duração prevista, com total de R\$ 16,7 milhões, sendo que, destes, R\$ 12,7 milhões são oriundos do Fundo Amazônia.

Sementes do Portal⁵⁰: Projeto de reflorestamento do Instituto Ouro Verde em sete municípios, no extremo norte de Mato Grosso: Apicás, Alta Floresta, Carlinda, Nova Guarita, Nova Canaã

do Norte, Terra Nova do Norte e Matupá. O projeto, de R\$ 5,4 milhões, foi contratado em março de 2010 e tem duração de 36 meses.

Virada Verde⁵¹: O projeto, desenvolvido pela The Nature Conservancy do Brasil (TNC Brasil) tem como objetivo contribuir para a mobilização dos atores locais em 12 municípios de Mato Grosso e do Pará, com vistas à adesão ao CAR, e monitorar o desmatamento na região por meio de imagens de satélite. O projeto foi aprovado em dezembro de 2009 e contratado em abril de 2010. Tem duração prevista de 36 meses e orçamento de R\$ 19,2 milhões (R\$ 16 milhões provenientes do Fundo Amazônia).

Pequenos Projetos Ecosociais na Amazônia⁵²: Projeto da ONG Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) que prevê financiar projetos socioambientais de pequeno valor voltados para agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais em áreas do bioma Amazônia dos estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão, por meio de quatro chamadas públicas de projetos. Para tal, estão previstos R\$ 15,8 milhões - R\$ 12,8 milhões do Fundo Amazônia - em 60 meses, a partir de sua contratação, a qual se deu em setembro de 2012.

Programa de Qualificação da Gestão Ambiental⁵³: O Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) teve um projeto contemplado, que prevê capacitação e assistência técnica, disseminação de conhecimentos e informações em rede; e estímulo à inovação e promoção da articulação com outras esferas de governo e da sociedade em geral, no âmbito das políticas públicas ambientais dos municípios do Bioma Amazônia. O projeto, de R\$ 18,9 milhões, foi contratado em fevereiro de 2013 e tem duração prevista de 48 meses.

Projetos municipais:

Nascentes do Buriti⁵⁴: Projeto desenvolvido pela prefeitura municipal de Carlinda e contratado em setembro de 2011, prevê o fortalecimento da gestão ambiental do município por meio da estruturação física da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo, e a recuperação de 1.722 ha de Áreas de Preservação Permanente (APP) no entorno de nascentes. O projeto tem valor total de R\$ 1,89 milhões, sendo destes R\$ 1,87 previstos pelo Fundo Amazônia, para execução em 48 meses.

Preservar Porto dos Gaúchos⁵⁵: Contratado em agosto de 2011, o projeto prevê a estruturação física da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Porto dos Gaúchos. A previsão orçamentária total foi de R\$ 134,9 mil, com aporte total pelo Fundo Amazônia de R\$ 133,9 mil e meta de conclusão em 12 meses.

Recupera Marcelândia⁵⁶: Projeto desenvolvido pela Prefeitura do Município de Marcelândia, tem como objetivo apoiar o fortalecimento da gestão ambiental municipal e a recuperação de áreas degradadas no entorno de 50 nascentes da sub-bacia do rio Manissauá-Missu, localizadas próximas à zona urbana no município. O projeto, cujo valor total é de R\$ 686,6 mil, sendo destes R\$ 668,1 oriundos do Fundo Amazônia, foi contratado em maio de 2011 e tem duração prevista de 36 meses.

Olhos D'Água da Amazônia⁵⁷: O projeto tem como objetivo a realização do diagnóstico ambiental e da viabilização do processo de registro das pequenas propriedades rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR), além de promover ações de fomento à recuperação de áreas

de preservação permanente degradadas próximas às nascentes localizadas nas pequenas propriedades no município de Alta Floresta. É implementado pela própria prefeitura, foi contratado em janeiro de 2011 e tinha previsto um total de R\$ 2,8 milhões.

Olhos D'Água da Amazônia Fase II⁵⁸: Uma segunda fase do projeto foi aprovada em junho de 2013, para continuidade das ações de recuperação de áreas degradadas, georreferenciamento e inscrição no CAR de 1.500 propriedades e o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis, tais como meliponicultura, piscicultura e a produção de hortifrutigranjeiros orgânicos. O projeto tem duração prevista de 30 meses e orçamento total de R\$ 7,59 milhões, sendo que destes, R\$ 7,18 milhões são de aporte do Fundo Amazônia.

5. O PPCDQ/MT EM SUA SEGUNDA FASE (2014 – 2016)

Esta segunda fase do PPCDQ/MT visa manter a abordagem direta dos vetores e causas que levam à perda de cobertura florestal e garantir a longevidade dos bons resultados e baixas taxas de desmatamento que o Estado alcançou durante a vigência do Plano anterior. No entanto, o panorama futuro e contexto das ações começam a se alterar. Comando e controle continuam a ter papel fundamental devido à continuidade do desmate ilegal. No entanto, ações que levem à valorização e ao uso da floresta em suas diversas potencialidades, aliadas à melhoria da produtividade agropecuária, tornam-se fundamentais. Após reduzir o desmatamento a níveis baixos, o desafio agora é criar as condições socioeconômicas para sua manutenção.

a) Organização das Atividades

Para garantir que as ações do Plano estejam direcionadas especificamente às causas e vetores que impulsionam o desmatamento no estado, é fundamental uma análise crítica dos objetivos e resultados esperados em cada um dos eixos de ação.

A organização desta segunda fase do Plano, em eixos, segue a mesma lógica do Plano anterior e também do Plano Federal, a fim de manter a consistência e a integração. No entanto, uma das alterações em relação ao Plano anterior foi a transformação do Eixo IV – Governança e Gestão Executiva, que deixa de ser um eixo temático e passa a ser executado de forma transversal, acima das atividades de cada eixo.

Conforme dito, as atividades incluídas em cada eixo foram agrupadas em resultados, indicando “áreas temáticas” a serem atacadas por um determinado conjunto de atividades (Figura 23). Para cada resultado, foram definidos também indicadores de impacto, que devem fornecer uma visão mais ampla sobre a efetividade de cada grupo de atividades, além de indicadores de desempenho para cada uma das atividades. Esta organização visa garantir integração e consistência entre cada grupo de atividade em cada eixo, possibilitando que seus resultados sejam mensurados tanto em termos da eficiência na performance das ações (se foram executadas como previstas no Plano) – o que permite uma avaliação mais quantitativa da execução do Plano - quanto em termos de impacto e eficácia (se a execução das ações levou ao objetivo principal esperado), sendo uma avaliação mais qualitativa.

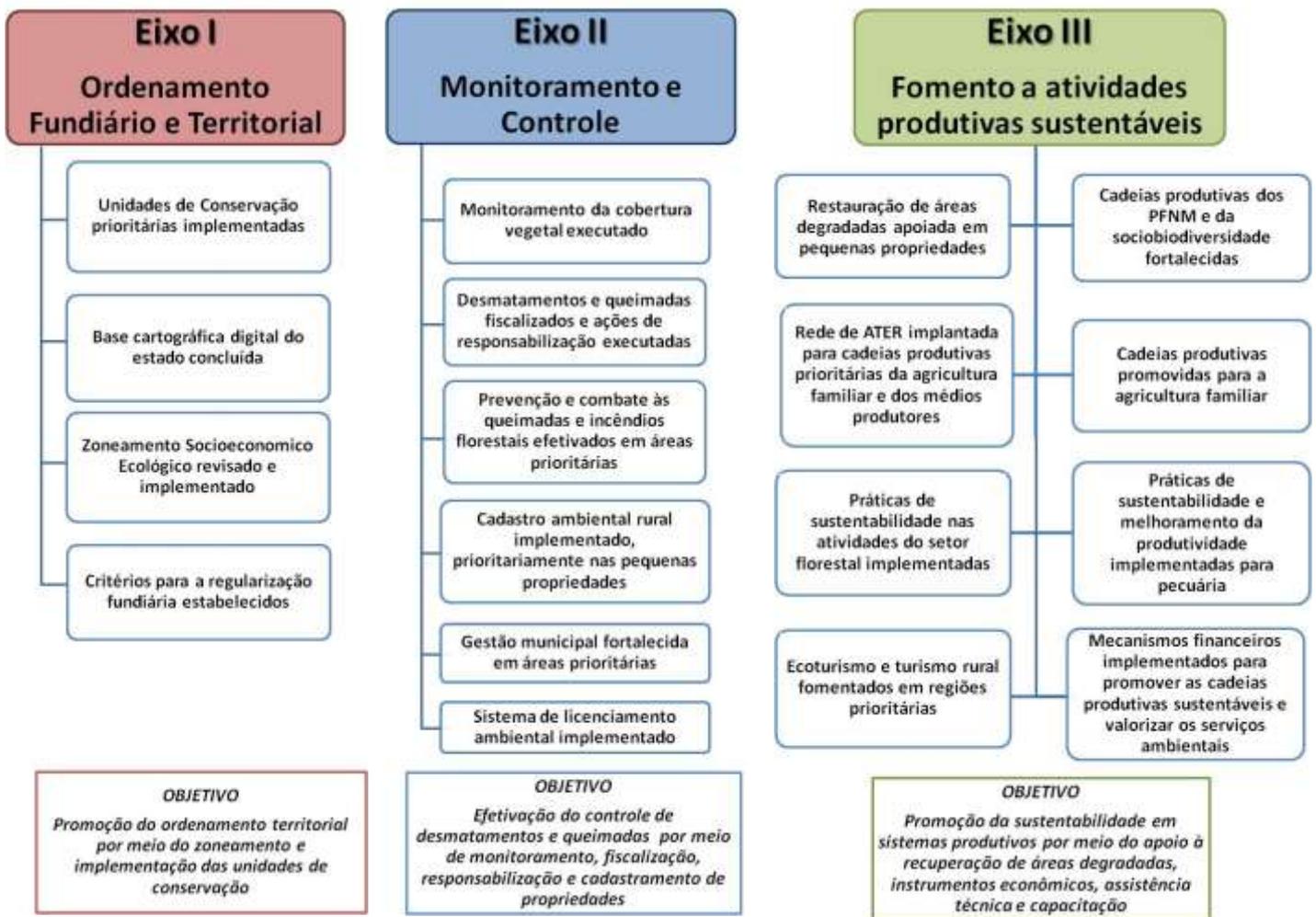


Figura 23– Eixos temáticos, resultados esperados e objetivos do PPCDQ/MT segunda fase

Integração com Ações Federais

O Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM) – terceira fase, executado pelo Governo Federal, prevê uma série de ações a serem implementadas diretamente nos estados, sendo algumas em articulação direta com os Governos Estaduais.

Uma das premissas do PPCDQ-MT é garantir a integração de atividades entre as diferentes esferas, a fim de evitar sobreposição de esforços e priorizar a integração dos objetivos. Desta maneira, optou-se por incluir neste plano as ações do PPCDAM previstas para Mato Grosso. Assim, as tabelas de cada eixo já incorporam algumas das ações desenvolvidas pelo Governo Federal, que serão incluídas dentro de cada respectivo resultado, destacadas em cor cinza claro.

b) Objetivos

O PPCDQ/MT baseia-se nos seguintes objetivos:

Objetivo Superior – Redução do desmatamento e queimadas por meio do controle, ordenamento territorial e promoção de atividades sustentáveis

Objetivos Específicos

- i. Promoção do ordenamento territorial por meio do zoneamento e implementação das unidades de conservação
- ii. Efetivação do controle de desmatamentos e queimadas por meio do monitoramento, fiscalização, responsabilização e cadastramento de propriedades
- iii. Promoção da sustentabilidade em sistemas produtivos por meio do apoio à recuperação de áreas degradadas, instrumentos econômicos, assistência técnica e capacitação

c) Diretrizes Gerais e Estratégicas

O desenho e implementação do Plano serão norteados pelas seguintes diretrizes gerais:

- a. Integração dos instrumentos de monitoramento e controle com incentivos positivos a práticas sustentáveis e medidas de ordenamento territorial, sob a ótica do desenvolvimento sustentável;
- b. Gestão compartilhada e participativa, envolvendo parcerias entre as três esferas de governo (federal, estadual e municipal), organizações da sociedade civil e o setor privado;
- c. Reconhecimento da importância fundamental de ações conjuntas, incluindo esforços da sociedade civil e setor produtivo, no alcance dos objetivos do Plano;
- d. Complementaridade entre ações de redução e controle do desmatamento e a melhoria das práticas agropecuárias no estado e de uso sustentável e valorização das florestas; e
- e. Monitoramento constante e transparência na divulgação e acompanhamento da implementação das atividades previstas e seus impactos.

d) Vigência

A vigência do Plano para esta segunda fase será de 2014 a 2016. É sabido que algumas atividades terão duração inferior a este período, assim como outras deverão se estender além desta data. Assim, é importante que o acompanhamento e o monitoramento da evolução e performance de cada ação seja feito de forma periódica, através dos indicadores de resultado, e a eficácia e desempenho do plano sejam monitorados através dos indicadores de impacto, tendo como um dos indicadores principais a evolução da taxa de desmatamento no estado.

e) Metas de Redução do Desmatamento

A redução da perda de vegetação nativa e a manutenção e valorização das florestas compõem o cerne deste plano, juntamente com a redução das queimadas. O plano anterior, alinhado às definições federais, estabelecia metas específicas para redução do desmatamento como um todo e também metas específicas para o desmatamento ilegal que precisam ser atacados fortemente.

O primeiro plano estabelecia metas para três períodos quinquenais. Para o primeiro deles, 2006 a 2010, a meta era de reduzir o desmatamento para 2.757km² médios (64%), meta esta que foi alcançada e superada, visto que o desmatamento alcançou o valor médio de 2.429 km², ou seja, 68%.

Esta fase do Plano define, então, as metas de redução para os períodos subsequentes, 2011 – 2015 e 2016 – 2020, sendo elas:

- **2011-2015:** meta de redução de 75% (média do período) em relação à linha de base revisada (média das taxas 2001 – 2010), ou seja, 5.714 km².
 - Estima-se que o estado deverá chegar a um desmatamento médio de 1.428 km² entre 2011 e 2015



- **2016-2020:** meta de redução de 80% (média do período) em relação à linha de base, mantendo como referência o período entre 2001 e 2010 (mesma do período anterior - 5.715 km²)
 - Estima-se que o estado deverá chegar a um desmatamento médio de 1.143 km² entre 2016 e 2020.



No processo de revisão do PPCDQ/MT, houve a decisão política de alteração da meta do último período, para o qual será mantida a redução de 80%, conforme meta estabelecida pelo governo federal no âmbito do PPCDAM, porém, utilizando como referência o período 2001 a 2010.

Metas para o Cerrado

Quando o PPCDQ/MT foi lançado em 2009, foram estabelecidas as metas de redução do desmatamento nos ambientes de floresta, cabendo à proposição, posteriormente, das metas de redução do desmatamento nos ambientes de Cerrado.

O Governo Federal estabeleceu, por meio do Decreto nº 7.390, de 09 de dezembro de 2010, que regulamenta a Política Nacional sobre Mudança do Clima, as seguintes metas de redução:

“Art. 6º Para alcançar o compromisso nacional voluntário de que trata o art. 12 da Lei nº 12.187, de 2009, serão implementadas ações que almejem reduzir entre 1.168 milhões de tonCO₂eq e 1.259 milhões de tonCO₂eq do total das emissões estimadas no art. 5º.

§ 1º Para cumprimento do disposto no caput, serão inicialmente consideradas as seguintes ações contidas nos planos referidos no art. 3º deste Decreto:

*I - redução de oitenta por cento dos índices anuais de desmatamento na **Amazônia Legal** em relação à média verificada entre os anos de 1996 a 2005;*

*II - redução de quarenta por cento dos índices anuais de desmatamento no **Bioma Cerrado** em relação à média verificada entre os anos de 1999 a 2008;”*

Observando-se os incisos I e II transcritos acima, podemos verificar que a meta de redução da Amazônia Legal é de 80% e do Bioma Cerrado é de 40%. Mato Grosso tem todo o seu território inserido na região denominada Amazônia Legal, mas também apresenta 40% de seu território localizado no Bioma Cerrado. Desta forma, recaem sobre Mato Grosso duas metas de redução do desmatamento diferentes para um mesmo território.

Cabe ainda salientar que o monitoramento dos ambientes de floresta de Mato Grosso, realizado pelo PRODES/INPE, abrange principalmente o Bioma Amazônia, mas também recobre porções de ambientes de floresta nos Biomas Cerrado e Pantanal. Como as metas estabelecidas pelo Governo Federal apresentam recortes territoriais com lógicas distintas (limites políticos para Amazônia e para o bioma Cerrado), cria uma situação delicada para o Estado estabelecer uma meta para o Cerrado para a qual não houvesse sobreposição com as demais áreas.

Mesmo o Estado de Mato Grosso não tendo estabelecido metas de redução para o Cerrado, as taxas de desmatamento nesta região tiveram uma redução percentual ainda menores que as áreas de floresta, como pode ser observado na figura 20, chegando a um percentual de 95% de redução se comparado a dados do desmatamento dos anos de 2004 e 2011.

Ao aferir a meta proposta pelo governo federal de 40% de redução dos desmatamentos para os ambientes de cerrado não monitorados pelo PRODES/INPE podemos verificar:

- média dos desmatamentos de 2000 a 2009 = 3.048,8 km²

- desmatamento do ano de 2011= 322 km²

Comparando-se as médias dos desmatamentos de 2000 a 2009 com o desmatamento ocorrido no ano de 2011, podemos observar que o Estado de Mato Grosso alcançou uma redução de 89% dos desmatamentos no Cerrado, ou seja, o dobro do estabelecido pela meta do governo federal (40%).

Desta forma, houve a decisão política de não estabelecer uma nova meta para Mato Grosso e usar como parâmetro a meta do Governo Federal, realizando apenas o ajuste territorial da área a ser considerada, para o saldo da área do estado considerada pelo INPE como “não floresta”, a qual constitui, na prática, ambientes de vegetação com fitofisionomias de Cerrado.

6. MODELO DE GOVERNANÇA

O PPCDQ/MT deve ter como condição fundamental para sua boa execução a integração entre as diversas instituições incluídas como executoras de atividades. Igualmente importante é a existência de uma estrutura interinstitucional que garanta o adequado monitoramento e gestão das atividades do Plano.

Em sua primeira fase, o PPCDQ/MT tinha as ações de Governança e Gestão Executiva organizadas em um quarto eixo de ações. Nesta fase, a deliberação dos participantes do processo foi de organizar tais atividades não mais como um eixo, mas sim de maneira transversal e superior, que forma que seja possível o monitoramento de todas as atividades executadas e a gestão das atividades. Este papel será desempenhado pela Comissão Executiva, liderada pela SEMA-MT.

Ademais, estão previstas estruturas de divulgação e acompanhamento público do andamento das atividades do Plano, tanto em atividades já executadas pela SEMA, como o informativo PanCeFlô, quanto pelo sistema de monitoramento e acompanhamento do Plano, como parte integrante de um projeto do Fundo Amazônia.

a) Fluxograma Institucional do PPCDQ/MT

O fluxograma institucional definido é apresentado na Figura 26 abaixo:

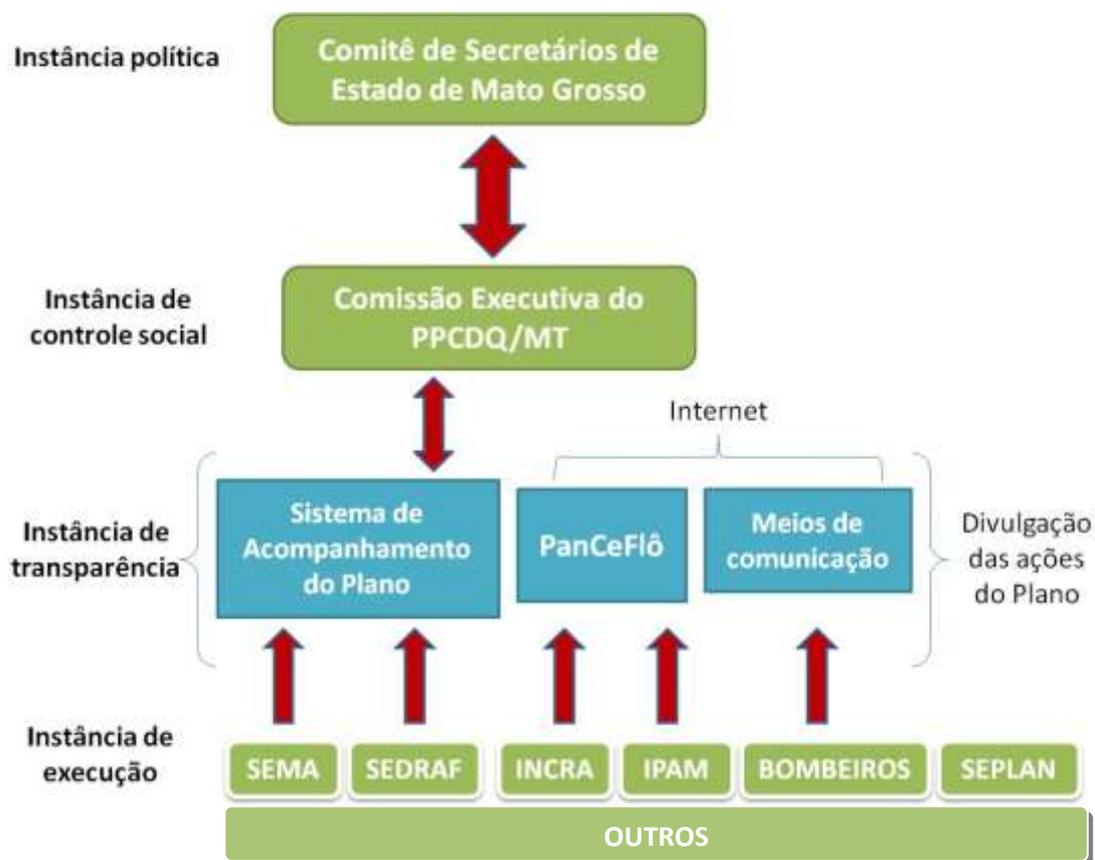


Figura 25 – Fluxograma institucional proposto para a segunda fase do PPCDQ/MT

b) Comitê de Secretários de Estado

Uma das inovações desta fase do PPCDQ/MT é a criação de uma instância política formada por um Comitê de Secretários do Estado de Mato Grosso. Esta instância tem como objetivo servir como espaço de articulação entre as políticas públicas setoriais, visando à busca do desenvolvimento sustentável e à implementação de ações coordenadas que contribuam com a conservação ambiental e a proteção do clima no estado. Este Comitê foi criado pelo Decreto Governamental nº 1.999, de 14 de novembro de 2013, sendo composto pelos seguintes membros:

- Secretário de Estado do Meio Ambiente;
- Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral;
- Secretário de Estado de Segurança Pública;
- Secretário-Chefe da Casa Civil;
- Secretário-Chefe da Casa Militar;
- Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos;
- Secretário de Estado de Fazenda;
- Secretário-Auditor Geral do Estado;
- Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar;
- Secretário de Estado de Indústria, Comércio e Minas e Energia;
- Secretário de Estado de Trabalho e Assistência Social;
- Secretário de Estado de Desenvolvimento de Turismo;
- Secretário de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana;
- Secretário de Estado de Educação;
- Secretário de Estado de Administração;
- Secretário de Estado de Saúde;
- Secretário de Estado de Comunicação Social;
- Secretário de Estado de Esportes e Lazer;
- Secretário de Estado de Cultura;
- Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia;
- Secretário de Estado das Cidades;
- Secretário Extraordinário de Acompanhamento da Logística Intermodal de Transportes; e
- Secretário Extraordinário da Copa do Mundo – FIFA 2014.

c) Comissão Executiva

No Decreto nº 2.943/2010, que institui o PPCDQ/MT primeira fase, lançado em 2010, foi criada também a Comissão Executiva do Plano, que tem como objetivo o acompanhamento e monitoramento da implementação das ações do Plano, além de avaliar a compatibilidade das propostas de projetos desenvolvidas no âmbito do estado de Mato Grosso, a serem encaminhadas ao Fundo Amazônia, com o PPCDQ/MT.

Este é o principal espaço de discussão e deliberação de questões relacionadas ao Plano, sendo composta tanto por órgãos governamentais quanto não governamentais. Para esta segunda fase, a Comissão permanece como uma das estruturas centrais no modelo de governança do Plano, prevendo a reativação de seu cronograma de reuniões bimestrais. Também está prevista a revisão das instituições participantes, considerando a participação efetiva durante a primeira fase do Plano e o desejo expresso daquelas não integrantes de tornar-se parte da Comissão.

d) Transparência

Conforme mencionado anteriormente, uma das premissas do Plano é a transparência para permitir constante acompanhamento público do desenvolvimento das atividades previstas. Para tal, estão previstos três espaços principais de divulgação e comunicação: (i) Sistema de Acompanhamento do Plano, que servirá como plataforma online de acompanhamento e monitoramento do desenvolvimento das atividades do Plano, (ii) o PanCeFlô, boletim atualmente produzido pela SEMA-MT e onde serão divulgadas notícias específicas sobre atividades do plano, bem como atualizações sobre seu andamento e, (iii) Divulgação geral através dos meios de comunicação. Abaixo destas está a instância de execução, composta por todas as instituições envolvidas na implementação do Plano.

e) Atividades previstas

Nesta fase, as ações de governança e gestão executiva passam a compor um item específico do Plano, transversal, deixando de ser um eixo de ação. Estas ações são fundamentais para que a integração e desenvolvimento das atividades possa ocorrer da melhor forma, de modo que serão monitoradas e detalhadas da mesma maneira, a fim de garantir o acompanhamento de sua implementação e fortalecer o desenvolvimento das ações previstas.

Portanto, dentre as atividades previstas originalmente, está a criação de um comitê de Secretários de Estado (mencionada acima), com reuniões trimestrais, e a reativação das reuniões bimestrais da Comissão Executiva. Tais instâncias são fundamentais para garantir o adequado acompanhamento das ações do Plano e reforçar a necessidade de integração e gestão compartilhada das ações do Plano. Além disso, as reuniões da Comissão Executiva devem servir como instrumento de reporte e transparência à sociedade civil e demais setores envolvidos e/ou impactados pelas ações do Plano.

Conforme avaliação da fase anterior do Plano, espera-se uma maior integração entre o desenvolvimento dos Planos Estaduais e do PPCDAM. Para isso, o Plano prevê discussões de temas relevantes para os estados no contexto federal, bem como a participação de membros da Comissão Executiva Estadual nas reuniões da Comissão Executiva do PPCDAM. As atividades previstas são:

GOVERNANÇA E GESTÃO EXECUTIVA

Estratégia	Localização	Órgão Responsável	Parceiros	Pré-requisitos	CUSTOS E FONTE					D ou p*	Indicador
					2014	2015	2016	TOTAL	FONTE		
Instituir o Comitê de Secretários de Estado para a tomada de decisão estratégica sobre a implementação do PPCDQ/MT	Cuiabá	SEMA	Secretários membros do comitê	Publicação do decreto de criação do comitê	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	recursos orçamentários do Estado	D	4 reuniões por ano
Realizar reuniões bimestrais para acompanhamento das ações do PPCDQ/MT	Cuiabá	SEMA	Membros da Comissão Executiva	Publicação de decreto instituindo o plano revisado e os membros da comissão executiva	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	recursos orçamentários do Estado	D	6 reuniões anuais
Participação de um representante da Comissão Executiva do PPCDQ/MT em reunião da Comissão Executiva do PPCDAM	Brasília/DF	MMA		Agendamento de reunião semestral pelo MMA	R\$ 2.500	R\$ 2.500	R\$ 2.500	R\$ 7.500	recursos orçamentários da SEMA	D	Participação em 2 reuniões por ano
Discussão de temas relevantes para a implementação do PPCDAM com o Fórum dos Secretários de Estado do Meio Ambiente da Amazônia Legal	Brasília/DF	MMA	Secretários de Meio Ambiente dos Estados da Amazônia	Agendamento de reunião anual pelo MMA	R\$ 1.250	R\$ 1.250	R\$ 1.250	R\$ 3.750	recursos orçamentários da SEMA	D	Participação em 1 reunião por ano

Elaborar e implantar um sistema de acompanhamento, monitoramento, e gerenciamento de projetos acoplado com um sistema de transparência e de divulgação contendo as informações de projetos para acesso do Comitê Executivo e do público externo, no âmbito do PPCDQ-MT.	Todo o estado	SEMA			R\$ 500 mil	R\$ -	R\$ -	R\$ 500 mil	Fundo Amazônia	P	Sistema de acompanhamento e gerenciamento de projetos implementado
Utilizar o informativo PanCeFlô para a divulgação das ações executadas, tendo o PPCDQ/MT uma página exclusiva em todas as edições do informativo.	Todo o estado	SEMA	Instituições executoras das atividades do PPCDQ/MT	Atualização pelos executores do Sistema de Acompanhamento, monitoramento e gerenciamento do PPCDQ/MT	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		D	6 Boletins Informativos PanCeFlô divulgados por ano

* - D ou P referem-se à fonte de recursos, se disponível (D) ou potencial (P)

Conforme podemos ver, a articulação entre diferentes esferas de governo será algo fundamental e prioritário na execução do Plano. Além de espaços de articulação entre Secretarias Estaduais do MT e participação na Comissão Executiva do PPCDAM, espera-se também que haja discussões relacionadas nas reuniões entre os Estados Amazônicos, no âmbito do Fórum de Secretários de Meio Ambiente da Amazônia Legal.

f) Alinhamento estratégico entre o PPCDQ/MT e o MT +20 (Plano de Longo Prazo)

O Governo do Estado de Mato Grosso construiu, em 2006, um Plano de Longo Prazo (PLP) atualizado posteriormente, em 2011, em conjunto com diversos atores sociais. Seu objetivo é apresentar um cenário desejado para o Estado em um período de 20 anos, considerando a realidade atual e o futuro desejado, para os quais foram traçados doze macro-objetivos. Para alcançá-los, o Plano estabelece orientações estratégicas para ações do governo e da sociedade, servindo como diretriz para o seu desenvolvimento instrumentos de planejamento de curto e médio prazo, sejam eles previstos por lei (PPA/LDO/LOA) ou Planos Setoriais, tal como o PPCDQ/MT.

O PLP foi desenvolvido sobre eixos estratégicos, que orientarão as iniciativas e projetos do governo nos próximos 20 anos, e incluem doze macro-objetivos, que representam os resultados pretendidos pela sociedade no futuro (com metas e indicadores), compostos por estratégias e linhas estruturantes (figura 26 abaixo). Para que o Governo alcance os objetivos indicados no PLP, é importante considerar sua necessidade de alinhamento com demais ações de governo, expressas em planos de médio prazo e em planos setoriais (como o PPCDQ/MT).

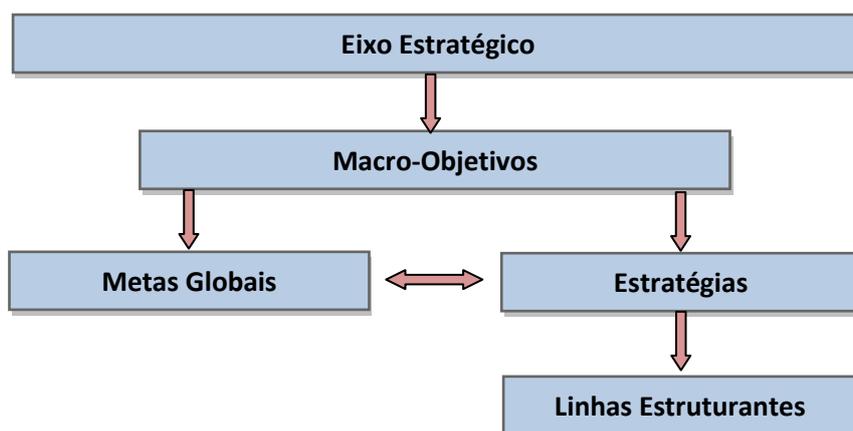


Figura 26 - Estrutura sistemática do PLP.

Fonte: SEPLAN

O PPCDQ/MT foi elaborado de forma a se alinhar com as diretrizes indicadas no PLP e sua estratégia pretendida através de suas ações e resultados esperados. Ao analisar os resultados esperados dentro de cada eixo deste Plano, é possível observar uma relação direta com três dos macro-objetivos do PLP, bem como suas estratégias e linhas estruturantes, sendo eles:

Resultado do PPCDQ	Linha Estruturante - PLP	Estratégia -PLP	Macro Objetivo - PLP
EIXO I - Ordenamento Fundiário e Territorial			
1.1 Unidades de Conservação Prioritárias Implementadas	1.4 Consolidar o Sistema Estadual de Unidades de Conservação	1. Ampliação do conhecimento e melhoria da gestão da Biodiversidade	1. Melhorar a conservação ambiental dos biomas mato-grossenses e as práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais
1.2 Base cartográfica digital do Estado concluída	6.5 Realizar Estudos e Pesquisas para atualizar a base cartográfica, as informações territoriais, ambientais e socioeconômicas	6. Implantação da Política de Ordenamento Territorial do Estado	10. Melhorar a prestação de Serviços Públicos
1.3 ZSEE Revisado	6.4. Estabelecer normas e padrões para o uso sustentável dos recursos naturais		
1.4 Critérios para a regularização fundiária estabelecidos			
Eixo II - Monitoramento e Controle			
2.1 Monitoramento da Cobertura Vegetal Executado	2.2. Implementar um sistema de monitoramento ambiental	2. Fortalecimento do sistema estadual de controle para usos de recursos ambientais	1. Melhorar a conservação ambiental dos biomas mato-grossenses e as práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais
2.2 Desmatamentos e queimadas fiscalizados e ações de responsabilização efetivadas	2.4. Aprimorar e Intensificar Fiscalização e responsabilização ambiental		
	2.6 Ampliar as ações de combate a incêndios florestais e à degradação ambiental		
2.3 Prevenção e combate de queimadas e incêndios florestais efetivados em áreas prioritárias	2.6 Ampliar as ações de combate a incêndios florestais e à degradação ambiental		
2.4 Cadastro Ambiental Rural implementado, prioritariamente nas pequenas propriedades	2.4. Aprimorar e Intensificar Fiscalização e responsabilização ambiental		
2.5 Gestão ambiental Municipal fortalecida em áreas prioritárias	2.3 Descentralizar a gestão ambiental		
2.6 Sistema de Licenciamento ambiental Implementado	2.1 Implementar um sistema de informações que subsidie tomadas de decisão quanto ao uso dos recursos ambientais		
	2.5. Aprimorar o licenciamento ambiental e resgatar seu caráter preventivo, por meio de identificação e dimensionamento dos impactos socioambientais		

EIXO III - Fomento a atividades Produtivas sustentáveis			
3.1 Restauração de área degradada apoiada em pequenas propriedades	5.1 Recuperar áreas degradadas públicas e privadas	5. Ampliação da recuperação de áreas degradadas	1. Melhorar a conservação ambiental dos biomas mato-grossenses e as práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais
3.2 Cadeias produtivas dos PFNM e da sociobiodiversidade fortalecidas	1.6 Promover o uso sustentável da biodiversidade	1. Ampliação do conhecimento e melhoria da gestão da Biodiversidade	
3.3 Rede de ATER implantada para cadeias produtivas prioritárias da agricultura familiar e dos médios produtores	2.5 Ampliar os serviços de pesquisa, assistência técnica e extensão rural	2. Fortalecimento da Agricultura familiar	9. Aumentar a competitividade e a performance econômica do Estado
3.4 Cadeias produtivas promovidas para a agricultura familiar	2.9 Apoiar a organização rural e fortalecer as entidades associativas de agricultores familiares		
3.5 Práticas de sustentabilidade nas atividades do setor florestal implementadas	1.6 Promover o uso sustentável da biodiversidade	1. Ampliação do conhecimento e melhoria da gestão da Biodiversidade	1. Melhorar a conservação ambiental dos biomas mato-grossenses e as práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais
3.6 Práticas de sustentabilidade e melhoramento da produtividade implementados para a pecuária	2.5 Ampliar os serviços de pesquisa, assistência técnica e extensão rural	2. Fortalecimento da Agricultura familiar	9. Aumentar a competitividade e a performance econômica do Estado
3.7 Ecoturismo e turismo rural fomentado em regiões prioritárias	3.1 Expandir atividades turísticas nas diferentes modalidades	3. Diversificação da estrutura produtiva da economia	
3.8 Mecanismos financeiros implementados para promover as cadeias produtivas sustentáveis e valorizar os serviços ambientais	1.6 Promover o uso sustentável da biodiversidade	1. Ampliação do conhecimento e melhoria da gestão da Biodiversidade	1. Melhorar a conservação ambiental dos biomas mato-grossenses e as práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais

Desta forma, podemos verificar a forte vinculação entre os resultados esperados pelo Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas e as a diferentes estratégias do PLP. Esta integração é de fundamental importância para garantir o alinhamento entre as políticas governamentais, gerando resultados consistentes e que contribuam para o desenvolvimento do estado como um todo, de acordo com sua visão de futuro.

É importante também ressaltar que o alinhamento entre os instrumentos de planejamento aqui analisados foram feitos no nível de resultados do PPCDQ/MT e no nível de estratégias no PLP. No entanto, quando observam-se as ações propostas no PPCDQ, que compõem um nível de agregação inferior ao resultado, verifica-se um alinhamento ainda maior às estratégias do PLP. Desta forma, fica evidente a transversalidade das ações deste Plano, que em conjunto, podem ainda contribuir com os seguintes objetivos de longo prazo: fortalecer a capacidade científica e tecnológica do Estado; reduzir as desigualdades regionais e valorizar as culturas regionais do Estado

7. ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO

Conforme mencionado, as atividades a serem implementadas estão agrupadas em resultados, a partir do conjunto de atividades neles incluídas, em cada um dos eixos temáticos do Plano. Assim, cada eixo tem um objetivo específico, composto por diferentes resultados que deverão ser alcançados pelo conjunto de atividades previstas. Para cada atividade existe um indicador de desempenho, e para cada resultado, um ou mais indicadores de impacto. Desta forma, cada eixo tem seu próprio objetivo específico, resultados e indicadores de impacto relacionados, e indicadores de desempenho para cada atividade.

a) Matriz Lógica e Indicadores

Conforme dito, uma das estratégias principais de acompanhamento do Plano e seus resultados será através de indicadores de desempenho e impacto. Os indicadores de desempenho serão definidos para cada uma das atividades incluídas nos três eixos e seu monitoramento será de acordo com o cronograma de implementação de cada. Desta forma, será possível acompanhar o desempenho de cada atividade e, por consequência, cada resultado e cada eixo, mensurando o nível de execução ao final de cada período. No entanto, além do acompanhamento da implementação das atividades específicas, é fundamental garantir o desempenho do Plano de acordo com seus resultados esperados e como um todo, ou seja, o efeito de cada grupo de atividades na conjuntura ambiental do Estado, seu impacto real no campo.

Assim, abaixo se encontra a matriz lógica resumida para o Plano, descrevendo o objetivo geral e os objetivos específicos de cada eixo, com seus respectivos indicadores, meios de verificação e pressupostos. Na seção relativa a cada eixo, a matriz traz estas informações no nível dos resultados, apresentando os indicadores de impacto para cada um, bem como os pressupostos e meios de verificação. Já a tabela completa apresenta todas as informações sobre cada uma das atividades que compõem cada resultado, incluindo também os indicadores de performance.

MATRIZ LÓGICA DO PPCDQ/MT				
ITEM	OBJETIVOS, ATIVIDADES e RESULTADOS	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	PRESSUPOSTOS
Objetivo Superior	Redução do desmatamento e queimadas por meio do controle, ordenamento territorial e promoção de atividades sustentáveis.	Metas de redução do desmatamento	PRODES/INPE	Implementação do PPCDQ/MT
Objetivo Específico 1	Promoção do ordenamento territorial por meio do zoneamento e implementação das unidades de conservação.	Zoneamento Socioeconômico Ecológico - ZSEE	Publicação da Lei (D.O do Estado); Ajuda memória das reuniões da Comissão Estadual do ZSEE	Aprovação da Lei do ZSEE pela Assembleia e aprovação pela Comissão Coordenadora Nacional de ZEE
Objetivo Específico 2	Efetivação do controle de desmatamentos e queimadas por meio do monitoramento, fiscalização, responsabilização e cadastramento de propriedades.	Cadastramento Ambiental Rural (80% de áreas cadastradas nos municípios prioritários para controle do desmatamento)	Base de dados do SIMLAM (SEMA/SMIA)	Aprovação do projeto de CAR no Fundo Amazônia
Objetivo Específico 3	Promoção da sustentabilidade em sistemas produtivos por meio do apoio à recuperação de áreas degradadas, instrumentos econômicos, assistência técnica e capacitação.	Volume de produtos da agricultura familiar no PAA e PNAE	CONAB, Anuário Estatístico MT, IBGE	Operacionalização do sistema de emissão de DAP (<i>pré-requisito para comercialização no PAA e PNAE</i>)

EIXO I – ORDENAMENTO FUNDIÁRIO E TERRITORIAL

A tabela abaixo resume a matriz lógica de acordo com o objetivo específico deste eixo, os resultados esperados e seus respectivos indicadores de impacto, fontes de verificação e pressupostos.

Eixo Temático I: Ordenamento Fundiário e Territorial				
OBJETIVO ESPECÍFICO	Promoção do ordenamento territorial por meio do zoneamento e implementação das unidades de conservação			
ITEM	RESULTADO	INDICADORES DE IMPACTO	FONTES DE VERIFICAÇÃO	PRESSUPOSTOS
Resultado 1.1	Unidades de Conservação prioritárias implementadas	Percentual de área das UCs prioritárias protegido	SMIA/ SEMA	Criação de novas UCs
		Número de focos de calor no interior das UCs prioritárias	SMIA/ SEMA, PRODES	
		Percentual de área desmatada na zona de amortecimento das UCs prioritárias	PRODES/SEMA	Estabelecimento da zona de amortecimento pelo Plano de Manejo da UC
		Número de focos de calor na Zona de Amortecimento das UCs prioritárias	SMIA, CUCO/ SEMA PRODES	
Resultado 1.2	Base cartográfica digital do Estado concluída	Licenciamentos realizados com a base cartográfica digital atualizada	SEPLAN/SEMA	Homologação das cartas faltantes pelo DSG
Resultado 1.3	Zoneamento Socioeconômico Ecológico revisado e implementado	Número de Licenciamentos de propriedades rurais orientados pelo ZSEE	Diário Oficial do Estado de Mato Grosso	Aprovação da Lei de ZSEE
Resultado 1.4	Critérios para a regularização fundiária estabelecidos	Resultado considerado meio, não sendo estabelecido indicador de impacto		

EIXO I - Ordenamento Fundiário e Territorial

Nr.	Atividade	Descrição e estratégia	Localização Geográfica	Órgão Responsável	Parceiros	Pré requisitos	CUSTOS E FONTE (em reais)					Indicador	
							2014	2015	2016	Total	Fonte		D ou P
1.1. Unidades de Conservação prioritárias implementadas													
1.1.1	Elaborar planos de manejo para unidades de conservação	Garantir a elaboração dos planos de manejo como parte da estratégia da implementação de UCs	P.E de Águas Quentes, P.E Dom Osório, P.E Mãe Bonifácia, Resex Guariba Roosevelt, E.E rio Madeirinha, E.E rio Roosevelt, P.E tucumã, P.E Ricardo Franco	SEMA			14.905	315.000	315.000	644.905	Recursos internos (14.905) e previsão via compensação ambiental de empreendimentos de significativo impacto (630.000)	D, P	08 Planos de manejo elaborados e publicados
1.1.2	Georreferenciar Unidades de Conservação	Realizar georreferenciamento, demarcação e sinalização das UCs	PE Tucumã, EE Rio Madeirinha, EE Rio Roosevelt, PE Igarapés – Juruena, PE Xingu, PE Araguaia, Serra – Ricardo Franco, PE Santa Bárbara, Resex Guariba/Roosevelt, EE Rio Madeirinha, EE Rio Roosevelt, PE Tucumã	SEMA			1.584.000	1.246.500	-	2.830.500	Fundo Amazônia	P	09 UCs demarcadas e sinalizadas.
1.1.3	Diagnosticar a situação fundiária das UCs	Realizar diagnósticos da cadeia dominial para embasar processos de desapropriação e indenização de propriedades localizadas em UCs	PE Tucumã, EE Rio Madeirinha, EE Rio Roosevelt, PE Igarapés – Juruena, PE Xingu, PE Araguaia, Serra – Ricardo Franco, PE Santa Bárbara, Resex Guariba/Roosevelt, EE Rio Madeirinha, EE Rio Roosevelt, PE Tucumã	SEMA			1.492.160	2.331.670	-	3.823.830	Fundo Amazônia	P	09 Relatórios de ações discriminatórias produzidos.
1.1.4	Promover a Compensação de Reservas Legais em Unidades de Conservação	Após a realização do georreferenciamento e diagnóstico da situação fundiária, as unidades de conservação estarão disponíveis para a realização da	PE Tucumã, EE Rio Madeirinha, EE Rio Roosevelt, PE Igarapés – Juruena, PE Xingu, PE Araguaia, Serra – Ricardo Franco, PE Santa Bárbara, Resex Guariba/Roosevelt, EE Rio Madeirinha, EE Rio	SEMA			-	-	-	-	Ação que não envolve gasto de recursos orçamentários		50% da área apta para regularização efetivamente compensada

		regularização fundiária via compensação de reservas legais	Roosevelt, PE Tucumã										
1.1.5	Realizar ações de educação ambiental em unidades de conservação	Realizar sensibilização, mobilização e formação das comunidades de entorno	Resex Guariba Roosevelt, EE Rio Madeirinha, EE Rio Roosevelt, PE Tucumã	SEMA			65.000	-	-	65.000	Fundo Amazônia	P	03 cursos aplicados para comunidades tradicionais de UCs; 14.000 materiais de educação produzidos.
1.1.6	Criar mosaicos de UC conforme previsão do SNUC	Articular com o Governo Federal (MMA) o reconhecimento de mosaicos de UCs	UCs Federais, Estaduais e Municipais e Terras Indígenas	SEMA, ICMBIO	FUNAI, prefeituras	Identificar situações ("áreas protegidas") e integração das ações dos órgãos	5.000	5.000	5.000	15.000	Fonte MMA	P	Criação de 1 mosaico
1.2. Base cartográfica digital do Estado concluída													
1.2.1	Elaborar o mapa de vegetação primária de Mato Grosso na escala 1:250.000	Finalizar trabalho de campo e homologação de legendas com IBGE das cartas já trabalhadas	Estado todo	SEPLAN	SEMA e IBGE	Estabelecer convênio com IBGE	151.760	-	-	151.760	Estado (Fonte 100)	P	Mapa de vegetação concluído
1.2.2	Finalizar as 26 cartas faltantes para a base cartográfica 1:100.000	Finalizar as 26 cartas e homologar base cartográfica 1:100.000	Regiões específicas do Estado que estão faltando	SEPLAN	SEMA e Exército		15.080	-	-	15.080	Estado (Fonte 100)	P	26 cartas finalizadas e base homologada
1.2.3	Aperfeiçoar e atualizar a base cartográfica 1:100.000	Após conclusão, manter as informações da base atualizadas	Estado todo	SEPLAN	Exército e SEMA	Homologar base 1:100.000	24.960	-	-	24.960	Estado (Fonte 100)	P	100% das demandas de atualização realizadas

1.3. Zoneamento Socioeconômico Ecológico revisado e implementado

1.3.1	Adequar o ZSEE ao Decreto Federal e submetê-lo à aprovação da Assembleia Legislativa	Realizar revisão do ZSEE em parceria com a Comissão Coordenadora Nacional do ZEE, subsidiada pela caracterização e atualização das regiões de planejamento de MT em aspectos físicos-bióticos e socioeconômicos (potencialidades e fragilidades) para subsidiar o planejamento regional	Todo o Estado	SEPLAN SEMA	MMA	Decisão política sobre a apresentação de um novo Projeto de Lei do ZSEE	-	-	-	-	recursos orçamentários da SEMA, SEPLAN e MMA	D	Projeto de Lei do ZSEE aprovado
1.3.2	Implementar o ZSEE aprovado	O licenciamento de atividades rurais será orientado pelas categorias, zonas e diretrizes do ZSEE	Todo o Estado	SEMA	SEPLAN	Aprovação da nova Lei do ZSEE	-	-	-	-			100 % dos novos processos de licenciamento orientados pelas diretrizes do ZSEE; Ações de planejamento (PPA, PTA) orientadas pelas diretrizes do ZSEE

1.3.3	Implementar o Sistema Integrado de Avaliação Ambiental - SIAA como uma ferramenta para o aperfeiçoamento da gestão ambiental da paisagem no SIMLAM .	Utilização do SIAA para subsidiar a atividade de licenciamento, no qual será possível visualizar informações do meio físico e biótico do local do projeto a ser avaliado, sendo disponibilizado por meio do SIMLAM. Para a utilização do sistema, será necessário capacitar os servidores da SEMA.	Todo o Estado	SEMA		Aguardando a empresa responsável pela execução das correções da ferramenta	10.300	-	-	10.300	recursos orçamentários da SEMA (Fonte 240)	D	Sistema em operação
1.3.4	Apoiar a elaboração de Programa de Gestão Territorial e Ambiental - PGTAs das Terras Indígenas	Sensibilização/Mobilização, diagnóstico, planejamento, execução e avaliação	TIs do projeto GATI e TIs a serem selecionadas	FUNAI	SEMA, ONGs, IBAMA	Aprovação em Comitê de gestão compartilhada					Valores dependentes da finalização do orçamento da FUNAI		100% da elaboração dos PGTAs em TIs apoiados
1.4. Critérios para a Regularização Fundiária estabelecidos													
1.4.1	Realizar diagnóstico de desafios e soluções potenciais para a regularização fundiária em 6 municípios	Mapear as demandas por regularização fundiária e propor soluções potenciais para embasar o planejamento de ações de governos locais e criação de políticas e programas específicos.	Paranaíta, Nova Bandeirantes, Apiacás, Carlinda, Terra Nova do Norte e Peixoto de Azevedo	ICV	Prefeituras municipais, INCRA, INTERMAT, SEMA		70.000	0	0	70.000	CLUA	P	Diagnóstico realizado para 6 municípios, incluindo recomendações para a solução dos principais gargalos.

EIXO II – MONITORAMENTO E CONTROLE

A tabela abaixo resume a matriz lógica de acordo com o objetivo específico deste eixo, os resultados esperados e seus respectivos indicadores de impacto, fontes de verificação e pressupostos.

Eixo Temático II: Monitoramento e Controle				
OBJETIVO ESPECÍFICO	Efetivação do controle de desmatamentos e queimadas por meio do monitoramento, fiscalização, responsabilização e cadastramento de propriedades			
ITEM	RESULTADO	INDICADORES DE IMPACTO	FONTES DE VERIFICAÇÃO	PRESSUPOSTOS
Resultado 2.1	Monitoramento da Cobertura Vegetal executado	Resultado considerado meio, não sendo estabelecido indicador de impacto		
Resultado 2.2	Desmatamentos e queimadas fiscalizados e ações de responsabilização efetivadas	Percentual da área da UC desmatada	SEMA (SMIA) e PRODES	
		Área da UC desmatada	SEMA (SMIA) e PRODES	
		Percentual de recebimento de multas	IBAMA (SICAFI), SEMA (SPA), Coordenadoria de Arrecadação da SEMA, SEMA (SUF), RAG (Relatório Anual de Gestão)	
		Percentual das áreas desmatadas que foram embargadas	SEMA (SUF) e IBAMA (NUGEO)	
Resultado 2.3	Prevenção e Combate de Queimadas e Incêndios Florestais efetivados em áreas prioritárias	Número de focos de calor por ha no interior das UCs	INPE/ SEMA	
		Número de focos de calor por ha dentro das TIs	INPE/ SEMA	
		Número de focos de calor por ha dentro de Projetos de Assentamento	INPE/ SEMA/ INCRA	
Resultado 2.4	Cadastro Ambiental Rural implementado, prioritariamente nas pequenas propriedades	Percentual de áreas desmatadas em pequenas propriedades cadastradas	SEMA (SMIA)	Projeto de CAR do Fundo Amazônia aprovado
Resultado 2.5	Gestão Ambiental Municipal fortalecida em áreas prioritárias	Taxa de desmatamento e degradação florestal por ha nos municípios apoiados	SEMA (SMIA)	
		Número de focos de calor nos municípios apoiados	SEMA (SMIA), INPE	
Resultado 2.6	Sistema de Licenciamento Ambiental implementado	Percentual de desmatamento autorizado	SEMA (SMIA), PRODES	
		Percentual de área de floresta passível de licenciamento sob o regime de PMFS	SEMA (SMIA)	

EIXO II - Monitoramento e Controle

Nr.	Atividade	Descrição e estratégia	Localização Geográfica	Órgão Responsável	Parceiros	Pré requisitos	CUSTOS E FONTE (em reais)					D ou P	Indicador
							2014	2015	2016	TOTAL	Fonte		
2.1. Monitoramento da Cobertura Vegetal executado													
2.1.1	Realizar o monitoramento da cobertura vegetal	Quantificar anualmente os desmatamentos ocorridos em MT (desmate e degradação)	Todo o Estado	SEMA-MT		RH, Imagens de Satélite	200.000	200.000	200.000	600.000	240 Feman, 109 Recursos oriundos das atividades minerais	D	Desmatamento e degradação monitorados e quantificados anualmente
2.1.2	Verificar em campo os alertas de desmatamento e queimadas nos assentamentos de Mato Grosso	Analisar as dinâmicas e tendências do desmatamento, estabelecer e difundir mecanismos de alerta de desmatamento, realizar visitas técnicas ou vistorias ambientais para prevenir ou evitar a progressão de ilícitos ambientais, realizar retomadas estratégicas de parcelas	Todo o Estado, sendo prioridade os assentamentos verdes, maiores desmatadores (embargados), municípios prioritários MMA	INCRA	SEMA	Incluir a parceria no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica INCRA-SEMA já existente.	37.000	32.000	-	69.000	Recursos orçamentários do INCRA	P	% dos alertas verificados
2.1.3	Quantificar as áreas queimadas com foco em áreas críticas	Identificar e quantificar as áreas queimadas por imagens orbitais	Áreas críticas (norte, noroeste, Araguaia)	SEMA	INPE, ICMBio	RH Capacitado	-	-	-	-	recursos orçamentários de material de expediente da SEMA	D	Quantificação anual das áreas queimadas dentro das áreas críticas
2.1.4	TerraClass para o Cerrado	Avaliar dados do desmatamento do IBAMA e SEMA/MT	Bioma Cerrado	INPE, IBAMA, Embrapa		PRODES Cerrado					Governo Federal		

2.1.5	Monitorar tempo real polígonos >25 ha		Área monitorada pelo INPE no Estado de MT	INPE						1.000.000 por ano	MCTI/INPE		
-------	---------------------------------------	--	---	------	--	--	--	--	--	-------------------	-----------	--	--

2.2. Desmatamentos e queimadas fiscalizados e ações de responsabilização efetivadas

2.2.1	Realizar operações de fiscalização ambiental	Organizar e executar operações de fiscalização florestal e de 44 unidades de conservação de forma integrada, com foco sobre ilícitos associados: ambientais, trabalhistas, fundiários, rodoviários e fiscais	Todo o estado	SUF/SEMA	IBAMA		5.196.000	-	-	5.196.000	Fundo Amazônia	P	Nº de operações de fiscalização realizadas
		Realização de sobrevoos e ações de campo, subsidiadas pelo monitoramento	Todo o Estado	SUF/SEMA		Acordo com o IBAMA	733.436	733.436	733.436	2.200.308	recursos orçamentários SEMA	D	Nº de ações de fiscalização realizadas
2.2.2	Estruturar unidades regionais da SEMA	Organizar e estruturar grupos interinstitucionais descentralizados a serem compostos no âmbito das regionais administrativas	Bioma Amazônia e Cerrado	SEMA			5.021.820	2.404.010	-	7.425.830	Fundo Amazônia	P	09 Diretorias descentralizadas, estruturadas e com técnicos capacitados
2.2.3	Realizar capacitação e intercâmbio técnico para a fiscalização	Desenvolver e executar programas de capacitação/integração em legislação ambiental para fiscais e operadores do direito	Estado todo	SEMA	IBAMA, ICMBio		180.000	-	-	180.000	Fundo Amazônia	P	Nº de fiscais capacitados

2.2.4	Publicar Decreto de Regulamentação dos Procedimentos de Responsabilização e redefinir os procedimentos administrativos da SEMA para regulamentação da responsabilização ambiental	Articulação entre as superintendências para melhor instrução dos processos punitivos (autos de infração), aprovação do decreto regulamentando o processo administrativo ambiental estadual (L.C. 38/1995)	Todo o Estado	SEMA			-	-	-	-	Sem recursos	Decreto publicado e procedimentos internos da SEMA definidos	
2.2.5	Realizar o acompanhamento dos PRADs	Desenvolver metodologia para monitoramento dos PRADs com imagem de alta resolução para subsidiar acompanhamento e fiscalização por meio de vistorias de campo por amostragem	Todo o Estado	SEMA		Imagens de Satélite de alta resolução	60.670	60.670	60.670	182.010	Recursos orçamentários da SEMA	D	Nº de PRADs vistoriados
2.2.6	Fiscalizar ilícitos ambientais em TIs	Realização de ações de campo	TIs do Estado de MT	FUNAI	IBAMA, PF, ICMBIO	Aprovação em conselho de gestão compartilhada					Valores dependentes da finalização do orçamento da FUNAI		% de ilícitos ambientais checados em campo
2.2.7	Realizar perícias sobre causas, origens, dinâmicas e impactos de incêndios florestais	Capacitar servidores para realização das perícias	Todo o Estado (prioritariamente UC e TI)	SEMA, CBM, ICMBIO e IBAMA	INPE, FUNAI, INCRA	Termos de cooperação entre os órgãos	-	-	-	-	Recursos orçamentários para despesas de diárias	D	Nº de perícias realizadas pelos servidores capacitados
2.2.8	Permitir o acesso compartilhado à sistemas (SIMLAM, SIFISC, SICAFI, SOFIA, SISFOGO) para servidores de diferentes órgãos	Criar perfis de acesso nos sistemas para consulta por outros órgãos	Todo o Estado	SEMA, IBAMA, ICMBIO	Órgãos de Governo (outros setores)	Termos de cooperação entre órgãos	-	-	-	-	Ação sem custo	D	Termos de Cooperação para viabilizar o compartilhamento de sistemas
2.2.9	Integrar os Sistemas DOF e SISFLORA (sistemas estaduais de controle de	Produto: Integração dos sistemas concluída	Mato Grosso e Pará	IBAMA	OEMAs								Integração dos sistemas concluída

	transporte de produtos/subprodutos florestais)												
2.3. Prevenção e Combate de Queimadas e Incêndios Florestais efetivados em áreas prioritárias													
2.3.1	Realizar monitoramento da qualidade do ar	Fazer amostragens mensais da qualidade do ar no município de Cuiabá e produzir boletins diários da qualidade do ar para os municípios polos de Mato Grosso, utilizando informações disponibilizadas pelo INPE	Cuiabá, Sinop, Sorriso, Juara, Juina, Colíder, Alta Floresta, Campo Novo dos Parecis, Tangará da Serra, Diamantino, Cáceres, Vila Rica, Várzea Grande, Barra do Garças e Rondonópolis	SEMA	SES		50.000	50.000	50.000	150.000	recursos orçamentários SEMA	D	365 boletins diários disponibilizados
2.3.2	Prevenir e combater incêndios em TIs	Formar brigadistas indígenas para atuação conjunta com o IBAMA	TIs prioritárias	FUNAI e IBAMA		Aprovação em comitê de gestão compartilhada					Valores dependentes da finalização do orçamento da FUNAI		Nº de brigadistas indígenas formados
2.3.3	Formar brigadistas municipais e agentes das UCs	Capacitar brigadistas	Cotriguaçu, Colniza, Vila Bela, Aripuanã, Nova Ubiratã, Novo Mundo e Alta Floresta	SEMA	Corpo Bombeiros, ICMBio		28.000	-	-	28.000	Fundo Amazônia	P	120 brigadistas capacitados
2.3.4	Estruturar bases operacionais de combate a incêndios florestais em UCs	Estruturar as UCs estaduais com infraestrutura física para prevenção e combate a incêndios florestais	Resex Guariba Roosevelt, P.E Tucumã, E.E rio Roosevelt, E.E rio Madeirinha, P.E Igarapés do Juruena, E.E rio Ronuro, P.E Araguaia, E. P. Transpantaneira	SEMA	Corpo de Bombeiros Militar, ICMBIO		803.600	1.422.750	-	2.226.350	Fundo Amazônia	P	07 UCs estruturadas para prevenção e combate a incêndios
2.3.5	Produzir e disponibilizar informação ambiental visando	Elaborar e disponibilizar material informativo e educativo	Para todo o estado, priorizando áreas críticas	SEMA		Contratação de STPJ para criação de arte e diagramação	100.000	50.000	50.000	200.000	recursos orçamentários SEMA	D	Quantidade de material produzido e distribuído

	à prevenção de desmatamento e queimadas												
2.3.6	Realizar oito ações educativas de prevenção e combate às queimadas e desmatamentos no Estado de MT, prioritariamente em assentamentos	Realizar oficinas educativas incitando a reflexão sobre as formas negativas do uso da terra local	Colniza, Aripuanã, Cotriguaçu, Juara, Vila Rica, Confresa, SFA, Novo Santo Antonio, Água Boa, Campinópolis, Cocalinho, Nova Xavantina, Ribeirão Cascalheira, Paranatinga, Pontal do Araguaia, Tesouro, Ribeirãozinho, Ponte Branca, Peixoto Azevedo, Matupá, Itanhangá, Tapurá, Ipiranga do Norte, Nova Ubitatã, Feliz Natal, Nobres, Rosário Oeste, Livramento, Santo Antonio do Leverger, Pontes e Lacerda, São José dos Quatro Marcos, Vila Bela da Santíssima Trindade (prioritariamente nos assentamentos)	SEMA	INCRA, SUEA, Prefeituras Municipais, Vigilância Sanitária e Ambiental, Sindicatos e Associações	Termo de cooperação entre órgãos (SEMA e INCRA), FUNAI	65.963	65.963	65.963	197.891	recursos orçamentários SEMA	D	Oito ações educativas realizadas

2.3.7	Promover campanhas educativas e preventivas às queimadas no entorno de UCS	Executar campanhas de esclarecimento, sensibilização e mobilização social	Resex Guariba Roosevelt, P.E Tucumã, E.E rio Roosevelt, E.E rio Madeirinha, P.E Igarapés do Juruena, E.E rio Ronuro, P.E Araguaia, E. P. Transpantaneira	SEMA			82.000			82.000	Fundo Amazônia	D	Número de campanhas realizadas em UCS
2.3.8	Capacitar gestores do Corpo de Bombeiros	Capacitação de gestores do Corpo de Bombeiros e dos órgãos parceiros e conveniados, com cursos de pós-graduação em ciências ambientais para a operacionalização dos processos integrados de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento, queimadas não autorizadas e incêndios florestais	Todo o Estado	Corpo de Bombeiros	UFMT, UNEMAT, IBAMA, ICMBio, SEMA, Defesa Civil Estadual, Municípios conveniados	Formalização do Protocolo de Ensino Superior e Órgãos parceiros	57.000	-	-	57.000	Fundo Amazônia	D	20 gestores com cursos de pós-graduação em ciências ambientais concluído; Participação de 10 membros dos órgãos parceiros e conveniados nos cursos.
2.3.9	Participar do Centro Integrado Multiagências de Coordenação Operacional – CIMAN	Participação no Centro Integrado Multiagências de Coordenação Operacional – CIMAN para a gestão do monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento, queimadas não autorizadas e incêndios florestais em nível estadual e nacional, que foi instituído como diretriz pelo MMA.	Todo o Estado	Corpo de Bombeiros	IBAMA, ICMBio, SEMA/MT, Defesa Civil Estadual, Municípios parceiros e Órgãos conveniados	Formalização dos Instrumentos de Gestão Integrada e Articulação Institucional nos três níveis de Governo.	4.500	-	-	4.500	Fundo Amazônia	D	Publicação do Decreto de Instalação do CIMAN; Publicação do Ato de Nomeação dos representantes de cada órgão parceiro/conveniado; Visita aos Municípios abrangidos com a formalização de convite para adesão ao CIMAN.

2.3.10	Desenvolver ações para a implantação efetiva em Mato Grosso do Programa Nacional de Redução do Uso do Fogo nas Áreas Rurais e Florestais – PRONAFOGO	Desenvolver ações para a implantação efetiva do Programa Nacional de Redução do Uso do Fogo nas Áreas Rurais e Florestais – PRONAFOGO, elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente, em consonância com o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Estado de Mato Grosso – PPCDQ.	Todo o Estado	Corpo de Bombeiros	IBAMA, ICMBio, SEMA/MT, Defesa Civil Estadual, FUNAI, INCRA, FETAGRI, FAMATO, Municípios parceiros e Órgãos conveniados	Formalização dos Instrumentos de Gestão Integrada e Articulação Institucional nos três níveis de Governo e Órgãos parceiros	264.000	-	-	264.000	Fundo Amazônia	D	Termos de Convênio e Parceria; Curso de Queima Controlada e de Formação de Brigada de Prevenção e Combate a Incêndio Florestal; Protocolos Operacionais; Plano de Apoio Mútuo entre os Municípios Abrangidos; Norma Técnica do Corpo de Bombeiros – NTCB, relativa ao plano de segurança para o manejo do fogo; Revisita aos municípios abrangidos; Implementar medidas que tornem obrigatória e efetiva a elaboração do plano de segurança, com a realização das rondas de fiscalização e controle.
--------	--	---	---------------	--------------------	---	---	---------	---	---	---------	----------------	---	--

2.3.11	Implantar Base de Operações Aéreas e Terrestres para o monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento, queimadas não autorizadas e incêndios florestais no município de Sinop.	Consolidar ou estabelecer parcerias com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Secretaria de Estado de Segurança Pública, Vice-Governadoria/Defesa Civil, IBAMA, ICMBio e demais parceiros, para o uso compartilhado e integrado na distribuição de recursos para as Operações Aéreas e Terrestres para o monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento, queimadas não autorizadas e incêndios florestais, abrangendo os municípios de Sinop, Alta Floresta, Sorriso, Colíder, Vera, Feliz Natal, Santa Carmem, Ipiranga do Norte, Itaúba, Cláudia, Marcelândia, União do Sul, Nova Santa Helena, Peixoto de Azevedo, Matupá e outros.	Sinop, Alta Floresta, Sorriso, Colíder, Vera, Feliz Natal, Santa Carmem, Ipiranga do Norte, Itaúba, Cláudia, Marcelândia, União do Sul, Nova Santa Helena, Peixoto de Azevedo, Matupá e outros.	Corpo de Bombeiros Militar	IBAMA, ICMBio, SEMA/MT, SESP/MT, Defesa Civil Estadual, Municípios parceiros e Órgãos conveniados	Formalização dos instrumentos de Gestão Integrada e Articulação Institucional nos três níveis de Governo e Órgãos parceiros.	12.625.000 (BNDES)	1.200.000 (Corpo de Bombeiros)	-	-	12.625.000 (BNDES)	1.200.000 (Corpo de Bombeiros)	Fundo Amazônia e recursos orçamentários do Corpo de Bombeiros	D	Aquisição de 6 veículos tipo Caminhonete ; 5 caminhões Auto Florestal; 01 tanque reboque com capacidade de 1200 litros; 03 reboques de 1 TON; 06 kits móveis de combate a incêndio; Aquisição de equipamentos para as Operações aéreas; 02 Aeronaves de asas fixas; 01 Caminhão para transporte de combustível de aviação; capacitação de 06 pilotos do CBMMT; Construção da Base de Operações Aéreas e Terrestres em Sinop;
2.3.12	Contratar brigadistas para a prevenção e combate aos incêndios florestais	Produto: Brigadistas contratados	Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins	PrevFogo, IBAMA							3.000.408 e 9.001.224		PPA e Outras Fontes		Brigadistas contratados
2.3.13	Capacitar professores de escolas rurais para a elaboração de planos de ação para prevenção de incêndios	Produto: Cursos realizados	Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins	PrevFogo, IBAMA	Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Educação						78.880 e 236.640		PPA e Outras Fontes		Cursos Realizados

2.3.14	Qualificar brigadistas para a multiplicação de técnicas de prevenção de incêndios florestais e alternativas ao uso do fogo	Produto: Oficinas realizadas	Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia	Prevfogo, IBAMA	Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Educação					64.960 e 194.880	PPA e Outras Fontes	Oficinas Realizadas
2.3.15	Capacitar brigadistas para a Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais	Produto: Cursos realizados	Acre, Amazonas, Amapá, Maranhã, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins	Prevfogo, IBAMA	Secretarias Municipais					212.000 e 424.000	PPA e Outras Fontes	Cursos realizados

2.4. Cadastro Ambiental Rural implementado, prioritariamente nas pequenas propriedades

2.4.1	Inserir assentamentos no CAR	Realizar a regularização ambiental de projetos de assentamento	Assentamentos no Bioma Amazônia, dentro da lista de municípios prioritários	INCRA	Prefeituras Municipais	Formalização de parcerias com Prefeituras Municipais	-	-	-	-	P	15 assentamentos em 2013/2014; 13 assentamentos em 2014/2015 e 26 assentamentos em 2015 inseridos no CAR	
2.4.2	Compensar Reserva Legal de assentamentos	Identificar, através do CAR, os assentamentos com passivo de reserva legal, conforme futura regulamentação do novo Código Florestal, para compensação nas áreas doadas pela Secretaria de Patrimônio da União	Bioma Amazônia	INCRA	SEMA, Secretaria de Patrimônio da União	Adequação da demanda de acordo com o Novo Código	-	-	-	-	Doação das áreas para desoneração da reserva legal de alguns assentamentos nestas	P	4 assentamentos rurais com reserva legal compensada

2.4.3	Realizar fortalecimento institucional da SEMA para implementar o CAR em pequenas propriedades rurais	Adequar a infraestrutura física; Aperfeiçoar os procedimentos técnicos/operacionais e promover capacitação técnica para o CAR.	Todo Estado	SEMA			8.314.203	2.694.390	1.604.393	12.612.980	Fundo Amazônia	P	Nº de técnicos capacitados; procedimentos aperfeiçoados para a emissão do CAR em pequenas propriedades
2.4.4	Definir o novo modelo de licenciamento e relação com a regularização ambiental	Elaborar regulamentação do Código Florestal a nível estadual	Todo Estado	SEMA		Regulamentação federal do Código Florestal	-	-	-	-	Recursos orçamentários da SEMA	D	Regulamentação publicada (PRA)
2.4.5	Elaborar bases temáticas das propriedades rurais, malha fundiária e vazios fundiários/CAR	Malha fundiária e base temática disponíveis, imagens classificadas e vazios fundiários georreferenciados	16 municípios (Água Boa, Cocalinho, Colniza, Confresa, Gaúcha do Norte, Novo Santo Antonio, Paranaíta, Paranatinga, Peixoto de Azevedo, Pontes e Lacerda, Porto Alegre do Norte, Ribeirão Cascalheira, Rosário Oeste, São Felix do Araguaia, Serra Nova Dourada, Vila Rica – em discussão)	SEMA			-	-	11.200.000	11.200.000	Fundo Amazônia e FIP Cerrado	P	16 municípios com bases elaboradas

2.4.6	Fortalecer Institucionalmente as prefeituras para a realização do CAR	Fortalecimento da gestão ambiental municipal, com a estruturação das Secretarias Municipais de Meio Ambiente, capacitação para o CAR.	Água Boa, Cocalinho, Colniza, Confresa, Gaúcho do Norte, Novo Santo Antonio, Paranaíta, Paranatinga, Peixoto de Azevedo, Pontes e Lacerda, Porto Alegre do Norte, Ribeirão Cascalheira, Rosário Oeste, São Felix do Araguaia, Serra Nova Dourada, Vila Rica	SEMA	Prefeituras	16 Termos de Parcerias efetivados com os municípios.	3.787.406	632.906	632.906	5.053.220	Fundo Amazônia	P	16 Secretarias Municipais de Meio Ambiente fortalecidas (nº de técnicos contratados, capacitados, equipamentos adquiridos)
2.4.7	Definir estratégia de comunicação e realizar ações de mobilização e sensibilização para adesão ao CAR	Mobilização e sensibilização dos proprietários rurais para adesão ao CAR por meio de realização de campanhas visando à regularização das propriedades rurais do Estado perante o órgão ambiental estadual.	Todo o Estado	SEMA			143.800	-	-	143.800	Fundo Amazônia	P	Plano de comunicação elaborado e nº de ações de mobilização realizadas.

2.4.8	Realizar o cadastramento das pequenas propriedades rurais	Realização de levantamento de dados e coleta de documentação e informações necessárias dos produtores rurais (propriedades e posses) para a elaboração e inserção do CAR no sistema	Pequenas propriedades da agricultura familiar (prioridade), nos municípios prioritários (Água Boa, Cocalinho, Colniza, Confresa, Gaúcha do Norte, Novo Santo Antonio, Paranaíta, Paranatinga, Peixoto de Azevedo, Pontes e Lacerda, Porto Alegre do Norte, Ribeirão Cascalheira, Rosário Oeste, São Felix do Araguaia, Serra Nova Dourada, Vila Rica – em discussão)	SEMA	SEDRAF, INCRA, Prefeituras, EMPAER	Regulamentação federal para PRA e CRA	43.906.000	-	-	43.913.500	Fundo Amazônia	P	Nº de CAR inserido no Sistema Estadual
2.4.9	Produzir relatórios de desmatamento, queimadas e recuperação de áreas degradadas dos municípios prioritários	Elaborar Relatório de Desmatamento, Degradação Florestal e Queimadas; Relatório de autorizações ambientais; e Relatório de monitoramento dos Planos de Recuperação de Áreas Degradadas-PRAD's.	Água Boa, Cocalinho, Colniza, Confresa, Gaúcha do Norte, Novo Santo Antonio, Paranaíta, Paranatinga, Peixoto de Azevedo, Pontes e Lacerda, Porto Alegre do Norte, Ribeirão Cascalheira, Rosário Oeste, São Felix do Araguaia, Serra Nova Dourada, Vila Rica	SEMA	Prefeituras	Estabelecimento de parcerias com as prefeituras	457.883	397.880	397.880	1.253.643	Fundo Amazônia	P	Relatório de Monitoramento Anual

2.4.10	Elaborar base de dados digital na escala 1:25.000 para atender a elaboração do CAR em 8 municípios	Adquirir imagens de satélite e elaborar base cartográfica a partir de elementos: sistema viário, limites municipais, localidades, hidrografia, uso do solo.	Santa Carmem, Claudia, Ipiranga do Norte, Santa Rita do Trivelato, São Jose do Rio Claro, Sinop, União do Sul, Vera	TNC	Prefeitura s, Sindicatos , SEMA	Termo de Cooperação	1.995.000	-	-	1.995.000	Fundo Amazônia	P	
2.4.11	Disponibilizar base de dados digital de 22 municípios na escala 1:25.000 por meio do SIMLAM	Disponibilizar base digital no SIMLAM para acesso público	Lucas do Rio Verde, Sorriso, Feliz Natal, Brasnorte, Juina, Cotriguaçu, Juruena, Campos de Julio, Sapezal, Nova Mutum, Nova Ubitatã, Tapurah, Porto dos Gaúchos, Matupá, Santa Carmem, Cláudia, Ipiranga do Norte, Santa Rita do Trivelato, São Jose do Rio Claro, Sinop, União do Sul, Vera	TNC	SEMA	Termo de Cooperação SEMA/TNC	-	-	-	-	Fundo Amazônia	P	Bases digitais disponibilizadas no SIMLAM
2.4.12	Mobilizar e sensibilizar produtores rurais e sociedade para o mapeamento de imóveis rurais e realização do CAR	Estabelecer arranjos institucionais públicos e privados; preparar material de divulgação; realizar discussão com poder público, produtores, etc.	Cláudia, Feliz Natal, Ipiranga do Norte, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Nova Ubitatã, Santa Carmem, Santa Rita do Trivelato, São José do Rio Claro, Sinop, Sorriso, Tapurah, União do Sul, Vera	TNC	Prefeitura s, Sindicatos , SEMA	Termo de Cooperação	213.000	213.000	213.000	639.000	Fundo Amazônia	P	Mapeamento de imóveis rurais realizado

2.5. Gestão Ambiental Municipal fortalecida em áreas prioritárias

2.5.1	Desenvolver e implantar o Programa Municípios Sustentáveis MT	Articular os parceiros na construção colaborativa do programa e apresentar um projeto ao Fundo Amazônia. Os objetivos do Programa iniciais são: regularização ambiental de imóveis rurais, descentralização e estruturação da gestão ambiental municipal, fomento às cadeias produtivas sustentáveis e redução da pobreza e uso de instrumentos econômicos e estratégias de financiamento	Todo o Estado	Comitê Articulador do Programa Municípios Sustentáveis	Consórcios Intermunicipais, SEMA, SEDRAF, ICV, TNC, ISA, IPAM	Desenvolvimento do Programa e submissão da proposta, aprovação do financiamento e implantação do Programa.	-	-	-	-	Fundo Amazônia (financiamento do programa)	P	Programa Municípios Sustentáveis desenvolvido e em funcionamento com adesão de 30% dos municípios mato-grossense
				ICV	Comitê articulador	Apoio no desenvolvimento do Programa	190.000	-	-	190.000	CLUA, Fundo Vale (apoio)	P	
2.5.2	Apoiar criação e implementação do programa de regularização ambiental (PRA) e a estruturação do sistema de gestão ambiental municipal	Realizar diagnósticos e apoiar a definição de um planejamento ambiental, apoiar a criação de conselhos e fundos municipais de meio ambiente, capacitar técnicos para a realização do CAR nos municípios, apoiar e monitorar a implantação do CAR pelos municípios	Paranaíta, Nova Bandeirantes, Apiacás, Carlinda, Terra Nova do Norte e Peixoto de Azevedo	ICV	Prefeituras municipais, Conselhos Municipais de Meio Ambiente		433.400	-	-	433.400	F. Moore, Clua e F. Avina	D	Diagnósticos socioambientais realizados nos 6 municípios, técnicos treinados nos 6 municípios para realização do CAR, cadastramento de 4.000 CAR cobrindo aproximadamente 700.000 hectares
2.5.3	Desenvolver e implementar um sistema de monitoramento ambiental em 6 municípios da região norte	Gerar base cartográfica 1:50.000 incluindo cartas-imagem, hidrografia, estradas, dinâmica de desmatamento e uso do solo, e apoiar a criação do sistema de monitoramento ambiental para acompanhamento de dados de desmatamento e monitoramento de pequenos desmatamentos	Paranaíta, Nova Bandeirantes, Apiacás, Carlinda, Terra Nova do Norte e Peixoto de Azevedo	ICV	Prefeituras municipais, Conselhos Municipais de Meio Ambiente e Imazon		418.000	-	-	418.000	F. Moore, Clua e F. Avina	D	Bases cartográficas geradas e sistemas de monitoramento desenvolvidos para 6 municípios

2.5.4	Promover capacitação em gestão territorial ambiental	Realizar um curso de especialização para gestores municipais e lideranças da sociedade civil (ações de gestão ambiental, CAR, recuperação de áreas degradadas, entre outros.)	Território Portal da Amazônia e Região Noroeste de MT	ICV	Em desenvolvimento	Interesse e adesão dos municípios	300.000	300.000	300.000	900.000	A definir	P	2 turmas capacitadas
2.5.5	Realizar descentralização do licenciamento ambiental de empreendimentos de baixo impacto	Promover a descentralização da gestão ambiental para municípios estratégicos, criando uma coordenação de serviços ligado ao PPCDQ/MT	Jacara, Campo Verde, Chapada dos Guimarães, Comodoro, Sinop, Marcelândia, Alta Floresta, Colíder, Juína, Juruena, Juara, Cáceres, São Félix do Araguaia, Canarana, Água Boa, Querência, Vila Rica, Brasnorte, Guarantã do Norte, Terra Nova do Norte, Nova Mutum, Alto Araguaia, Juara, Barra do Garças, Nova Xavantina, Rondonópolis, Alto Garças, Guiratinga, Dom Aquino, Diamantino, Nobres, Colniza, Campo Novo dos Parecis, Sapezal, Tangará da Serra, Barra do Bugres, Pontes e Lacerda, Mirassol D'Oeste, São José dos Quatro Marcos e Sorriso	SEMA	Prefeituras Municipais		844.000	80.000	-	924.000	Fundo Amazônia	P	25 municípios atendidos com melhoria nas estruturas físicas ; 40 municípios com SIMLAM instalado e 120 técnicos e gestores municipais capacitados

2.5.6	Fortalecer a capacidade institucional dos 14 municípios do CIDESA e de um núcleo ambiental na sede do Consórcio para gestão ambiental	Estruturação das Secretarias Municipais de Meio Ambiente, capacitação; apoio para elaboração do arcabouço legal e operacional para o licenciamento ambiental; formalizar e estruturar espaço junto ao município sede do CIDESA para gestão ambiental	Cláudia, Feliz Natal, Ipiranga do Norte, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Nova Ubiratã, Santa Carmem, Santa Rita do Trivelato, São José do Rio Claro, Sinop, Sorriso, Tapurah, União do Sul, Vera	TNC	Prefeituras, Sindicatos, SEMA	15 Termos de Cooperação efetivados com os municípios	1.020.000	1.020.000	-	2.040.000	Fundo Amazônia	P	14 Secretarias Municipais de Meio Ambiente fortalecidas (nº. de técnicos contratados, capacitados, equipamentos adquiridos)
2.5.7	Implementar o PAM (Portal Ambiental Municipal) em 16 municípios para assegurar transparência nos procedimentos do CAR por meio de um ambiente Web com acesso às informações das bases de dados digitais elaboradas	Ajustar o PAM nos municípios do CIDESA que já dispõem do portal para recepcionar o licenciamento ambiental municipal; desenvolver o PAM para municípios que não possuem o portal; capacitar técnicos/representantes das prefeituras e sindicatos rurais	Lucas do Rio Verde, Sorriso, Nova Mutum, Nova Ubiratã, Tapurah, Porto dos Gaúchos, Matupá, Santa Carmem, Cláudia, Ipiranga do Norte, Santa Rita do Trivelato, São José do Rio Claro, Sinop, União do Sul, Vera	TNC	Prefeituras, Sindicatos, SEMA	Termos de Cooperação	300.000	300.000	-	600.000	Fundo Amazônia	P	PAM disponibilizado em ambiente Web
2.6. Sistema de Licenciamento Ambiental implementado													
2.6.1	Desenvolver sistema de licenciamento ambiental digital	Elaboração do sistema de licenciamento ambiental digital, incluindo registro de denúncias, desmatamento, operações, autuações, etc.	Estado todo	SEMA			10.097.820	2.082.000	-	12.179.820	Fundo Amazônia	P	Sistema de Licenciamento Digital implementado

2.6.2	Consolidar plataforma tecnológica unificada em ambiente interoperacional e normatizado com informações geoespaciais em tempo real	Padronizar e garantir o acesso público às bases de dados	Estado todo	SEPLAN	CEPROM AT		290.000	-	-	290.000	Fonte 100	P	Plataforma operacional; dados disponibilizados publicamente
2.6.3	Realizar licenciamento de propriedades rurais	Análise técnica de geometrias, mapas, documentos e projeto, e vistoria de constatação para emissão da Autorização de Exploração Florestal, Autorização de Desmatamento e Monitoramento de Plano de exploração Florestal	Todo o estado	SEMA			61.360	61.360	61.360	184.080	Recursos orçamentários da SEMA	D	Nº de processos analisados
2.6.4	Incluir nas análises do licenciamento pelos órgãos ambientais licenciadores as anotações técnicas de zonas de amortecimento	Licenciamentos com condicionantes alinhadas com as anotações técnicas	Zona de amortecimento Propostas das UCs	SEMA e IBAMA	ICMBIO	Repasse das anotações técnicas pelo ICMBio e assimilação pelos licenciadores	-	-	-	-	Ação sem custos		Nº de licenciamentos com adoção das notas técnicas do ICMBio
2.6.5	Realizar análises para emissão de Autorização de Queima Controlada - AQC	Análise técnica de geometrias, mapas, documentos e projeto, e vistoria para subsidiar a decisão de emissão da Autorização de Queima Controlada.	Todo o estado	SEMA			27.360	27.360	27.360	82.080	Recursos orçamentários da SEMA	D	Nº de processos analisados
2.6.6	Analisar e acompanhar os planos de manejo florestal sustentável	Análise técnica de geometrias, mapas, documentos e projetos, e vistorias técnicas para emissão da AUTEX do Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS	Áreas do Estado com tipologia florestal	SEMA			61.360	61.360	61.360	184.080	Recursos orçamentários da SEMA	D	Nº de AUTEX emitidas

Observações:

- D ou P – Indicam se a fonte de recursos já está disponível (D) ou são recursos potenciais (P); - Os valores em centavos foram excluídos para facilitar a visualização do valor total

EIXO III – FOMENTO A ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

A tabela abaixo resume a matriz lógica de acordo com o objetivo específico deste eixo, os resultados esperados e seus respectivos indicadores de impacto, fontes de verificação e pressupostos.

Eixo Temático III: Fomento a Atividades Produtivas Sustentáveis				
OBJETIVO ESPECÍFICO	Promoção da sustentabilidade em sistemas produtivos por meio do apoio à recuperação de áreas degradadas, instrumentos econômicos, assistência técnica e capacitação			
ITEM	RESULTADOS	INDICADORES DE IMPACTO	FONTES DE VERIFICAÇÃO	PRESSUPOSTOS
Resultado 3.1	Restauração de áreas degradadas apoiada em pequenas propriedades	Área recuperada nos assentamentos rurais	INCRA e SEMA (SMIA)	Implem. dos projetos de recuperação
Resultado 3.2	Cadeias produtivas dos PFM e da sociobiodiversidade fortalecidas	Volume produzido de castanha-do-brasil	Anuário Estatístico, IBGE, CONAB	
		Volume de produtos da sociobiodiversidade no PAA e PNAE	CONAB, Anuário Estatístico MT, IBGE, Secretaria Municipal de Educação	
Resultado 3.3	Rede de ATER implantada para cadeias produtivas prioritárias da agricultura familiar e dos médios produtores	Volume de produtos da agricultura familiar no PAA e PNAE	Anuário Estatístico, IBGE, CONAB, Secretaria Municipal de Educação	
Resultado 3.4	Cadeias produtivas promovidas para a agricultura familiar	Volume de produtos da agricultura familiar no PAA e PNAE	Anuário Estatístico, IBGE, CONAB, Secretaria Municipal de Educação	
Resultado 3.5	Práticas de sustentabilidade nas atividades do setor florestal implementadas	Área (ha) degradada nos planos de Manejo Florestal Sustentável na região Noroeste	IMAZON, INPE (DEGRAD), SEMA	
		Índice de aproveitamento da madeira nos PMFS abrangidos pela iniciativa do PPCDQ	SGF/SEMA	
Resultado 3.6	Práticas de sustentabilidade e melhoria da produtividade implementadas para a pecuária	Taxa de lotação por hectare de pastagem	INDEA, Acrimat, Anuário Estatístico MT, IMEA	
		Área degradada transformada em área de pecuária	TerraClass (EMBRAPA/INPE)	
		Litros de leite por ha de pastagens por município	INDEA, Acrimat, Anuário Estatístico MT, IMEA	
Resultado 3.7	Ecoturismo e turismo rural fomentado em regiões prioritárias	Número de visitantes em Unidades de Conservação	SEMA e SEDTUR (Complexo Turístico da Salgadeira, Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, Estrada Parque Transpantaneira Poconé – Porto Jofre)	Implem. dos projetos de infraestrutura turística
Resultado 3.8	Mecanismos financeiros implementados para promover as cadeias produtivas sustentáveis e valorizar os serviços ambientais	Número de Programas implementados no âmbito do Sistema Estadual de REDD+	SEMA (SUB)	Captação de recursos financeiros para o Fundo de REDD+

EIXO III - Fomento a Atividades Produtivas Sustentáveis

Nr.	Atividade	Estratégia	Localização	Órgão Responsável	Parceiros	Pré-requisitos	CUSTOS E FONTE (em reais)					Indicador	
							2014	2015	2016	TOTAL	FONTE		D ou P
3.1. Restauração de áreas degradadas apoiada em pequenas propriedades													
3.1.1	Iniciar os processos de recuperação de áreas degradadas em projetos de assentamento conforme PRAD dos CAR elaborados	Elaborar projeto para recuperação de RL e implementação de SAFs nos assentamentos; traçar estratégias para a implementação dos PRADs elaborados em 2013 (16 assentamentos em 2014 e 12 assentamentos em 2015)		INCRA	Prefeituras Municipais / ONGs	Formalização de parcerias	202.700	169.440	-	372.140	Recursos orçamentários do INCRA	P	Area degradada recuperada em 28 assentamentos
3.1.2	Recuperar áreas degradadas em assentamentos	Elaborar projeto para recuperação de RL e implementação de SAFs nos assentamentos	PA Vale do Amanhecer (Juruena), PA Ena (Feliz Natal), PDS Keno (Cláudia), PDS Nova Conquista (Gaúcha do Norte)	INCRA	INCRA / Prefeituras / ONGs	Liberação do CAR	17.820	-	-	17.820	INCRA	P	Nº de projetos elaborados
		Produzir mudas de espécies nativas para distribuição aos agricultores (300.000 mudas e recuperar 450 ha de matas ciliares)	Baixada cuiabana contemplando 11 municípios	EMPAER	Ministério da Justiça	Convênio com o Ministério da Justiça	115.907	-	-	115.907	EMPAER / MJ	P	300.000 mudas produzidas, 450 ha de matas ciliares recuperadas
3.1.3	Promover ações de Educação Ambiental com foco em atividades para recuperação de áreas degradadas	Realizar diagnóstico de temas; identificar experiências exitosas em assentamentos; realizar evento de educação ambiental (12 assentamentos em 2014 e 26 em 2015)		INCRA	SEMA / Prefeituras / ONGs	Parceria com a SEMA e definição do novo Código Florestal	30.000	65.000	-	95.000	Recursos orçamentários do INCRA	P	Diagnóstico elaborado e 38 cursos de EA realizados em assentamentos

3.1.4	Apoiar a criação e fortalecer a cadeia produtiva da restauração em 14 municípios do Estado.	Elaboração de plano de negócio para o mercado de restauração local, incluindo capacitações, apoio à criação e fortalecimento de redes de sementes e viveiros locais, e suporte para criação de associações e empresas de restauração	Cláudia, Feliz Natal, Ipiranga do Norte, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Nova Ubiratã, Santa Carmem, Santa Rita do Trivelato, São José do Rio Claro, Sinop, Sorriso, Tapurah, União do Sul, Vera	TNC	Prefeituras, Sindicatos, SEMA	14 Termos de Cooperação efetivados com os municípios	666.000	666.000	666.000	2.000.000	Fundo Amazônia	P	Municípios com cadeia de restauração fortalecida e apta ao atendimento da demanda gerada
3.1.5	Implementar 3 projetos piloto para demonstração de tecnologias de restauração de baixo custo para áreas de agricultura e pecuária e disseminação de boas práticas agrícolas	Utilizar técnicas de recuperação de baixo custo em 3 propriedades como projeto modelo	Municípios a serem selecionados	TNC	Prefeituras, Sindicatos, SEMA		666.000	666.000	666.000	2.000.000	Fundo Amazônia	P	3 projetos pilotos implementados
3.1.6	Publicar e disseminar Manual e Cartilha com técnicas de restauração de APPD e Guia de Identificação de espécies para restauração	Publicar materiais de apoio para a correta elaboração do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) em conformidade às exigências da SEMA-MT		TNC	Prefeituras, Sindicatos, SEMA	Aprovação técnica da SEMA					Fundo Amazônia	D	Manual e Cartilha publicados; Manual disponibilizado no site da SEMA

3.2. Cadeias produtivas dos PFM e da sociobiodiversidade fortalecidas

3.2.1	Operacionalizar a produção, processamento e comercialização de produtos da sociobiodiversidade de áreas indígenas, iniciando pela castanha-do-brasil	Em articulação com a ARCA Multincubadora, estão sendo formalizados contratos de parcerias entre indígenas da Associação do Povo Indígena Cinta Larga e a Cooperativa COORIMBATÁ, e indígenas da etnia Rikbatsa com a COORIMBATÁ, para adequação dentro das especificações técnicas e comerciais de qualidade da castanha-do-brasil e seus derivados, para o mercado local e demais regiões do Brasil	Juína, Várzea Grande e Cuiabá	ARCA MULTINCUBADORA	UFMT-EIT, COORIMBATÁ, Rede de Supermercados MODELO, FUNAI, ETEREPUYA, Organização Social dos Povos Indígenas da Região do Noroeste de Mato Grosso (OIMEECRIK ANAZ), Vice Governadora	Edital PPP-ECOS 03/2013 - Fundo Amazônia; Formalização de parcerias entre COORIMBATÁ e ETEREPUYA e entre COORIMBATÁ e OIMEECRIKAN AZ com apoio da ARCA Multincubadora, já em andamento	90.000	-	-	90.000	Fundo Amazônia PPP-ECOS	P	Produção, processamento e comercialização
3.2.2	Elaborar e executar os planos de negócios compatíveis com as safras para produtos da sociobiodiversidade	Em articulação com a ARCA Multincubadora, INTECSOL-UFMT e entidades parceiras, captar recursos através de editais, do Núcleo Estadual de Trabalho dos Arranjos Produtivos Locais (NET-MT - SICME) e do PRONAF, para adequar e equipar as agroindústrias da COORIMBATÁ e associações ou cooperativas para implantar o APL da Sociobiodiversidade e Sistemas Agrossilvipastoris do Pantanal de Mato Grosso	Várzea Grande, Cuiabá, Poconé, Chapada dos Guimarães, Nossa Senhora do Livramento	ARCA MULTINCUBADORA	Prefeituras de Cuiabá e de Várzea Grande, Rede de Supermercados Modelo, UNICAFES-MT, SICME-MT, SEMMA-VG, UFMT-INTECSOL, COORIMBATÁ, COOPERGRANDE	Edital MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq Nº 81/2013; Formalização de parcerias entre UFMT e IFMT para implantação de Núcleos de Estudos em Agroecologia	200.000	-	-	200.000	MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq	P	Planos de negócio elaborados

3.2.3	Promover o uso sustentável do cumbaru, pequi, poaia, buriti, castanha-do-brasil, produtos extrativistas da sociobiodiversidade, como estratégia para a conservação dos recursos naturais das áreas de Cerrado e Amazônia nos territórios das comunidades tradicionais, quilombolas e de agricultores familiares de MT	Elaborar diagnósticos dos produtos da sociobiodiversidade para subsidiar a elaboração de projetos de estruturação das cadeias produtivas nas comunidades	Municípios da Baixada Cuiabana (Cuiabá, Poconé, Barão de Melgaço), Tangará da Serra, Chapada dos Guimarães, Cáceres, Juína, Juruena, Alta Floresta	SEMA	Embrapa Sinop/ Prefeituras Municipais/ Sindicatos Rurais/		22.003	-	-	22.003	Recursos orçamentários SEMA	D	5 diagnósticos realizados
3.2.4	Divulgar informações técnicas para o desenvolvimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade como vetor do desenvolvimento regional em cadeias prioritárias	Através de demandas apontadas / levantadas pelos 15 consórcios intermunicipais de acordo com suas vocações regionais, apoiar o desenvolvimento da cadeia produtiva da sociobiodiversidade	Estado todo (15 consórcios)	SEDRAF	EMPAER, EMBRAPA, MAPA, Prefeituras, Sindicatos e Organizações Sociais	Disponibilidade orçamentária / financeira	30.000	30.000	30.000	90.000	Fonte 100	P	Nº de Eventos realizados, Nº de Consórcios e Municípios atendidos
3.3. Rede de ATER implantada para cadeias produtivas prioritárias da agricultura familiar e dos médios produtores													
3.3.1	Criar rede de ATER para agricultura familiar no âmbito do programa "Municípios Sustentáveis de MT"	Estabelecer núcleos municipais e ATER para pequenas e médias propriedades, incluindo assistência pública e privada	Municípios participantes: inicial 25 municípios (norte, nordeste, centro-norte, noroeste)	SEDRAF	EMBRAPA / ICV	Edital do Fundo Amazônia e efetivação do programa	3.000.000	3.000.000	3.000.000	9.000.000	Fundo Amazônia / ANATER, MDA (chamadas públicas)	P	Rede de ATER criada e em funcionamento

3.3.2	Estruturar serviços de assistência técnica e extensão rural - ATER	Capacitar agricultores familiares, etnias indígenas (550 indígenas), instalar unidades de segurança alimentar - UDSA, prestar ATER a 9.384 famílias, beneficiando 18.768 agricultores, e instalar unidades didáticas de sustentação econômica - UDSE 18 unidades	84 municípios	EMPAER	MDA / SAF (secretaria de agricultura familiar do MDA)	Convênio	-	-	-	1.095.174	EMPAER / MDA / SAF	D	550 indígenas capacitados, nº de UDSA implementadas, 9.384 famílias atendidas por ATER, nº de UDSE implantadas; Nº de DAPs emitidas
3.3.3	Prestar serviços de ATER aos agricultores familiares	Realizar serviços de ATER com foco na agricultura familiar sustentável e para famílias em situação de extrema pobreza	Agricultura familiar sustentável: 3.200 famílias em 20 municípios – 2 na baixada cuiabana, 8 na grande Cáceres e 10 no Portal da Amazônia; extrema pobreza: 2.300 famílias em 15 municípios	EMPAER	MDA / SAF	Convênio	-	-	-	2.501.967	EMPAER / MDA / SAF	D	5.500 famílias atendidas
3.3.4	Fomentar a criação de uma rede sócio-técnica da agricultura familiar no noroeste de MT	Promover um Programa de Capacitação Regional de liderança e gestão de processos e projetos para lideranças locais; apoiar a formação de grupos de pesquisa-ação em torno de temas-chave ao desenvolvimento da agricultura familiar, construção de um sistema coletivo para assessoria técnica	Cotriguaçu, Colniza, Aripuanã, (Juruena, Juína, Castanheira)	ICV	Prefeituras / Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e movimentos sociais / INCRA / Outras ONGs na região/UFMT	Proposta do ICV ao Fundo Amazônia	100.000	400.000	400.000	900.000	Fundo Vale / Fundo Amazônia	P	Programa de Capacitação Regional de Lideranças construído participativamente e em desenvolvimento, e 3 grupos de pesquisa-ação organizados e funcionando, sistema coletivo para assessoria técnica construído

3.3.5	Operacionalizar a produção, processamento e comercialização de produtos da agricultura familiar e da sociobiodiversidade para pescadores, agricultores familiares e quilombolas organizados em associações e cooperativas, na Baixada Cuiabana	Através da Incubadora de Tecnológica Social e Economia Solidária da UFMT (INTECSOL) e de entidades parceiras, assessorar, apoiar administrativa e contabilmente e elaborar projetos para captação de recursos para agroindústrias de empreendimentos econômicos solidários incubados. A ATER é feita através de consultorias vivenciais a fim de se estabelecer atividades de formação, assessoria técnica a agricultores familiares e comunidades tradicionais	Nossa Senhora do Livramento, Chapada dos Guimarães, Várzea Grande e Cuiabá	UFMT-EIT	Prefeituras, Rede de Supermercados Modelo, UNICAFES-MT, Instituto ECOSOCIAL, DSS-UFMT, Grupo GECA - DG-UFMT, DZER-FAMEV-UFMT, Instituto VOTORANTIM, SECITEC, ARCA Multincubadora, FURNAS, NECOMT-UNEMAT, SEBRAE-MT, CONSEA-MT, SEDRAF-MT, SEMMA-VG	150.000				Programa aprovado Edital MEC/SESu PROEXT 2014	D	Nº de balancetes mensais dos empreendimentos econômicos solidários incubados, com indicação dos faturamentos dos associados; Número de projetos submetidos; % de projetos aprovados; Número de parcerias formalizadas
3.3.6	Adequar e equipar a agroindústria da Associação do Núcleo de Produção Rural Mista - Cinturão Verde Cuiabá-MT (NPRM) para atuação, em Rede, com a agroindústria da COORIMBATÁ, para processamento de produtos da cana-de-açúcar e da agricultura familiar para atender o Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	Operacionalizar uma experiência piloto de produção e processamento, em rede, de produtos da cana-de-açúcar e de frutas regionais para ser reaplicada com outros empreendimentos econômicos solidários na Baixada Cuiabana	Cuiabá e Várzea Grande	Cooperativa dos Pescadores e Artesãos de Pai André e Bonsucesso (COORIMBATÁ)	Prefeituras de Cuiabá e de Várzea Grande, Rede de Supermercados Modelo, UNICAFES-MT, Instituto VOTORANTIM, ARCA Multincubadora, SEBRAE-MT, CONSEA-MT, SEMMA-VG, UFMT-INTECSOL	40.000	Projeto aprovado em primeira instância; Recursos financeiros dependem ainda de aprovação final; Depende também de atualização e ampliação de Contrato de parceria entre a COORIMBATÁ e a Sec. Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Econômico de Cuiabá.			Fundação André Maggi	p	Número de associados com renda de um salário mínimo com produção e comercialização de rapadurinhas e doces de frutas regionais

3.3.7	Capacitar Técnicos extensionistas rurais em conhecimentos e tecnologias agroflorestais	Produto: Técnicos Capacitados	Rondônia, Acre, Mato Grosso, Pará, Amapá e Maranhão	Embrapa						1.126.253	PPA		Técnicos capacitados
3.3.8	Capacitar técnicos de ATER em tecnologias da cadeia produtiva da mandiocultura	Produto: Técnicos de ATER capacitados	Mato Grosso	Embrapa						237.801	PPA		Técnicos de ATER capacitados
3.3.9	Capacitar técnicos de ATER em tecnologias de fruticultura	Produto: Técnicos de ATER capacitados	Mato Grosso	Embrapa						235.140	PPA		Técnicos de ATER capacitados
3.3.10	Ampliar e qualificar as ações de ATER junto às famílias agricultoras, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e pescadores artesanais assistidos nos territórios cacauzeiros	Produto: Famílias Assistidas	Amazonas, Pará, Rondônia e Mato Grosso	CEPLAC	MAPA, MDA, MMA					1.000.000	PPA		Famílias Assistidas

3.4. Cadeias produtivas promovidas para a agricultura familiar

3.4.1	Criar um fundo rotativo para projetos produtivos comunitários em assentamentos do noroeste de MT	Criação de um Fundo para financiamento de projetos comunitários para cadeias da agricultura familiar gerenciado através de governança participativa	Cotriguaçu, Colniza, Aripuanã, (Juruena, Juína, Castanheira, a definir)	ICV	Prefeituras / STRs e movimentos sociais / INCRA / Outras ONGs na região	Proposta do ICV ao Fundo Amazônia aprovada	-	400.000	800.000	1.200.000	Fundo Vale / Fundo Amazônia	P	Fundo criado e 15 projetos apoiados por ano
3.4.2	Apoiar o desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis em 5 assentamentos do noroeste de MT	Implantação de Unidades demonstrativas; capacitação; campanhas de prevenção ao fogo; organização comunitária; apoio à comercialização das cadeias de leite, babaçu e outras	Cotriguaçu, Colniza, Aripuanã (Juruena, Juína, Castanheira)	ICV	Prefeituras / STRs e movimentos sociais / INCRA / Outras ONGs na região	Proposta do ICV ao Fundo Amazônia aprovada	200.000	600.000	600.000	1.400.000	Fundo Vale / Fundo Amazônia	P	30 unidades demonstrativas implementadas, 5 campanhas de prevenção ao fogo realizadas, 3 cadeias apoiadas

3.4.3	Promover a inserção mercadológica da produção sustentável	Realizar diagnóstico do potencial produtivo dos assentamentos e estudo mercadológico da produção	Assentamentos a serem definidos após a finalização do levantamento que está sendo realizado	INCRA		Realização de Chamada Pública de ATER	42.800	38.000	-	80.800	Recursos orçamentários do INCRA	P	Todos os assentamentos que constaram da chamada pública de ATER
3.4.4	Capacitar servidores da EMPAER como multiplicadores	Capacitar os multiplicadores para o fortalecimento da agricultura familiar nas seguintes cadeias produtivas: bovinocultura do leite, apicultura, mandioca, SAFs, fruticultura, olericultura, piscicultura, capacitando 168 técnicos	9 regiões administrativas da EMPAER	EMPAER	SEDRAF / MAPA / EMBRAPA / MDA	Convênio				72.099	EMPAER / SEDRAF / MAPA / EMBRAPA / MDA		168 técnicos capacitados
3.4.5	Fomentar atividades produtivas de populações indígenas	Distribuição de mudas, sementes, ferramentas e acompanhamento técnico	TIs de MT	FUNAI		Aprovação em Comitês de Gestão Participativa				Valores dependentes da finalização do orçamento da FUNAI	FUNAI	D	Nº de mudas distribuídas; nº visitas técnicas realizadas
3.4.6	Divulgar informações técnicas para o desenvolvimento das cadeias produtivas como vetor do desenvolvimento regional em cadeias prioritárias	(NOME DAS CADEIAS PRODUTIVAS) Através de demandas apontadas / levantadas pelos 15 consórcios intermunicipais de acordo com suas vocações regionais	Estado de MT (15 consórcios)	SEDRAF	EMPAER, EMBRAPA, MAPA, Prefeituras, Sindicatos e Organizações Sociais	Disponibilidade orçamentária / financeira	240.000	240.000	240.000	720.000	Fonte 100 e Convênio com Governo Federal	D P	Número de ações de divulgação realizadas

3.4.7	Capacitar técnicos de ATER nas cadeias produtivas de Heveicultura, Sistemas Agroflorestais, Pecuária Leiteira, Fruticultura, Mandiocultura, Olericultura e Apicultura	Capacitar multiplicadores para o fortalecimento da agricultura familiar nas cadeias produtivas estratégicas	Todo o Estado	SEDRAF	SFA-MT. MAPA/EMPAPER/EMBRAPA-MT	Formalização do Convênio				1.488.414		p	7 capacitações, 210 técnicos
3.4.8	Promover Educação Ambiental com foco em atividades produtivas dos assentamentos	Definir temas e realizar treinamentos específicos voltados à educação ambiental nos assentamentos (3 assentamentos contemplados em 2014 e 4 assentamentos em 2015)		INCRA	SEMA	Formalizar parceria para a execução das ações	6.900	8.400	-	15.300	Recursos orçamentários do INCRA	p	Treinamento de 7 assentamentos sobre atividades produtivas
3.4.9	Apoio aos municípios para correção de solos agrícolas	Fornecimento de 10.000 ton de calcário para os municípios	8 Consórcios/81 municípios	SEDRAF	Consórcios Intermunicipais de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental	Os municípios deverão retirar o insumo em Rosário Oeste	498.000			498.000	Fonte 172	D	10 mil toneladas de calcário distribuídas

3.4.10	Adequar e equipar a agroindústria da Associação do Núcleo de Produção Rural Mista - Cinturão Verde Cuiabá-MT (NPRM) para atuação, em Rede, com a agroindústria da COORIMBATÁ, para processamento de produtos da cana-de-açúcar e da agricultura familiar para atender o Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	Operacionalizar uma experiência piloto de produção e processamento, em rede, de produtos da cana-de-açúcar e de frutas regionais para ser reaplicada com outros empreendimentos econômicos solidários na Baixada Cuiabana	Cuiabá e Várzea Grande	Cooperativa dos Pescadores e Artesãos de Pai André e Bonsucesso (COORIMBATÁ)	Prefeituras de Cuiabá e de Várzea Grande, Rede de Supermercado dos Modelo, UNICAFES-MT, Instituto VOTORANTIM, ARCA Multincubadora, SEBRAE-MT, CONSEA-MT, SEMMA-VG, UFMT-INTECSOL	Dependente de aprovação final do Projeto, bem como da atualização e ampliação de Contrato de parceria entre a COORIMBATÁ e a Sec. Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Econômico de Cuiabá	40.000	-	-	40.000	Fundação André Maggi	P	Número de associados com renda de um salário mínimo com produção e comercialização de rapadurinhas e doces de frutas regionais
--------	--	---	------------------------	--	--	---	--------	---	---	--------	----------------------	---	--

3.4.11	Fortalecer a Economia Solidária em Mato Grosso	Elaboração do Plano Estadual da Economia Solidária	Territórios da Cidadania e Consórcios	SEDRAF	MTE/SENAES e Consórcios	Repasse da Contrapartida	1.929.000	-	-	1.929.000	1.736,100 - Ministério / 192.900 SEDRAF	D	Plano Estadual da Economia Solidária elaborado
		Reestruturação do Centro Público de Comercialização da Economia Solidária (CPES-MT)											Centro Público de Comercialização da Economia Solidária (CPES-MT) restaurado
		Implantação do Banco Comunitário na Região Metropolitana de Cuiabá											Banco Comunitário na Região Metropolitana de Cuiabá implementado
		Curso Capacitação de Viabilidade Econômica, Comercialização e Gestão Democrática 128 h/a (2 turmas de 25 alunos cada) beneficiando 50 pessoas											50 pessoas beneficiadas em Cursos de 128 horas-aula
		Realização de 07 Feiras Regionais de Economia Solidária no Estado de Mato Grosso, com 20 Empreendimentos Econômicos Solidários											07 Feiras Regionais de Economia Solidária no Estado de Mato Grosso realizadas
		Incubação de 10 EES											10 empreend. da Economia Solidária incubados
		Realização de 7 oficinas, com 7 turmas de 25 pessoas											7 oficinas para 175 pessoas realizadas
		Contratação de 5 Coordenadores Territoriais da Baixada Cuiabana; Cáceres; Tangará; Colider; Araguaia, Rondonópolis e Juína											5 Coordenadores Territoriais contratados

3.4.12	Formação de Agentes Populares de Educação Ambiental na Agricultura Familiar e Implantação dos Projetos Comunitários de Educação Ambiental	Realizar formação em educação ambiental em especial, mulheres e jovens, e implementar projetos de educação ambiental em 05 assentamentos e 01 comunidade tradicional dos territórios da Baixada Cuiabana e do Portal da Amazônia	Assentamentos rurais nos municípios de Rosário Oeste, Poconé, Nova Olímpia, Peixoto de Azevedo	SEMA	Prefeituras Municipais/ EMPAER/ UNEMAT/ UFMT/IBAMA/ SEDRAF/ INCRA/SETAS	Formalização do Convênio	479.575	330.425	-	810.000	Recursos do MMA/ FNMA	P	Formar 180 agentes populares de Educação Ambiental e implementação de 6 projetos comunitários de Educação Ambiental
3.4.13	Fortalecer o associativismo e cooperativismo rural	Produto: organizações atendidas	Amazonas, Pará, Rondônia e Mato Grosso	CEPLAC	MAPA, MDA					400.000	PPA		Organizações atendidas
3.4.14	Capacitar mão-de-obra rural com foco na inclusão socioproductiva	Produto: trabalhadores rurais capacitados	Amazonas, Pará, Rondônia e Mato Grosso	CEPLAC	MAPA, MDA					200.000	PPA		Trabalhadores rurais capacitados
3.4.15	Adaptar e difundir tecnologias agrícolas sustentáveis nas regiões produtoras de cacau	Produto: Tecnologias trabalhadas	Amazonas, Pará, Rondônia e Mato Grosso	CEPLAC	MAPA, MDA					1.600.000	PPA		Tecnologias trabalhadas
3.4.16	Produzir e distribuir material genético melhorado para os SAF com base no cacau para recuperar áreas degradadas	Produto: Genótipos distribuídos	Amazonas, Pará, Rondônia e Mato Grosso	CEPLAC	Embrapa, MAPA, MDA					1.000.000	PPA		Genótipos distribuídos

3.4.17	Implementar unidade de teste demonstrativo (UTD) ou unidade de referência tecnológica	Produto: Unidades implementadas	Acre, Rondônia, Pará, Mato Grosso e Tocantins	MAPA	Embrapa, CEPLAC, Conab, INMET, MDA, MI, MMA, SAE, CNA, CONTAG						800.000 E 200.000	PPA E Outras Fontes		Unidades implementadas
--------	---	---------------------------------	---	------	---	--	--	--	--	--	----------------------	------------------------------	--	------------------------

3.5. Práticas de sustentabilidade nas atividades do setor florestal implementadas

3.5.1	Fomentar a criação de programa de monitoramento independente dos PMFS	Desenvolvimento de um sistema de Monitoramento independente; sistema de gestão de MFS e rastreabilidade; capacitação em manejo de baixo impacto para as empresas participantes do programa	Cotriguaçu (Piloto), abrangência: noroeste MT	ICV / Associação de Manejo Florestal	CIPEM / SEMA	Efetivação da parceria, interesse das empresas pela capacitação	100.000	100.000	100.000	300.000	Fundo Vale (piloto) / Contrapartida do setor: a ser definida	P	Empresas capacitadas; Sistema de monitoramento em funcionamento
3.5.2	Definir taxas de corte sustentáveis por espécie ou grupo de espécies para subsidiar o manejo das florestas naturais	Produto: taxas definidas	Mato Grosso	Embrapa	UFMT					61.300			Taxas definidas

3.6. Práticas de sustentabilidade e melhoria da produtividade implementadas para a pecuária

3.6.1	Desenvolver pesquisa: Estudo de potencial de intensificação da pecuária no Estado	Articulação com o Governo do Estado, setor produtivo, entidades de pesquisa, sociedade civil	A definir	IPAM e SEMA	Parceiros a serem envolvidos: sociedade civil, instituição do setor produtivo, instituições de pesquisa	Apoio político da SEMA; articulação, disponibilização de dados					NORAD		Estudo realizado
-------	---	--	-----------	-------------	---	--	--	--	--	--	-------	--	------------------

3.6.2	Implantar programa piloto de difusão de boas práticas agropecuárias (BPA) no norte de MT	Implantação de unidades demonstrativas; sistematização e disseminação dos resultados destas unidades; implantação de um núcleo de ATER; acordo de cadeia para premiar os produtos oriundos de boas práticas (acordo com os compradores, frigorífico e varejo)	Base: Alta Floresta; abrangência: território Portal da Amazônia	ICV	EMBRAPA / iis / Sindicato Rural A. F. / GTPS	Interesse dos produtores rurais, demanda de mercado por acordos de cadeias	1.200.000	1.200.000	1.200.000	3.600.000	Fundação Moore, Fundo Vale, FSP	D (2014), P (2015-16)	20 UDs implantadas, com dados sistematizados e disseminados; núcleo de ATER implementado, pelo menos 1 acordo de cadeia firmado
3.6.3	Melhoramento genético do gado leiteiro do estado de Mato Grosso	O sêmen será distribuído nas regiões de maior potencial da produção de leite/baseado na diagnóstico da cadeia do leite coord. FAMATO/OCB	15 Consórcios/55 municípios	SEDRAF	MAPA/EMPAER/EMBRAPA/OCB/FAMATA-SENAR/FETRAGRI/UFMT/UNEMAT	Disponibilidade de infraestrutura e assistência técnica	117.250			117.250	Fonte 172	D	Número de doses de sêmen distribuído
3.6.4	Melhoramento genético do gado de leite das 4 maiores cooperativas de MT	Distribuição do sêmen para as Cooperativas COOPERNOVA, CAMPILITE, COMAJUL e COOPERNOROESTE	Região Araguaia, Norte, Sul e Oeste	SEDRAF	MAPA/EMPAER/EMBRAPA/OCB/FAMATA-SENAR/FETRAGRI/UFMT/UNEMAT	Disponibilidade de infraestrutura e assistência técnica	50.250			50.250	Fonte 172	D	Número de Cooperativas beneficiadas e número de doses de sêmen
3.6.5	Capacitar técnicos especializados em pecuária leiteira	Produto: Técnicos capacitados	Mato Grosso	Embrapa	MAPA e Fundaper					271.064	PPA		Técnicos Capacitados
3.6.6	Estabelecer e avaliar os sistemas de ILPF no estado de Mato Grosso	Produto: Sistema Estabelecido	Mato Grosso	Embrapa	UFMT					230.000	PPA		Sistema Estabelecido

3.7. Ecoturismo e turismo rural fomentado em regiões prioritárias

3.7.1	Divulgar o Ecoturismo em Unidades de Conservação	Promoção e divulgação das atividades de ecoturismo em unidades de conservação do Estado, bem como em RPPNs privadas (RPPN do Cristalino e SESC Pantanal	Unidades de Conservação do Bioma Amazônia, Cerrado e Pantanal	SEDTUR	SEMA	Aprovação da SECOM							Número de participação da SEDTUR em eventos de turismo
3.7.2	Revitalizar o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães para o desenvolvimento de atividades de Ecoturismo	Implantação de obra de portaria de acesso ao parque, trilha de acesso a cachoeira Véu de Noiva e estacionamento.	Chapada dos Guimarães	SEDTUR	ICMBio		2.061.417	403.028	-	2.464.445	MTUR	D	Infraestrutura do Parque implantada
3.7.3	Revitalizar do Complexo Turístico da Salgadeira na Área de Proteção Ambiental - APA da Chapada dos Guimarães para o desenvolvimento de atividades de Ecoturismo	Implantação e reforma de obras de centro de visitação, trilhas, passeios, lojas, restaurante, posto policial, coleta e tratamento de esgoto	Chapada dos Guimarães e Cuiabá	SEDTUR	SEMA	Aprovação do Projeto pelo Ministério Público Estadual	2.352.266	4.284.960	21.687	6.907.219	BNDES	D	Complexo Turístico da Salgadeira revitalizado
3.7.4	Estruturar a Estrada Parque Transpantaneira Poconé - Porto Jofre para o desenvolvimento de atividades de Ecoturismo	Implantação de pórtico de entrada, centro de visitantes, áreas para observação, substituição de 30 pontes de madeira por concreto e aço e encascalhamento da estrada	Poconé e Barão de Melgaço	SEDTUR	SEMA		4.056.432	8.204.083	-	12.260.515	BNDES	D	Estrada Transpantaneira com infraestrutura implementada
3.7.5	Estimular o Ecoturismo em Propriedades Privadas	Divulgação de informações sobre legislação ambiental, de turismo, sanitária; normas; e fontes de financiamento para o desenvolvimento da atividade de ecoturismo	Estado Todo	SEDTUR	MTUR, SEMA, SECOPA, Banco do Brasil, BASA, Caixa Econômica e MT Fomento		100.000	100.000	100.000	400.000	SEDTUR	D	Número de ações de divulgação realizadas

3.7.6	Estimular o Ecoturismo em Propriedades Privadas	Divulgação de informações sobre legislação ambiental, de turismo, sanitária; normas; e fontes de financiamento para o desenvolvimento da atividade de Turismo Rural	Municípios da Baixada Cuiabana	SEDTUR	MDA, MTUR, SEMA, SEDRAF, SECOPA, AMM, Prefeituras / ONGs	Termo de Parcerias / Cooperação	204.920	204.920	204.920	614.760	Recursos orçamentários SEDTUR	D	Número de eventos realizados
3.7.8	Implantar o Projeto Caminhadas na Natureza	Desenvolver o Projeto Caminhadas na Natureza como sendo mais um instrumento para dinamizar o turismo nas regiões turísticas do Estado, além dos benefícios sociais, ambientais e culturais que acarreta	Estado Todo	SEDTUR	SEMA, AMM, Prefeituras / ONGs	Termo de Parcerias / Cooperação	200.000	20.000	20.000	60.000	Recursos orçamentários do SEDTUR	D	62 eventos por ano
3.8. Mecanismos financeiros implementados para promover as cadeias produtivas sustentáveis e valorizar os serviços ambientais													
3.8.1	Elaboração do documento do Programa Jurisdicional para certificação no VCS do Sistema Estadual de REDD+	Elaboração de instrumento técnico para REDD (Jurisdictional Program Description - JPD)	Estado	ICV	SEMA		30.000	-	-	30.000	CLUA	D	Instrumento criado (JPD)
3.8.2	Desenvolver pesquisas e estudos para valoração de Serviços Ambientais, identificação de cadeias produtivas e mecanismos financeiros inovadores	Articulação com SEMA, OSC, outras instituições de pesquisa	A definir	IPAM	SEMA / OSC / Instituições de pesquisa	Apoio SEMA					MMA Alemão / GCP	D	Estudo concluído e dados divulgados
		Articulação com SEMA, setor produtivo, OSC, outros órgãos governamentais; Trabalho com vetores de desmatamento e de conservação agropecuária extensiva e cadeia da castanha	A definir com parceiros, análises técnicas	IPAM	SEMA / parceiros: setor produtivo, OSC, instituições de pesquisa, outros órgãos governamentais	Interesse e apoio técnico e político; disponibilização de informações					MMA Alemão / GCP	D	Estudo concluído e dados divulgados

		Articulação com SEMA, outras Secretarias de Estado, setor produtivo, OSC, identificação de potenciais, desafios e demandas	Estado de MT	IPAM	SEMA / ONG e OSC / Secretarias de Estado / Inst. Pesquisa (a mobilizar)	Apoio técnico e político da SEMA					MMA Alemão / GCP	D	Estudo concluído e dados divulgados
3.8.3	Elaborar e acompanhar projetos de crédito para agricultura de baixa emissão de carbono	Produto: projetos elaborados	Amazonas, Pará, Rondônia e Mato Grosso	CEPLAC	MAPA, MDA, MMA					980.000	PPA		Projetos Elaborados
3.8.4	Incrementar a contratação de operações no âmbito do Programa ABC	Produto: Montante Contratado	Mato Grosso, Rondônia, Pará	BB						304.000.000	PPA		Montante Contratado

Observações:

- D ou P – Indicam se a fonte de recursos já está disponível (D) ou são recursos potenciais (P)
- Os valores em centavos foram excluídos para facilitar a visualização do valor total

8. NOTAS DE RODAPÉ E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ¹ IBGE, 2013. Estados@: Mato Grosso. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=mt>. Acesso em 21 de setembro de 2013.
- ² Governo do Estado do Mato Grosso, 2013. Geografia do Mato Grosso. Disponível em: <http://mt.gov.br/imprime.php?cid=70695&sid=93>. Acesso em 17 de setembro de 2013.
- ³ Governo do Estado do Mato Grosso, 2013. Geografia do Mato Grosso. Disponível em: <http://mt.gov.br/imprime.php?cid=70695&sid=93>. Acesso em 17 de setembro de 2013.
- ⁴ Santos, Daniel, 2013. O estado da Amazônia: uso da terra / Daniel Santos; Denys Pereira; Adalberto Veríssimo. – Belém, PA: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), 2013.
- ⁴ IBGE, 2010. Contas Regionais do Brasil 2010. Disponível em ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2010/pdf/tab01.pdf. Acesso em 21 de setembro de 2013.
- ⁵ IBGE, 2010. Contas Regionais do Brasil 2010. Disponível em ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2010/pdf/tab01.pdf. Acesso em 21 de setembro de 2013.
- ⁶ <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-12-12/seis-estados-concentram-60-das-riquezas-geradas-pela-agropecuaria-brasileira-mostra-ibge>
- ⁷ Blairo Maggi - [http://www.sonoticias.com.br/opiniaio/10/175864/mato-grosso-265-primaveras-;](http://www.sonoticias.com.br/opiniaio/10/175864/mato-grosso-265-primaveras-) Brasil Escola <http://www.brasilecola.com/brasil/economia-mato-grosso.htm>
- ⁸ COUTINHO, A.C., 2005. Dinâmica das Queimadas no Estado do Mato Grosso e Suas Relações com as Atividades Antrópicas e a Economia Local. Tese de Doutorado do Departamento de Ciências Ambientais, USP, 2005.
- ⁹ Governo do Estado do Mato Grosso, 2013. Dados da SEMA.
- ¹⁰ Governo do Estado do Mato Grosso, 2011. MT em Números. Disponível em <http://www.mt.gov.br/index.php?sid=91>. Acesso em 17 de setembro de 2013.
- ¹¹ Ferez, A. & Micol, L., 2012. Estimativas de emissões de CO2 no setor de Uso da Terra, Mudança do Uso da Terra e Florestas – MT. Cuiabá/MT: Instituto Centro de Vida, 2012. <http://www.icv.org.br/site/images/biblioteca/0460368001368041962.pdf>
- ¹² Ferez, A.P; Micol, L. Estimativas de emissões de CO2 no setor de uso da terra, mudança do uso da terra e florestas no estado de Mato Grosso. Cuiabá-MT, novembro 2012.
- ¹³ Cálculos efetuados a partir de dados de Embrapa & INPE, 2013. TerraClass 2010. Levantamento de informações de uso e cobertura da terra na Amazônia - 2010. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), 2013.
- ¹⁴ Azevedo A. A. et al. Mato Grosso no Caminho para Desenvolvimento de Baixas Emissões: custos e benefícios da implementação do Sistema Estadual de REDD+. Brasília, IPAM, 2013.
- ¹⁵ SEMA/MT, sem data. Unidades de Conservação. Disponível em http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=53&Itemid=99. Acesso em 19 de setembro de 2013
- ¹⁶ SEPLAN-MT, 2012. DSEE - Diagnóstico Sócioeconômico-Ecológico do Estado de Mato Grosso. Disponível em <http://www.seplan.mt.gov.br/~seplandownloads/index.php/component/jdownloads/viewdownload/1612-9-1-producao-extrativa-vegetal/2796-tabela9-2-1-plano-de-manejo-florestal-por-municipio-mato-grosso-2011?Itemid=0>. Acesso em 18 de setembro de 2013.
- ¹⁷ CIPEM, 2013. Press Release. Centro das Indústrias Produtoras e Exportadoras de Madeira do Estado de Mato Grosso. 24/07/2013. Disponível em: <http://www.cipem.org.br/storage/webdisco/2013/07/31/outros/9356c53af3dbb43a641b7f933d8d1c5d.pdf>. Acesso em 21 de setembro de 2013.
- ¹⁸ CIPEM, sem data. Áreas Protegidas e Manejadas. Disponível em <http://www.cipem.org.br/galeria.php?id=26&idfoto=0>. Acesso em 17 de setembro de 2013.
- ¹⁹ CIPEM, sem data. Destino dos Produtos de Origem Florestal (dados referentes a 2012). Disponível em <http://www.cipem.org.br/index2.php?sid=291>. Acesso em 17 de setembro de 2013.
- ²⁰ FOB significa *Free On Board* (FOB) = Neste tipo de frete, o comprador assume todos os riscos e custos com o transporte da mercadoria, assim que ela é colocada a bordo do navio. Por conta e risco do fornecedor fica a obrigação de colocar a mercadoria a bordo, no porto de embarque designado pelo importador. CIFlorestas, 2013. Análise Conjuntural - Fevereiro 2013. Disponível em www.ciflorestas.com.br
- ²¹ Definidas no Decreto Estadual N° 8.189, de 10 de outubro de 2006, sendo: GF1: para o transporte de produtos de origem florestal (tora) efetuado desde a origem até a indústria; GF2: para o transporte de produtos e/ou subprodutos de origem florestal oriundos de planos licenciados e/ou autorizados, incluindo carvão, lenha, toretes, escoras, etc; e GF3: para o transporte de produtos de origem florestal acabados ou semi-acabados, resíduos de produtos florestais de indústrias e carvão originário de resíduos industriais. Disponível em <http://app1.sefaz.mt.gov.br/sistema/legislacao/legislacaotribut.nsf/07fa81bed2760c6b84256710004d3940/46b3fec833ca44790425720c004e4b91?OpenDocument>
- ²² ²² CIPEM, sem data. Volume Transportado (dados referente até 18/10/2012). Disponível em <http://www.cipem.org.br/index2.php?sid=292>. Acesso em 17 de setembro de 2013.
- ²³ Santos & Daniel, 2013. O estado da Amazônia: uso da terra / Daniel Santos; Denys Pereira; Adalberto Veríssimo. – Belém, PA: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), 2013 OEA_Imazon
- ²⁴ SEPLAN, 2012. Diagnóstico Sócioeconômico-Ecológico do Estado de Mato Grosso. Disponível em <http://www.seplan.mt.gov.br/~seplandownloads/index.php/component/jdownloads/viewdownload/1612-9-1-producao-extrativa-vegetal/2795-tabela-9-1-3-producao-extrativa-de-pequi-palmito-castanha-do-para-e-copaiba-por-municipio-mato-grosso-2010-2011?Itemid=0>. Acesso em 18 de setembro de 2013

- ²⁵ Apresentação **IMEA**: <http://www.imea.com.br/upload/pdf/arquivos/2013_25_06_Apresentacao_MT.pdf>
- ²⁶ Terra, 2013. 100 maiores PIBs da agropecuária. Disponível em <<http://www.terra.com.br/economia/infograficos/pib-agropecuário/>>. Acesso em 17 de setembro de 2013.
- ²⁷ IMEA, 2013. Disponível em <http://www.imea.com.br/upload/pdf/arquivos/2013_25_06_Apresentacao_MT.pdf>. Acesso em 17 de setembro de 2013.
- ²⁸ <<http://www.mt.gov.br/mato-grosso/exportacao-importacao/>>
- ²⁹ Todos os dados de produção e rendimento das culturas da soja, milho, algodão e produção animal foram retirados a partir de uma apresentação do IMEA, 2013. Disponível em <http://www.imea.com.br/upload/pdf/arquivos/2013_25_06_Apresentacao_MT.pdf>. Acesso em 17 de setembro de 2013.
- ³⁰ Dados disponíveis em <http://www.imea.com.br/upload/pdf/arquivos/2013_25_06_Apresentacao_MT.pdf>
- ³¹ G1, 2012. Área de pastagem cede espaço para agricultura e confinamento em MT. 22/03/2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2012/03/area-de-pastagem-cede-espaco-para-agricultura-e-confinamento-em-mt.html>>. Acesso em 21 de setembro de 2013.
- ³² IMEA, 2012. Projeções do Agronegócio em Mato Grosso para 2022. AgroMT 2022 Outlook/Instituto Matogrossense de Economia Agropecuária. Setembro de 2012.
- ³³ Cunha, J.M.P.da (2006). Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro. In: R. bras. Est. Pop., São Paulo, v. 23, n. 1, p. 87-107, jan./jun. 2006. Disponível em
- ³⁴ Cunha, J.M.P.da (2006). Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro. In: R. bras. Est. Pop., São Paulo, v. 23, n. 1, p. 87-107, jan./jun. 2006. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol23_n1_2006/vol23_n1_2006_7artigo_p87a107.pdf>. Acesso em 21/09/2013.
- ³⁵ Cunha, J.M.P.da (2006). Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro. In: R. bras. Est. Pop., São Paulo, v. 23, n. 1, p. 87-107, jan./jun. 2006. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol23_n1_2006/vol23_n1_2006_7artigo_p87a107.pdf>. Acesso em 21 de setembro de 2013
- ³⁶ Monteiro, A., 2012. Apresentação 'A ilegalidade da exploração florestal em Mato Grosso'. Agosto de 2012. Disponível em <http://www.icv.org.br/w/library/85347andre_monteiro_ilegalidade_na_exploracao_florestal_em_mt_imazon.pdf>. acesso em 19 de setembro de 2013.
- ³⁷ SEMA-MT.
- ³⁸ Coordenadoria Geral Tecnologia, Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA-MT). Apresentação no 1º Workshop de Revisão do PPCDQ/MT. Cuiabá, MT - 12 e 13 de agosto de 2013
- ³⁹ INPE, 2013. Apresentação no 1º Workshop de Revisão do PPCDQ/MT. Coordenadoria Geral de Observação da Terra Programa Amazônia – Monitoramento do Desmatamento da Amazônia por Satélites. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - Instituto Nacional Pesquisas Espaciais. Cuiabá, MT - 12 e 13 de agosto de 2013
- ⁴⁰ Coordenadoria Geral Tecnologia, Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA-MT). Apresentação no 1º Workshop de Revisão do PPCDQ/MT. Cuiabá, MT - 12 e 13 de agosto de 2013
- ⁴¹ INPE, 2013. Apresentação no 1º Workshop de Revisão do PPCDQ/MT. Coordenadoria Geral de Observação da Terra Programa Amazônia – Monitoramento do Desmatamento da Amazônia por Satélites. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - Instituto Nacional Pesquisas Espaciais. Cuiabá, MT - 12 e 13 de agosto de 2013
- ⁴² Brasil, sem data. PP Cerrado. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/florestas/controle-e-preven%C3%A7%C3%A3o-do-desmatamento/plano-de-a%C3%A7%C3%A3o-para-cerrado-%E2%80%93-ppcerrado>>. Acesso em 19 de setembro de 2013
- ⁴³ INPE, sem data. Projeto PanAmazônia II: zoneamento da cobertura vegetal do Estado do Mato Grosso (ortoretificado). Disponível em <http://www.dsr.inpe.br/panamazonia/img/MT_Valdete1.pdf>. acesso em 19 de setembro de 2013.
- ⁴⁴ Por meio do Decreto nº 6.321 de 21 de dezembro de 2007
- ⁴⁵ Brasil, 2013. Lista de Municípios Prioritários da Amazônia. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/florestas/controle-e-preven%C3%A7%C3%A3o-do-desmatamento/plano-de-a%C3%A7%C3%A3o-para-amaz%C3%B4nia-ppcdam/lista-de-munic%C3%AAdpios-priorit%C3%A1rios-da-amaz%C3%B4nia>>. Acesso em 18 de setembro de 2013.
- ⁴⁶ <http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80120/Lista_site_monit_doc14_10_2013.pdf>
- ⁴⁷ <http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80120/lista_prioritarios_doc14_10_2013.pdf>
- ⁴⁸ Informações disponíveis em: http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&Itemid=52&gid=3635
- ⁴⁹ Informações disponíveis em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt/Esquerdo/Projetos_Apoiados/Maiores_Informacoes/CBMMT>
- ⁵⁰ Informações disponíveis em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt/Esquerdo/Projetos_Apoiados/Maiores_Informacoes/IOV_novo>
- ⁵¹ Informações disponíveis em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt/Esquerdo/Projetos_Apoiados/Lista_Projetos/TNC>
- ⁵² Informações disponíveis em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt/Esquerdo/Projetos_Apoiados/Lista_Projetos/ISPN>
- ⁵³ Informações disponíveis em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt/Esquerdo/Projetos_Apoiados/Lista_Projetos/IBAM>

⁵⁴ Informações disponíveis em:

<http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt/Esquerdo/Projetos_Apoiados/Maiores_Informacoes/Carlinda>

⁵⁵ Informações disponíveis em:

<http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt/Esquerdo/Projetos_Apoiados/Lista_Projetos/Porto_Gauchos>

⁵⁶ Informações disponíveis em:

<http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt/Esquerdo/Projetos_Apoiados/Maiores_Informacoes/Marcelandia_novo>

⁵⁷ Informações disponíveis em:

<http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt/Esquerdo/Projetos_Apoiados/Maiores_Informacoes/Olhos_dagua_novo>

⁵⁸ <http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt/Esquerdo/Projetos_Apoiados/Lista_Projetos/Alta_Floresta_II>